

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CONVÊNIO UEM/UNICENTRO –*CAMPUS* DE GUARAPUAVA
MESTRADO EM LINGÜÍSTICA APLICADA**

**AS INFLUÊNCIAS DE TEXTOS DA MÍDIA ESCRITA
NAS REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

Ruth Ceccon Barreiros

GUARAPUAVA

2002

RUTH CECCON BARREIROS

**AS INFLUÊNCIAS DE TEXTOS DA MÍDIA ESCRITA
NAS REDAÇÕES DE VESTIBULAR**

Dissertação apresentada ao Curso de Lingüística Aplicada – Mestrado, da Universidade Estadual de Maringá em Convênio com a UNICENTRO *Campus* de Guarapuava, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Lingüística Aplicada, na Área de Ensino-Aprendizagem de Língua Materna.
Orientador: Prof. Dr. Renilson José Menegassi.

GUARAPUAVA

2002

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central – UEM, Maringá – PR, Brasil)

B271i Barreiros, Ruth Ceccon

As influências de textos da mídia escrita nas redações de vestibular. / Ruth Ceccon Barreiros. --- Maringá : uem, 2002.
Xxxxf.

Orientador : Prof. Dr. Renilson José Menegassi

Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas,

Letras e

Artes. Universidade Estadual de Maringá, 2002

AGRADECIMENTOS

Da concepção à conclusão, a Jesus, amigo de todas as horas.

Ao Prof. Dr. Renilson José Menegassi, amigo orientador, pela paciência e dedicação nesta trajetória.

Aos professores participantes do exame de qualificação, professoras Dra. Marilurdes Zanini e Dra. Aparecida Feola Sella, pelas contribuições.

À minha amada mãe, pelo companheirismo. Ao pai, irmãos, cunhadas e sobrinhos, tios, tias, primas e primos, pela torcida organizada.

A todos amigos, em especial, Sueli, Neuzinha, Denise, Ana Maria, Lílian, pelo constante carinho.

A todos os professores da UEM e da UNIOESTE que, direta ou indiretamente, estiveram presente nessa caminhada.

Aos meus alunos da UNIOESTE pela compreensão.

Ao amado Wander, pelo carinho, estímulo e incentivo.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Características teóricas básicas do texto.....	18
QUADRO A - Redações selecionadas e pontuações atribuídas pelos avaliadores.....	80
QUADRO B - A quantidade de redações analisadas em cada nível	80
QUADRO C - As informações novas das redações de nível 1.....	81
QUADRO D - As informações novas das redações de nível 2.....	81
QUADRO E - As informações novas das redações de nível 3.....	82
QUADRO F - As informações novas das redações de nível 4.....	82
QUADRO G - As informações novas das redações de nível 5.....	83
QUADRO H - Exposição quantitativa das informações.....	83
QUADRO I - Síntese das informações mais frequentes nas redações.....	88
QUADRO J - Comparação de informações do texto de apoio às das redações de nível 1..	91
QUADRO K – Comparação de informações das redações de nível 1 às de nível 2.....	94
QUADRO L – Comparação de informações das redações de nível 2 às de nível 3.....	97
QUADRO M - Comparação de informações das redações de nível 3 às de nível 4.....	100
QUADRO N – Comparação de informações das redações de nível 4 às de nível 5.....	103
QUADRO O - Informações de maior frequência nas redações e na mídia impressa.....	113
QUADRO P - Informações 2 e 5 das redações na mídia.....	115
QUADRO Q - Informações da mídia menos frequentes presente nas redações.....	116

RESUMO

A partir de teorias propostas por Schmidt (1978), Beaugrande & Dressler (1988), Charolles (1997), Fávero e Koch (1998), Koch e Travaglia (1999), Val (1999), dentre outros, este estudo analisa a construção da informatividade, bem como a origem das informações em redações do Vestibular de Verão/2001 da Universidade Estadual de Maringá-UEM. Esta pesquisa integra o projeto de pesquisa *Redação em língua materna: abordagens de avaliação* (UEM), coordenado pelos professores Drs. Zanini e Menegassi.

O referencial teórico está ancorado na Lingüística Textual e versa sobre o processo de produção textual escrita, abordando as concepções de texto e os fatores de textualidade inerentes a sua composição, como a coesão e a coerência, com ênfase no fator informatividade, nas redações de vestibular, e outros fatores, também relevantes, como a intencionalidade, situacionalidade, aceitabilidade e intertextualidade. Esse último possui estreita ligação com as origens das informações veiculadas naqueles textos.

Com base nesses princípios, a investigação revela que 100% das redações analisadas classificam-se como sendo de primeira e segunda ordem de informatividade, de acordo com a teoria proposta por Beaugrande & Dressler (1988). Esse resultado advém das dificuldades demonstradas pelos alunos/candidatos, nas redações, ao articularem as informações em nível de estrutura lingüística com vistas à coesão e à coerência.

Quanto às origens das informações, os resultados mostram que 71% das informações encontradas são similares às veiculadas em revistas e periódicos de maior circulação. São, portanto, originárias da mídia escrita, consequência de leituras prévias realizadas pelos alunos/candidatos, em preparação para o Concurso Vestibular. Por tratar-se de um tema ligado ao ensino da Língua Portuguesa, acreditamos que o contato com essas informações ocorreu em sala de aula.

Os resultados apurados relativos à informatividade revelam que ainda há muito a fazer em relação ao ensino da produção textual no Ensino Médio. Para que a aprendizagem ideal seja alcançada, é preciso a manutenção do diálogo entre pesquisadores e sistema de ensino.

Palavras chaves: redações, vestibular, informações, influências de textos da mídia escrita.

ABSTRACT

This research analyzed the construction of informativity as well as the origin of assignments from State University of Maringá -UEM on its 2000 entrance examination, and it came from theories which were proposed by Schmidt (1978), Beaugrande & Dressler (1988), Charolles (1997), Fávero and Koch (1998), Koch and Travaglia (1999), Val (1999) and others.

The theoretical support is based on Textual Linguistics and deals with the process of writing text production, approaching the text conceptions and factors of textuality which are inherent to its formation, as cohesion and coherence, highlighting the informativity factor on assignments from university entrance examination and other relevant factors as well as intentionality, situationality, acceptability and inter-textuality. This last one has a narrow relationship with the origins of information on these texts.

Based on these principles, this study shows that 100% of those recorded assignments were classified as of second order of informativity, according to Beaugrande and Dressler's (1988) theory. This result comes from difficulties presented by the students/candidates, on university's assignments, in writing clearly the information, also settling linguistics structures taking into account cohesion and coherence.

Results that recorded the origins of information showed that 71% of them are similar to the ones registered on magazines and periodics with great scope. They are, therefore, a consequence of the written media, as well as of previous readings done by the students as a preparation for this examination. As this theme is connected to the Portuguese Language, we believe that this contact happened in the classrooms.

The recorded results about informativity show that there is a lot of work to be done in relation to the teaching of textual production at high school level. To reach the ideal learning, it is important that researchers and teaching educational system keep in touch.

Keywords: assignments, influence of texts from the written media, information, university entrance examination.

INTRODUÇÃO

A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo.
(ANTONIO CANDIDO, 1989, p.114)

A função primeira da escola moderna é a democratização do saber, assim é a mediadora de uma ação mais proficiente dentro de uma prática global e que pode contribuir positivamente, na medida em que conseguir interferir nas demais formas de vivências sociais.

Se, no final do processo de escolarização, o aluno puder construir conhecimentos que favoreçam a compreensão das relações sociais nas quais está inserido, avaliando-as com criticidade, e se este saber possibilitar um nível de argumentação maior, propiciando formas de atuação, mesmo que parciais, nesta sociedade da qual faz parte, muito já se terá conseguido.

Propiciar a construção de conhecimentos em uma perspectiva interativa, atuante, e que contribua para a melhor desenvoltura na vida cotidiana do cidadão que está se escolarizando, é o maior desafio para todos aqueles que estão ligados à educação. Neste sentido, a ampliação das habilidades no uso da língua materna parece-nos essencial, visto que ela permeia todas as outras formas de aquisição de conhecimento, garantindo direitos a todos aqueles que souberem utilizá-la com proficiência.

Dessa forma, e considerando-se as diversas propostas teóricas para o ensino do português, surgidas nas últimas décadas, a começar pelo, tão questionado, ensino

tradicional da gramática – e que num passado não muito distante pressupunha o professor como detentor dos conhecimentos das normas da língua, e os alunos aqueles que pouco sabem e que vêm à escola para receberem esses conhecimentos – até propostas mais recentes baseadas num ensino mais interacionista voltado para os estudos da gramática do texto, ainda assim, é possível perceber que, apesar dos avanços teóricos, persistem dúvidas, entre os profissionais incumbidos dos trabalhos com a língua(gem), quanto ao procedimento pedagógico mais eficaz. Optar por uma ou outra proposta, ensinar gramática ou não ensinar gramática, de que forma fazê-lo e em que momentos são questões que desafiam, especialmente, quando se trata de preparar o aluno para produzir textos com proficiência em todas as tipologias.

Assim, é possível afirmar que as redações de Concurso Vestibular reúnem e revelam os conhecimentos de língua adquiridos pelos alunos em seu percurso até o ensino médio, ou seja, acabam por servir como termômetro para medir este processo de escolarização não apenas no que diz respeito ao conhecimento da língua mãe, mas, também, a outros conhecimentos, inclusive o de mundo, adquiridos pelo aluno nas etapas de aprendizagem. Contudo, se solicitarmos ao aluno opinião sobre a redação de vestibular, a maioria é unânime em achar que é difícil. Sobre isso, Brito (1983, p.149) postula que:

Se quiser deixar um vestibulando de cabelo em pé, fale com ele sobre o exame de redação. Se quiser atiçar os ânimos de um severo professor de gramática, pergunte sobre a qualidade das redações escolares. Se quiser provocar um lingüista, diga-lhe que ‘o estudante de hoje não sabe mais escrever’”.

Com vistas ao trabalho desenvolvido em sala de aula, pelos professores, e com a preocupação de melhorar os índices de aproveitamento, por parte dos alunos, no que tange ao aprendizado de língua materna, Zanini (1999,p.80) comenta:

Não há, pois, como nos furtarmos à prática constante de uma reflexão sobre o ensino de língua materna que nos encaminhe para uma análise capaz de

nos levar a assumir posturas coerentes, em busca de um ensino mais eficaz. Só assim, podemos construir a nossa própria concepção de mundo e tomar uma posição consciente e alicerçada pela credibilidade da experiência, garantida por uma teoria reconhecida.

Em relação ao ensino-aprendizagem de língua materna, compartilhamos do pensamento de Zanini, no que diz respeito à prática de constantes reflexões que resulte numa prática pedagógica mais coerente. Esta é nossa proposta nesta pesquisa, ou seja, a de nos dedicarmos a estudos que nos proporcionem respostas a algumas indagações, bem como nos apontem novos caminhos de ensino do português, para os trabalhos em sala de aula, especialmente, aqueles voltados para a produção textual.

No intuito de atingir esta meta, tomamos como linha norteadora em nossos estudos a Linguística Textual, observando e analisando redações produzidas no Concurso Vestibular de Verão/2001, da Universidade Estadual de Maringá – UEM. Esses estudos fazem parte do projeto de pesquisa *Redação em língua materna: abordagens de avaliação* (UEM), coordenado pelos professores Marilurdes e Renilson José.

Esta pesquisa procura compreender como se apresenta a informatividade em redações de vestibular e a origem das informações nelas contidas. Para compreender o processo de ocorrência das informações novas, analisamos 159 redações. Em busca das origens das informações, relacionamos 32 publicações, dentre outras que foram descartadas, que versam sobre o projeto de Lei 1676/99, proposto pelo Deputado Aldo Rebelo, relativo à proibição do uso de estrangeirismos na língua portuguesa. Dessas, 14 foram selecionadas e incorporadas a este trabalho, por julgarmos serem de maior circulação, logo de mais fácil acesso aos alunos em término do Ensino Médio.

Os objetivos que direcionam as reflexões em busca de respostas são: a) verificar como se constrói a informatividade, nas redações dos vestibulandos; b) observar se as informações apresentadas são oriundas de textos da mídia impressa; c) inferir sobre a possível origem das informações elencadas nas dissertações, como forma de refletir sobre qual o meio de comunicação mais utilizado pela escola para auxiliar no desenvolvimento das redações. Para cumprirmos esta tarefa, adotamos o método qualitativo, com apresentação de alguns aspectos quantitativos.

Quanto à organização dos conteúdos no trabalho, no Capítulo 1, encontra-se a fundamentação teórica, na qual figuram os conceitos de texto, bem como os fatores de textualidade. Tomamos por fio condutor a teoria proposta por Beaugrande & Dressler e Charroles, tendo em vista nosso foco de análise estar na construção da informatividade na produção textual.

No Capítulo 2, apresentamos algumas reflexões acerca do Manual do Candidato – material que, ao nosso ver, contribui com esclarecimentos para a elaboração de uma redação de vestibular adequada; comentários sobre o texto de apoio “*O bom senso está on sale*” do qual se originam as redações observadas. Estão, também, expostas, diversas reportagens que versam a respeito do assunto “*estrangeirismo na Língua Portuguesa*”, decorrentes do projeto de Lei 1676/99, que pretende proibir o uso dos estrangeirismos na língua portuguesa proposto pelo Deputado Aldo Rebelo, na Câmara dos Deputados.

No Capítulo 3, figuram as informações das 159 redações analisadas com vistas à avaliação do grau de informatividade. Para a realização destas análises, adotamos o seguinte procedimento: a) primeiramente, analisamos a organização das idéias sobre o tema proposto; b) em seguida, verificamos a forma e a utilização dos elementos lingüísticos, bem como a disposição e a quantidade de informações contidas nas redações, classificando-as de acordo com os graus de informatividade, propostos por Beaugrande & Dressler; c) por último, realizamos uma comparação entre as redações avaliadas, para verificarmos as maiores incidências dos graus de informatividade (método quantitativo).

No Capítulo 4, retomamos as informações selecionadas, no Capítulo 2, da mídia impressa e fazemos uma comparação com as selecionadas nas redações no capítulo 3, com o objetivo de verificarmos a possível origem dessas informações.

Na conclusão, retomamos a problematização que norteou esta pesquisa, procurando responder às questões com base nos resultados apurados e acompanhadas das reflexões teóricas, ou seja, 1) como se constroem as informações nas redações do Concurso Vestibular de Verão 2001 da Universidade Estadual de Maringá – UEM, tema 2, em relação ao grau de informatividade? 2) as informações apresentadas nas redações são geradas a partir de textos da mídia impressa?

Acreditamos, então, que a presente pesquisa se justifica, uma vez que possibilita, com base nas respostas encontradas, compreender quais as dificuldades que ainda persistem, ao término do ensino médio, no que tange à organização e progressão das idéias, bem como a apresentação dos elementos lingüísticos por ocasião da elaboração do texto e, ainda, o grau de eficiência (ou frequência de uso da mídia impressa) como veículo de informação utilizado pela escola. Além disso, a pesquisa traz contribuições para o aperfeiçoamento de que necessitamos para melhor desenvolver nossas atividades em sala de aula.

CAPÍTULO 1

O TEXTO E OS FATORES DE TEXTUALIDADE

1.1 A Lingüística Textual

Conforme nos revelam Fávero & Koch (1998, p.12), as reflexões voltadas para o entendimento da linguagem tiveram, primeiramente, como foco de interesse a “palavra”, e, numa fase seguinte, “a frase”. Entretanto, nem os estudos que tinham como campo de interesse a palavra, tampouco os da frase, tomados isoladamente, deram conta de explicar determinados fenômenos lingüísticos, como, por exemplo, a pronominalização, a escolha dos artigos definidos e indefinidos, a organização das palavras no enunciado, a relação tópico-comentário, a correferência, a entoação, a concordância dos tempos verbais, dentre outros que só encontram explicações, se considerado o contexto situacional do locutor/ produtor. Partindo da necessidade de detectar e explicar estes fenômenos, têm início os estudos em direção à Teoria do Texto ou Lingüística do Texto.

Os primeiros estudos datam da década de 60 e apresentam variadas correntes que são amparadas por outras teorias advindas da Psicologia, Sociologia, Filosofia etc., bem como da Lingüística Geral, Sociolingüística e Psicolingüística.

A Teoria do Texto, ou Lingüística Textual, como é conhecida hoje, em oposição à Lingüística Estrutural, passa a ter como objeto de investigação não mais a palavra ou a frase, mas o texto ou discurso, por serem estes uma forma específica de manifestação da linguagem humana. Esta nova teoria foi concebida com perspectivas e métodos diferenciados, uma vez que pretende observar o sujeito em situação social de comunicação, aspecto, até então, não verificado pelas teorias anteriores. A concepção de linguagem também se altera, tendo em vista que a perspectiva de análise lingüística

mudou. As teorias estruturalistas entendiam a língua como um sistema de código com função essencialmente informativa; sob o novo prisma, a língua é vista como um sistema atual, em uso efetivo em contextos sociocomunicativos.

Neste processo de evolução dos estudos do texto, Fávero e Koch (1998, p.14) citam Conte (1977), o qual estabelece três momentos para estes estudos e esclarece que essa classificação não se trata de uma ordem cronológica, mas, tipológica.

No primeiro momento, parte-se de enunciados ou seqüência de enunciados em direção ao texto. Nesta fase, destacam-se os estudos que verificam as relações possíveis entre os diversos enunciados que compõem uma seqüência significativa, ou seja, as relações referenciais e de correferência. Esta última entendida como principal fator de coesão textual.

Este primeiro momento é significativo, visto que o novo aspecto abre caminhos para uma gramática textual que terá como objetivo refletir sobre os fenômenos lingüísticos não explicados pela gramática do enunciado.

Em um segundo momento, surgem as teorias voltadas para a gramática textual sob influência da gramática gerativa, a qual postula sobre a competência textual do falante. Esta base dá o tom para a criação de uma gramática textual que parte da seguinte premissa:

Todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados, e esta competência é, também, especificamente lingüística – em sentido amplo. (FÁVERO e KOCH, 1998, p.14). Esta capacidade específica do falante, aliada a outras como, por exemplo, a competência para parafrasear, resumir ou produzir textos a partir de um título sugerido, ou ainda, de identificar se um texto está completo ou não, é suficiente para que se pretenda a construção de uma gramática do texto. Esta, por sua vez, tem como tarefa verificar: a) os elementos que fazem um texto ser um texto, partindo da observação dos fatores responsáveis pela coerência e textualidade; b) levantar critérios para a delimitação de textos, tendo em vista sua completude como característica essencial; c) estabelecer diferenças entre os vários tipos de texto.

Contudo, no decorrer dos estudos, e com a Gramática Gerativa do texto perdendo força como modelo, percebeu-se a inviabilidade de formular as gramáticas de texto nos mesmos moldes das gramáticas da frase, partindo-se então para uma nova fase

em busca da criação de uma Lingüística Textual ou Teoria do Texto, que marca o terceiro momento deste processo.

O terceiro momento é especialmente significativo, por dois motivos: 1) o texto passa a ser estudado dentro de seu contexto de produção; 2) o texto deixa de ser compreendido como um produto acabado, para ser visto como um processo em seu contexto pragmático, ou seja, o texto deve ser analisado, sob uma nova perspectiva, como um conjunto formado pelas condições externas da produção, a recepção e a interpretação.

Esta nova fase das pesquisas lingüísticas visa à formulação de uma teoria para a Lingüística Textual. Vilela e Koch (2001, p.443), postulam que a origem do termo Lingüística Textual ou Teoria do Texto foi utilizada pela primeira vez por Coseriu, em 1955, porém, não possuía o mesmo sentido que nos dias atuais; isso só ocorreu com Weinrich, em 1966/67. É importante lembrar que contribuíram de forma significativa, para a formação da Lingüística Textual ou Teoria do Texto, outras teorias como: a teoria dos atos de fala, a lógica das ações e a teoria lógico-matemática dos modelos. Os novos estudos propõem, então, a observação de um outro aspecto do texto: o pragmático.

O agrupamento da pragmática aos estudos lingüísticos gerou, entre os estudiosos, entendimentos diferenciados sobre o objeto de pesquisa, por ocasião da construção de uma gramática textual.

Fávero e Koch (1998, p.18) citando Dressler, e Schmidt (1978), que postulam o seguinte: para o primeiro, a função da pragmática no contexto teórico da gramática textual é tão somente explicar a situação comunicativa em que o texto é introduzido. Para o segundo, a incorporação da pragmática nos estudos gera avanço para a Lingüística Textual, em direção à uma teoria pragmática do texto, que deve partir do ato de comunicação – visto como forma específica de interação social – juntamente com os pressupostos psicológicos e sociológicos, numa dada situação comunicativa.

Para outros pesquisadores, também mencionados por Fávero e Koch (1998, p.18), como Oller e Petöfi, o componente pragmático deve fazer parte da descrição lingüística, partindo-se do princípio de que o uso da língua é um processo que se realiza em três níveis integrados: o sintático, o semântico e o pragmático.

As novas teorias relativas aos atos de comunicação acabam por gerar não somente diferentes propostas quanto à delimitação do objeto de estudo da Lingüística Textual ou Teoria do Texto, mas, também, variação na concepção e conceituação do que venha a ser um texto.

Com base nas fases da Lingüística Textual, bem como na evolução dos conceitos de texto, pudemos chegar às seguintes conclusões: percebida a ineficiência das teorias que desejavam explicar o texto a partir de frases, foi necessário observá-lo sob diferentes perspectivas, dados os inúmeros fatores que envolvem a sua multifacetação. Estas pesquisas, desde o princípio, buscavam compreender e justificar as várias faces de uma atividade verbal ou ato comunicacional, mesmo quando este ato é constituído de uma só palavra ou frase, como por exemplo: Socorro! Fogo!, em contextos específicos.

Em função dessas buscas, foram ocorrendo sucessivas descobertas as quais mostraram que numa atividade verbal estão implicados variados aspectos carentes de explicações e entendimento.

Disso decorre que as teorias de texto vão se estruturando em suas diferentes perspectivas visando a identificar fatores como a “textualidade”, e as características que a compõem, tida como responsável pela organização dos elementos do texto, ou seja, a de coesão e coerência, que, de acordo com os pesquisadores, ocorre em dois níveis: o microestrutural e o macroestrutural.

Enfoca-se, então, a importância do contexto em que o texto é produzido, dada a influência que ele exerce em seu produtor. Ou ainda, considerado o texto como um modelo mental, percebeu-se que o homem tem uma competência textual, portanto, é capaz de produzir e reconhecer um texto “bem formado” de outro que não o seja. Observou-se que todo texto é dotado de intertextualidade e só pode ser percebido como um todo comunicativo, deve apresentar uma unidade, não podendo, portanto, ser avaliado apenas pelas suas partes.

Reconheceu-se que a produção textual é uma atividade consciente e criativa que manifesta as intenções de quem o produz, isto é, o intuito de transformar ou informar, dentre outras pretensões, o interlocutor que com ela mantiver contato. Além disso, é necessário lembrar que toda produção textual mantém grau de dependência com as práticas socioculturais.

Sendo assim, podemos perceber que as explicações e os conceitos vão surgindo de forma gradativa, no termo texto foram (e continuam sendo – à medida em que os estudos avançam) incorporados novos aspectos que se integram tão logo sejam identificados e explicados. Dessa forma, podemos inferir que não existe um conceito definitivo para o termo texto, até o momento, que determine e delimite todas as suas características pertinentes. Destes fatos, decorre o surgimento de novas teorias que pretendem explicitar esses fenômenos que envolvem a língua(gem) em toda sua complexidade como, por exemplo, a Análise do Discurso, Análise da Conversação etc. Esses estudos acabam por gerar conceitos diferentes para os termos discurso e texto, de acordo com a perspectiva teórica que se adota. Assim, podemos inferir tratar-se de momentos distintos de uma mesma atividade verbal.

Tendo o texto nosso objeto de estudos, julgamos necessário avaliar alguns conceitos existentes, no intuito de contrapor concepções e a partir delas encontrarmos uma que possa melhor respaldar o seu significado nesta pesquisa. Para isso, reunimos e apresentamos, na seqüência, aqueles que nos parecem mais significativos.

1.2 Definições e características do texto

Embora seja freqüente o uso da palavra texto, tanto no meio escolar como fora dele, conceituar texto não é tarefa simples. A dificuldade tem como causas as variações que ocorrem em função da perspectiva teórica que se adota para sua observação, bem como pontos de vista divergentes entre os diversos pesquisadores da língua.

Todavia, existe um consenso entre grande parte dos interessados nestes estudos de que a manifestação do texto se dá, tanto de forma oral quanto escrita, e que um amontoado de frases não se constitui num texto. Sob este ponto de vista, Val (1991, p.3) comenta que “o texto oral ou escrito se caracteriza como uma unidade lingüística básica, tendo em vista que o que as pessoas, numa situação de comunicação, têm para dizer umas às outras não são frases isoladas, mas, sim, textos”.

Sob a perspectiva da Lingüística Textual, apresentaremos as diferentes formas de se conceber o termo texto na literatura. Faremos, também, um breve comentário a

respeito dos termos texto e discurso, que, para alguns teóricos, trata-se de termos distintos, enquanto que para outros são sinônimos ou equivalentes. Este levantamento não pretende, contudo, ser exaustivo.

Sem a preocupação com a exaustividade, procuramos organizar a abordagem numa ordem cronológica, acompanhada de reflexões que visam encontrar o conceito de texto que mais se afiniza com a proposta do nosso trabalho.

As primeiras tentativas de se conceituar texto tinham, ainda, como objeto de observação à frase. Porém, muitos pesquisadores já buscavam ampliar os aspectos de observação, dada a ineficiência das teorias transfrásticas e a gramática do texto em cumprir tal finalidade.

Nos primeiros momentos de base estruturalista,

a) Para Roland Harweg (1968), um dos pioneiros da Lingüística Textual na Alemanha, o texto era “uma sucessão de unidades lingüísticas constituída por uma cadeia de pronominalização ininterruptas” (VILELA & KOCH, 2001, p.446);

b) Para H. Isenberg (1970) e I. Bellert (1970), o texto é uma “seqüência coerente de enunciados” (VILELA & KOCH, 2001, p. 444);

c) Para Harald Weinrich, o texto é “uma seqüência linear de lexemas e morfemas que se condicionam reciprocamente e que, também reciprocamente, constituem o contexto. Isto é, o texto é uma ‘estrutura determinativa’, um ‘andaime de determinações’, onde tudo está necessariamente interligado” (VILELA & KOCH, 2001, p. 447).

Nesta primeira fase dos estudos relativos ao texto, os conceitos remetem-nos a uma concepção de texto como produto acabado. A fase seguinte pretendeu verificar o termo texto numa perspectiva mais evoluída, ou seja, o texto deve ser percebido em situação sócio comunicativa; são os primeiros passos para a incorporação da pragmática nos estudos textuais.

Na direção desta nova proposta, Vilela e Koch (2001, p.447) apontam “Wunderlich como sendo um dos principais responsáveis pela incorporação da

pragmática nas pesquisas sobre o texto, tendo tratado em suas obras de questões relativas à dêixis, aos atos de fala e à interação face-a-face de modo geral”.

Os estudos voltados para a pragmática pretendem explicar as regras que determinam a relação estabelecida entre os enunciados das frases e seus possíveis contextos. Sendo assim, o intuito é de analisar não apenas o aspecto lingüístico, mas, também, o contexto em que ele ocorre, ou seja, o texto em situação de comunicação, ou ainda, a relação entre palavras, expressões ou símbolos e seus usuários. Essa concepção fundamenta-se, de acordo com Schmidt (1978), no “fenômeno da textualidade”, juntamente com os fenômenos lingüísticos, os quais já vinham sendo observados em teorias anteriores.

Em qualquer ato de comunicação em que se encontrem duas ou mais pessoas envolvidas, fazendo uso de uma mesma língua com função comunicativa, estará presente o texto e, conseqüentemente, a “textualidade”, representada pela coesão e coerência, fatores integrantes e necessários, para que o texto seja considerado texto.

Com a inclusão do aspecto textualidade nas propostas de formulação de uma teoria do texto, gera-se a necessidade de se conceber o termo “texto” sob uma nova ótica. Assim, para Schmidt (1978, p.164), os textos se configuram em:

Conjuntos de sinais comunicativos exteriorizados, obedecendo à estrutura da textualidade, portanto, com função sociocomunicativa, isto é, textos-em-função inseridos no quadro dos jogos de atuação comunicativa. Trata-se, conseqüentemente, de produtos determinados e definíveis simultaneamente ao nível lingüístico e nível social.

O fator textualidade, de acordo com o autor, é o responsável pela organização (normatização) dos atos de comunicação, nos quais estão envolvidos e dos quais dependem, em situação de interação, os parceiros que buscam a eficácia do jogo de atuação comunicativa.

Nesta nova visão exposta no conceito de Schmidt, o texto passa a ter as seguintes características: a) um agrupamento de signos externados; b) deve estar devidamente contextualizado e organizado conforme regras e normas da língua; c) ser concebido com a intenção de comunicar.

Numa coletânea de artigos, Fávero & Paschoal (1985) expõem os elementos que remetem à noção de texto:

- a) Considerando-se o texto um modelo mental, esse princípio nos remete a que todo homem possui competência textual, ou seja, é capaz de identificar e produzir textos “bem formados”, diferenciando-os de textos incompletos ou “mal-formados”;
- b) A noção de texto está diretamente relacionada ao contexto por meio da noção de universos, ou seja, universo de experiência e crenças, de mundos possíveis e o universo do discurso;
- c) Na noção de texto, deve estar integrada em nível microestrutural a coesão e em nível macroestrutural a coerência, ligadas pela intenção do produtor, sendo, portanto, lugar da subjetividade e intersubjetividade. (p.66-68)

Considerando-se esses elementos, o texto passa a ser assim conceituado por Fávero & Paschoal:

Uma unidade significativa em que a coerência em nível macroestrutural está relacionada às categorias do tipo de texto, estas imbricam-se com as microcategorias coerentemente a partir da produção textual, no universo do discurso, pela tematização e progressão semântica. (p.173)

Gerard Vigner (1997, p.32) chama a atenção para um outro aspecto que integra os textos, que é a intertextualidade. Em relação a este novo aspecto textual, Vigner, recorre a Claude Duchet (1971) para elucidar o conceito de que “não existem textos ‘puros’. Eles só existem em relação a outros textos anteriormente produzidos, seja em conformidade ou em oposição a um esquema textual preexistente, mas sempre em relação a eles”.

Esse fator apontado por Vigner remete-nos à idéia de que todo texto advém de outros textos incorporados na experiência de vida do produtor, ou seja, no texto produzido figuram marcas de sua história de vida e de seu contexto social. Essas experiências devem, também, ser comuns ao receptor para que este possa compreender

a mensagem produzida em sua totalidade. Para referendar este posicionamento, Vigner cita Roland Barthes (1974):

O texto redistribui a língua. Uma das vias desta desconstrução é permutar textos, farrapos de textos que existiram ou existem em volta do texto considerado e finalmente dentro dele; todo texto é um intertexto; outros textos estão presentes nele, em diversos níveis, sob formas mais ou menos reconhecíveis.(Op.cit., p.32).

Fávero & Koch (1988) postulam que o texto apresenta um sentido lato em se tratando de linguagem verbal, definindo-o da seguinte forma:

O texto consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade, entre os quais merecem destaque especial a coesão e a coerência.(p.25)

A definição de texto proposta pelas pesquisadoras apresenta semelhança com a definição apresentada por Schmidt (1978), quando elencam o fator textualidade como essencial para a organização do texto, ou seja, o texto “se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade...” (p.25)

Para Abreu (1989), o texto se configura em um produto estático, uma vez pronto é definitivo. Sob este prisma, o autor apresenta dois conceitos de texto. O primeiro define texto como sendo o resultado de atos ilocucionais ou de fala inseridos em um processo de enunciação, assim, o “produto dessa enunciação é aquilo que chamamos texto” (p.9). E numa versão mais elaborada atribui a base de construção do texto à coesão e coerência, não diferindo dos outros conceitos até aqui verificados: “texto é um produto da enunciação que se constrói em termos de coesão e coerência” (p.11).

Em Koch e Travaglia (1989), o termo texto

Será entendido como uma unidade lingüística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante/escritor, ouvinte/leitor) em situação de interação comunicativa específica, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independentemente de sua extensão. (p.8-9)

Podemos perceber nesse conceito que, à medida que avançam os estudos sobre o texto, surge também a necessidade de se delimitar a cada nova concepção o seu alcance. Podemos verificar marcas dessas intenções, quando se mencionam; a) “unidade lingüística concreta (perceptível pela visão e audição), b) tomada pelos usuários (falante/escritor, ouvinte/leitor), c) em situação de interação comunicativa específica, d) preenchendo função comunicativa expressiva reconhecida e reconhecível, e) independente da extensão”.

Para Siqueira (1990, p.11), um texto para se constituir texto necessita de um atributo essencial: “UNIDADE”. O autor entende por “unidade” a completude do texto, isto é, um texto não pode ser reconhecido por suas partes, mas sim, pelo todo, em sua totalidade, tendo em vista que a supressão de qualquer uma das partes que o compõem pode comprometer o sentido da mensagem em sua inteireza.

Em um outro trabalho, Fávero (1999) traz uma nova versão para o conceito de texto,

Um contínuo comunicativo contextual caracterizado pelos fatores de textualidade: contextualização, coesão, coerência, intencionalidade, informatividade, aceitabilidade, situacionalidade e intertextualidade. (p.7)

Nesse conceito de texto, podemos perceber a influência da teoria de Beaugrande & Dressler, ao especificarem outros aspectos da textualidade (os centrados no usuário), além da coesão e coerência (centrados no aspecto lingüístico). Sobre esses fatores centrados no usuário, comentaremos mais detalhadamente na seção 1.3.2.

Koch (1997) em um outro momento conceitua o texto como sendo

Uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes durante uma atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais. (p.22)

Em um trabalho, mais recente, Koch (2000) considera que para compreender e definir texto é necessário observá-lo no seu processo de verbalização e construção, com estes aspectos combinados, o termo passa a ser entendido da seguinte forma:

O texto pode ser concebido como resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação verbal. (p.22)

Nesse sentido, podemos entender texto como sendo uma atividade verbal, consciente e criativa que depende de certas regras para sua realização, as quais se configuram na escolha de meios adequados de ordem lingüística e cognitiva, e que estão inseridas num contexto, tendo como objetivo a interação entre parceiros que é regida por práticas socioculturais. Sendo percebido com “resultado parcial”, de acordo com o conceito de Koch, podemos inferir que sua completude estará na dependência do entendimento realizado pelo receptor do texto.

É importante lembrar que, dentre o material pesquisado, alguns estudiosos do texto estabelecem diferenças entre texto e discurso, enquanto outros não. Para estes, trata-se de termos equivalentes. Isto acontece em função da complexidade dos estudos da língua(gem), os quais requerem, muitas vezes, bases teóricas distintas para melhor explicar seu funcionamento, ainda que possuam como foco o mesmo objeto.

Para os adeptos da Análise do Discurso, a expressão discurso apresenta um significado mais amplo que o termo texto, e justificam o fato, alegando que o primeiro, isto é, o discurso, abarca tanto enunciados pertencentes à uma mesma formação discursiva como às condições de sua produção. Enquanto que o segundo, o texto, sob este mesmo prisma, seria apenas a manifestação verbal resultante do primeiro.

Entretanto, para Val (1991) e Guimarães (1992), os termos texto e discurso são equivalentes. Sendo assim, Val apresenta o seguinte conceito:

Pode-se definir texto ou discurso como ocorrência lingüística falada ou escrita de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa semântica e formal. Antes de mais nada um texto é uma unidade de linguagem em uso, cumprindo uma função identificável num dado jogo de atuação sociocomunicativa. (p.3-4)

Na seqüência, a autora postula que o texto, para se constituir texto, deve apresentar três propriedades básicas responsáveis pela construção do sentido: a) a pragmática, “que tem a ver com seu funcionamento enquanto atuação informacional comunicativa”; b) a semântico-conceitual, “de que depende sua coerência”; c) a formal, “que diz respeito à sua coesão.” (op.cit.p.5).

Guimarães (1992) define texto e discurso da seguinte forma:

Não estando limitadas as fronteiras da linguagem verbal, no plano semiótico de sentido multidimensional, texto e discurso são sinônimos de processo que engloba as relações sintagmáticas de qualquer sistema de signos. (p.14-15)

O texto em Guimarães tem sentido amplo, já que “designa um enunciado qualquer, oral ou escrito, longo ou breve, antigo ou moderno”. A autora esclarece que “neste sentido o texto se realiza numa cadeia sintagmática de extensão variável, podendo estar presente tanto em um único enunciado quanto em um segmento de grandes proporções.” (p.14).

Sob este enfoque, o texto é concebido, pela autora, sob dois pontos básicos: a) “um sistema concluído, um conjunto hierárquico de configurações estruturais internas”; b) “como objeto aberto, plural, dialogante, ligado ao contexto extraverbal”. Dessas duas faces, podemos deduzir sua “significação global que resulta das relações fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas e pragmáticas que estão na estrutura do complexo

sistema que é a língua”. Dessa forma, texto e discurso caracterizam-se como uma “totalização em funcionamento” (GUIMARÃES, 1992, p.15).

Tanto o parecer de Guimarães como o de Val levam-nos a inferir que texto e discurso são aspectos diferentes de um mesmo fenômeno, que é o ato comunicacional.

Percebemos que os variados fatores que permeiam um ato de comunicação acabam por gerar dificuldades, quando se pretende conceber um conceito de texto que seja suficientemente amplo e que alcance todos os aspectos nele envolvidos. Muitas tentativas vêm sendo realizadas como observamos nas diversas concepções apresentadas.

Vale lembrar que texto e discurso são concebidos, por nós, como distintos, uma vez que nossa fundamentação está respaldada nos teóricos que assim os entendem. Quanto às características de um texto, é possível concluir que há um consenso entre os pesquisadores sobre algumas que são básicas, e devem estar presentes no texto para que este seja visto como tal. São elas:

Quadro I – Características teóricas básicas do texto

- ▶ a) ser um contínuo comunicativo, ou seja, qualquer passagem falada ou escrita, perceptível pela visão ou audição;
- ▶ b) ter seus elementos constituintes relacionados, os quais são responsáveis pela unidade de sentido e, dentre eles, destacam-se a coesão e a coerência;
- ▶ c) ter por função a interação comunicativa de acordo com as práticas sociais;
- ▶ d) não possuir extensão delimitada;
- ▶ e) constituir-se num todo significativo.

Assim, entendemos que as variações existentes, para além das características básicas encontradas nos conceitos elencados, fixam-se na intenção do pesquisador em ser o mais abrangente possível na construção de uma definição do que seja texto.

Dado o objetivo desta pesquisa, necessitamos encontrar um conceito único, dentre os vários apresentados, que possa representar nosso entendimento sobre texto. Sendo assim, escolhemos dois conceitos, os quais se aproximam da nossa concepção de

texto, e sobre os quais refletiremos, buscando formular um conceito próprio que possa contemplar os principais aspectos de texto neste trabalho.

1.2.1 Conceito de texto

Destacamos dois conceitos de texto, na intenção de encontrar um outro que incorpore, tanto as funções que o termo implica quanto nos fatores que nele estão envolvidos.

Apresentamos, então, os dois conceitos pelos quais optamos:

1-Uma unidade significativa em que a coerência a nível macroestrutural está relacionada às categorias do tipo de texto, estas imbricam-se com as microestruturas coerentemente a partir da produção textual, no universo do discurso, pela tematização e progressão semântica. (FÁVERO & PASCHOAL, 1985, p.173).

2 - Uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos, selecionados e ordenados pelos falantes durante uma atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a depreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.(KOCH, 1997, p.22).

É evidente que os dois conceitos apresentam aspectos que poderiam caracterizar as produções textuais a serem analisadas por nós, redações dissertativas de vestibular. No entanto, optamos por selecionar, de cada um deles, aspectos que, ao nosso ver, mostram-se mais relevantes na construção de um terceiro conceito que será adotado como base em nossas análises.

No primeiro conceito podemos destacar como fatores relevantes o enfoque dado a: “1) uma unidade significativa em que a coerência em nível macroestrutural está relacionada às categorias do tipo de texto; 2) estas imbricam-se com as microcategorias coerentemente a partir da produção textual, no universo do discurso, pela tematização e

progressão semântica.”. A primeira observação ressalta característica tipológica do texto como item significativo da sua formação. Dessa forma, sendo o texto que vamos observar de caráter dissertativo, parece-nos importante mencionar tal categoria no conceito que venha a nos fundamentar. O aspecto dois menciona outra face relevante – tematização e progressão semântica - tendo em vista que os textos produzidos em situação específica de vestibular revelam o universo de conhecimento trazido pelo aluno/candidato e devem estar em conformidade com a proposta temática apresentada pela Comissão de Vestibular e, ainda, apresentarem uma progressão semântica que garanta a informatividade, para que possam ser qualificados como textos “bem formado”.

No segundo conceito, é importante salientar o caráter de “interação” que todo texto deve apresentar: “interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais”. Esse fator virá marcado, primeiramente, pelo contato que se realiza entre aluno/candidato e o leitor das redações. No primeiro, o aluno/candidato, busca atuar e persuadir seu leitor com seus argumentos, os quais revelam seus pontos de vista em relação ao tema abordado.

Ao final da seção 1.2 reunimos no Quadro I alguns aspectos que se mostraram comuns nos vários conceitos de texto pesquisados, características retomadas, aqui, para serem comparadas ao nosso conceito de texto, visando a constatar se também fomos capazes de manter as características básicas de um texto em conformidade com as concepções dos pesquisadores.

Assim, um texto para ser texto precisa: a) ser um contínuo comunicativo, ou seja, qualquer passagem falada ou escrita, perceptível pela visão ou audição; b) ter seus elementos constituintes relacionados, uma vez que, são responsáveis pela unidade de sentido, e dentre eles destacam-se a coesão e a coerência; c) ter por função a interação comunicativa de acordo com as práticas sociais; d) não possuir extensão delimitada; e) deve constituir-se num todo significativo.

Com base nos dois conceitos selecionados e nas características básicas observadas, procuramos formular uma concepção de texto, que atendesse às especificidades dos textos que integram nosso *corpus* de pesquisa e que reúna os elementos fundamentais de uma produção textual de acordo com os estudiosos

pesquisados. Dessa forma, a noção de texto que passa a ser referência para nossos estudos é:

O texto é um todo significativo, cuja coerência macroestrutural se relaciona às categorias do tipo, as quais, por sua vez, revelam-se na microestrutura pela tematização e progressão semântica, mediante a interação do autor e leitor.

Uma vez comparados aos elementos textuais fundamentais presentes nas concepções pesquisadas, podemos perceber que elas foram mantidas no conceito proposto. Dessa forma, o conceito apresentado passa a vigorar como a concepção de texto adotada para esta pesquisa.

Dentre as características elencadas, julgamos pertinente tecer comentários acerca da característica “d”, em especial, que nos informa que um texto para ser texto não precisa ter a extensão delimitada. Esta característica, em sua origem, contempla a concepção de texto em sua forma mais ampla, na qual uma só palavra, como por exemplo, “Fogo!”, em contexto determinado, constitui-se em texto. No nosso caso em específico, as redações de vestibular, o texto é delimitado por regras determinadas pela Comissão de Vestibular. Sendo assim, o texto deve apresentar no mínimo vinte e no máximo trinta e cinco linhas. Neste caso, em particular, a delimitação não desfigura essa característica, uma vez que a exigência de medida ocorre por outros fatores, como o tempo da prova e o espaço no papel etc.. Assim, o relevante é que a redação deve constituir-se num todo significativo, independente dessa delimitação.

1.2.2 O conceito de texto no ensino

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (1990), em *O Texto: da teoria à prática: subsídios à proposta curricular para o ensino da língua portuguesa – 1º grau*, comenta que, embora toda atividade de comunicação, quer na escola ou fora dela, realize-se em forma de discurso ou texto, o ensino de língua materna ainda tem como

foco as palavras ou frases isoladas. Essa observação soa-nos como um alerta e revela uma preocupação com dar novos rumos aos estudos do texto. O material não apresenta de forma explícita um conceito para o termo texto, mas elenca características que permitem identificar um texto como tal. São elas:

- ▶ a) Trata-se de uma atividade lingüística intencional que visa a modificar uma dada situação;
- ▶ b) Seu sentido é constituído pela interação entre seus interlocutores, os quais partilham conhecimentos;
- ▶ c) O texto não deve ser entendido como produto acabado, logo, não se presta a uma desconstrução de suas partes constitutivas;
- ▶ d) Para a construção de textos, não basta conhecer regras da língua (semânticas e gramaticais): é preciso dominar regras relacionadas à dimensão discursiva e pragmática, ou seja, o lado social da linguagem;
- ▶ e) Para a elaboração do texto, é preciso conhecer as marcas de articulação ou encadeamento semântico de suas frases, realizado pelo sistema léxico-gramatical da língua, bem como os recursos lingüísticos de coesão e coerência, responsáveis pela textualidade;
- ▶ f) Perceber a intencionalidade marcada por estes recursos lingüísticos.

Tais características podem ser agrupadas em duas partes: a primeira expõe aspectos relacionados ao conceito de texto, ou seja, os itens “a”, “b” e “c”; a segunda, sobre o que é preciso saber para se construir um texto adequado, isto é, os itens “d”, “e” e “f”, revelando, indiretamente, características que devem compor o texto. Se relacionarmos os itens “a, b, c” às características comuns ao texto, verificadas na seção anterior, e apresentadas no Quadro I, é possível afirmar que a abordagem realizada contempla as principais características do texto.

No mesmo ano, 1990, foi publicado, pela Secretaria de Educação do Estado do Paraná, o *Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná*, destinado ao então Ensino de Primeiro Grau. (Vale lembrar, que a proposta do Estado de São Paulo, apesar de apresentar a mesma data de publicação do Paraná, nesta pesquisa, foi lançada e publicada anteriormente). O Currículo Básico para Escola Pública do Paraná, por sua

vez, não apresenta de forma tão detalhada as características que fazem do texto um texto, como as apresentadas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, limitando-se a fazer algumas considerações a respeito do ensino de língua materna, entremeadas por algumas considerações de como o texto deve ser compreendido em situação de ensino, como por exemplo: “É preciso mostrar que um texto não é um amontoado de frases soltas, mas é um todo semântico onde todos os elementos devem referir-se mutuamente” (1990, p.53). Na seqüência, o mesmo material apresenta, de forma sintética, o que se deve entender por texto,

Este deverá ser entendido como um material verbal, produto de uma determinada visão do mundo, de uma intenção e de um momento de produção (Op.cit., p.53).

Avaliando o conceito, podemos reconhecer algumas características básicas em conformidade com as apresentadas no Quadro I, mas não todas, ou seja, não faz menção aos elementos lingüísticos responsáveis pela unidade textual - coesão e coerência, - e, ainda, não menciona seu caráter interativo. Sendo assim, acreditamos que, por se tratar de um material concebido para nortear professores de língua materna, o conceito se mostra insuficiente e pouco explícito.

Quanto aos Parâmetros Curriculares Nacionais, propostos pelo Ministério da Educação e Cultura, relativo ao Ensino Fundamental (Brasil, 1997 e 1998), mais especificamente no item intitulado “Discurso e suas condições de produção, gênero e Texto”, figuram, a princípio, alguns comentários sobre os valores interativo e social da linguagem, como: “Interagir pela linguagem significa realizar uma atividade discursiva: dizer alguma coisa a alguém de uma determinada forma, num determinado contexto histórico e em determinadas circunstâncias de interlocução” (1998, p.20-21).

Essa visão mostra-se atualizada e, de acordo com teorias recentes sobre os estudos do texto, o que pode ser também comprovado por meio da definição de texto que o material propõe:

O discurso, quando produzido, manifesta-se lingüisticamente por meio de textos. O produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão, é o texto, uma seqüência verbal constituída por um conjunto de relações que se estabelecem a partir da coesão e da coerência. (1998, p.21)

Se compararmos esse conceito às propostas das Secretarias da Educação do Estado de São Paulo (1990) e às do Paraná (1990), é possível afirmar que a nova definição é mais abrangente e atualizada, estando em conformidade com as características pesquisadas e resumidas no Quadro I.

O material proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) mostra-se, teoricamente, mais avançado e mais afinado com os da Secretaria Estadual do Estado de São Paulo (1990) do que o da Secretaria de Educação do Paraná. Muito embora possam-se encontrar pontos positivos, tanto em um quanto em outro, se entendermos que o processo de construção desses materiais é lento e muitas vezes ao chegar em estágio de aprovação já se encontra defasado em relação às teorias da linguagem.

É possível depreender dos conceitos e comentários elencados nos Parâmetros Curriculares Nacionais que a teoria norteadora é oriunda, inicialmente, da Análise do Discurso, porém a base é marcadamente da Lingüística Textual.

Para compreender o texto em sua totalidade, é necessário concebê-lo em sua textualidade, tendo em vista que este funciona como realização lingüística da textualidade. De acordo com Schmidt (1978,p.164), “os textos sempre constituem conjuntos de sinais comunicativos exteriorizados, obedecendo à estrutura da textualidade, e, portanto, com função sociocomunicativa”.

1.3 A textualidade

A textualidade está presente em todo texto, ou melhor, todo texto para ser considerado como tal necessita apresentar “textualidade” ou “conformidade textual” (SCHMIDT,1978, p.164).

De acordo com o mesmo pesquisador (op.cit., p.164), os “textos funcionam como a realização lingüística da textualidade”, a qual deve ser concebida em sua dupla estrutura, sendo assim, uma estrutura é representada pelo plano lingüístico do texto, enquanto que a outra é representada pelo plano social, isto é, o contexto no qual está inserido o texto.

Para o autor,

A textualidade é o modo de manifestação social universal, válido para qualquer língua e necessário para a efetivação de qualquer tipo de comunicação. Sob o ponto de vista do sistema de atuação social chamado “comunicação”, a textualidade funciona como forma normativa de manifestação e realização da atuação sociocomunicativa mediante a linguagem no sentido amplo.(p.164)

A definição de Schmidt nos leva a concluir que, se toda manifestação verbal ocorre por meio de textos, não é possível conceber texto sem textualidade. Ela está presente em todas as línguas e, por conseguinte, em qualquer manifestação humana, representada no nível lingüístico pela organização dos elementos que compõem o texto e no nível pragmático como um fator que normatiza e regula as comunicações, adequando-as ao contexto social, no qual a manifestação está inserida.

Beaugrande e Dressler (1988) postulam que uma atividade verbal se constitui em um planejamento interativo. Para eles, a coesão e a coerência são padrões evidentes na construção da textualidade, porém não são suficientes para que se possa diferenciar um texto de um “não texto”, uma vez que os muitos textos utilizados em comunicações cotidianas nem sempre se apresentam coesos e/ou coerentes. Tal observação levou esses pesquisadores a perceber que outros fatores, além da coesão e coerência, integram a textualidade, ou seja, concluíram que os outros fatores de textualidade, refletidos no texto, estão centrados no usuário, sendo eles: a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade. São fatores pragmáticos que envolvem o processo sociocomunicativo.

Na esteira deste pensamento, estão também estudiosos brasileiros, como Val (1999, p.15) que entende textualidade “como o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto, e não apenas uma seqüência de frases”. Para Koch e

Travaglia (1999, p.26), “a textualidade ou textura é o que faz de uma seqüência lingüística um texto e não uma seqüência ou amontoado aleatório de frases ou palavras”, salientam, ainda, que “a seqüência é percebida como texto quando aquele que o recebe é capaz de percebê-la como uma unidade significativa global”.

Com base nesses conceitos, é possível afirmar que um texto não se constrói com a soma de frases desconexas, mas sim pelos encadeamentos sintático e semântico realizado entre elas, e esta “textura” é denominada “textualidade”.

Sendo os fatores de textualidade importantes na construção do sentido no texto, convém verificá-los em separado, tanto os centrados no texto quanto os centrados no usuário.

1.3.1 Fatores lingüísticos de textualidade centrados no texto

Alguns estudiosos entendem que a coesão e a coerência são aspectos diferentes que integram o mesmo fenômeno; para outros, são fenômenos semelhantes e complementares. No entanto, é de entendimento comum que da fusão entre coesão e coerência resulta um produto que é o texto.

As divergências existem e não figuram apenas no conteúdo das definições propostas para os termos, mas, também, na terminologia adotada para designar tais fenômenos. Há aqueles que utilizam termos como coerência microestrutural ou local, para referir-se ao que comumente se denomina coesão (manifestada por elementos formais no texto), e por coerência macroestrutural ou global, o que é denominada por outros apenas de coerência (manifestada por elementos, tanto intratextuais quanto extratextuais). Sendo assim, podemos entender essas variações como flutuações de conceituações as quais exigem muita atenção daqueles que estudam estas informações.

É possível depreender mesmo entre os pesquisadores que tomam os termos como distintos a existência de consenso, ou seja, reconhecem que o fator coesão está relacionado à estrutura sintática do texto. Para outros, a coesão está relacionada tanto ao aspecto sintático quanto ao semântico. Observemos, na seqüência, esses entendimentos.

1.3.1.1 A coesão

Para Koch (2000, p.35), coesão e coerência são fenômenos distintos.

Coesão é “o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentidos”. Para a autora, a coesão se constitui sob duas bases: a remissão e a seqüenciação. Entende que a coesão por remissão ocorre no texto por meio da referenciação anafórica ou catafórica, formando cadeias coesivas mais ou menos longas, são elementos que retomam referentes principais ou temáticos e estão presentes, geralmente, no texto inteiro. Esse tipo de coesão, pode ser realizada por meio de recursos gramaticais, lexicais, por reiteração de um mesmo grupo nominal ou parte dele, ou ainda, por elipse.

A coesão seqüenciadora, conforme a mesma autora “é aquela através da qual se faz o texto avançar, garantindo-lhe, porém, a continuidade dos sentidos”. Essa forma de coesão pode ocorrer no texto de forma direta ou por meio de recorrências de várias ordens como, por exemplo, de termos e expressões, de estruturas (paralelismo), de conteúdos semânticos (paráfrase), de elementos fonológicos ou prosódicos (similicadência, rima, aliteração, assonância) e de tempos verbais.

Para Abreu (1989, p.12), “o encadeamento semântico que produz a textualidade se chama coesão”. Nesse sentido, complementa: “pela coesão é possível recuperar, em uma sentença B, um termo presente em uma sentença A”.

Já para Citelli (1994, p.35), não se pode imaginar a progressão das idéias, a exposição de pontos de vista, sem que haja o correspondente encadeamento sintático e semântico, relacionando palavras, frases e parágrafos. Assim, o texto se configura na fusão entre os níveis macro (coerência) e microestrutural (coesão).

Para Halliday e Hasan (1976)¹, coesão está relacionada ao aspecto semântico do texto, diz respeito às relações de significado presentes no texto e são responsáveis por fazer do texto um texto e não um conjunto de frases isoladas. Sendo assim, os elementos

¹ - As definições de coesão e coerência propostas por Halliday e Hasan (1976), Widdwson (1978) e Tannen (1984) foram extraídas de Koch e Travaglia, (1999, p.16 a 21).

estão numa relação de dependência um em relação aos outros. Na visão destes estudiosos, há dois tipos de coesão: a gramatical (gramática) e a lexical (vocabulário).

Ainda, com base na teoria de Halliday e Hasan (1976), podemos depreender que a dupla face mencionada para a coesão equivale a: 1) o fator coesão, num texto, é expresso em parte pelos aspectos gramaticais; 2) em outra, pelos valores semânticos imbricados no vocabulário. Sendo assim, a relação semântica entre um elemento e outro (palavras) é fundamental para que o sentido seja estabelecido (ou mantido) no texto. Em outras palavras, o sentido depende da organização dos elementos lingüísticos que figuram no texto em seus aspectos formais, bem como o sentido a que remete cada palavra utilizada, é preciso considerar, na opinião destes teóricos, o aspecto semântico como fator de coesão textual.

Sob o ponto de vista de Beaugrande e Dressler (1988), a estabilidade do texto como sistema é mantida através da continuidade de ocorrências. Sendo assim, a coesão é o fator responsável por estabelecer a relação dos constituintes ou elementos lingüísticos na superfície do texto, e são revelados pela organização sintática.

Para Widdowson (1978), a coesão está relacionada à forma de combinação realizada entre as frases ou parte das frases. Tal combinação assegura o desenvolvimento proposicional: em um texto, as frases não expressam por si só proposições (sentidos) independentes, mas tornam-se significativas, quando relacionadas às proposições manifestadas pelas outras frases. O reconhecimento dessas ligações, bem como a capacidade de associar uma frase ou parte dela a um valor apropriado (significado), é que faz com que possamos classificar um texto como sendo coeso.

Tannen (1984) entende que a coesão é estabelecida pela relação entre os elementos que constituem o texto. Ele sucita que ela se estabelece na “organização de estruturas subjacentes, que fazem com que palavras e sentenças componham um todo significativo”.

Charolles (1997, p.49) propõe os conceitos de coesão e conexão e para isso parte do princípio de que não há textos incoerentes por si só. De acordo com este pesquisador, os elementos da superfície textual organizados sintaticamente estão relacionados à coesão. Neste sentido, Koch e Travaglia apresentam uma definição de coesão proposta por Charolles:

A coesão se refere às relações de identidade, de inclusão ou de associação entre constituintes de enunciados, que são as relações entre elementos do texto que podem ser resolvidas em termos de igualdade ou diferença: pronomes, SNs, descrições definidas e demonstrativas, possessivos, etc. A conexão marca as relações entre os conteúdos proposicionais e/ou atos de fala; é a marcação entre enunciados (KOCH & TRAVAGLIA, 1999, p.22)

Com base nessa definição, bem como no entendimento dos teóricos anteriormente apresentados, é possível afirmar que todos os elementos que compõem a superfície textual, ou seja, os elementos sintáticos, são responsáveis pela continuidade no texto e têm a ver com coesão e conexão.

1.3.1.2 A coerência

Em relação à coerência, Halliday e Hasan (1976) afirmam que esta se configura num aspecto externo do texto, uma vez que está relacionada aos contextos de situação. Nesse fator, estão envolvidos os diversos fatores interpessoais, além de outras formas de influência recebida pelo falante em situação de comunicação. Isto significa dizer que o contexto no qual está inserido o falante é significativo para a construção da coerência textual.

Sob o ponto de vista de Beaugrande e Dressler (1988), a coerência, não é mera característica do texto, mas o resultado de processos cognitivos que ocorrem entre os usuários do texto, os quais agem estabelecendo relações entre os conceitos utilizados.

Quando se trata de coerência, Widdowson entende que se configura na relação entre os atos de fala realizados pelas proposições, estabelecem relação de dependência com o contexto, salientam, assim, a dimensão pragmática da coerência. Já para Tannen (1984), a coerência mostra-se mais significativa no plano sintático.

Na visão de Charolles (op.cit. p.46), “Coerência e linearidade textual estão relacionadas, ou seja, não se pode refletir sobre a coerência de um texto sem levar em conta a ordem de aparição dos segmentos que o constituem”. Continua dizendo que a qualidade de texto coerente ou “bem formado” está diretamente ligada à capacidade de

os falantes perceberem o sentido de um dado texto. Esta qualidade, por sua vez, realiza-se por meio do cálculo do interpretador relativo aos processos de significação. Assim, Charolles leva-nos a entender o fator coerência como um princípio de interpretabilidade do texto.

Estando a coerência calcada na propensão do interpretador em encontrar um sentido para o texto, este fato leva o pesquisador a entender que não existem textos incoerentes em si². Tal postura de interpretabilidade adotada pelo receptor, apresentada por Charolles, remete-nos ao Princípio de Cooperação entre emissor/receptor proposto por Grice (1975) de acordo com Koch e Travaglia (1999, p.48), ainda que o texto se mostre incoerente, o receptor se esforçará para dar a ele um sentido.

Para Charolles, a coerência de um enunciado configura-se em dois planos: o local (microestrutural) e o global (macroestrutural). A fim de elucidar esse ponto de vista, enuncia uma estrutura textual calcada em quatro metarregras de coerência que são: repetição, progressão, não-contradição e relação. Para a apresentação das quatro metarregras, parte do princípio de que a base textual, ou seja, sua estrutura profunda é de natureza lógico-semântica. Bastos (1994, p.5) comenta a proposta de Charolles:

“os constituintes frásicos, seqüenciais e textuais aparecem sob a forma de uma cadeia de representações semânticas organizada de forma tal que suas relações de conexidade se tornam evidentes. As regras de coerência [metarregras] tratam da constituição dessa cadeia”.

A autora (1994, p.7), observando as quatro metarregras de Charolles, acredita na possibilidade de organizá-las em dois grupos.

No primeiro grupo, entrariam as regras relativas à construção do discurso, isto é, a metarregra de repetição, que se refere à recorrência de alguns elementos do texto com vistas ao desenvolvimento temático, e a metarregra de progressão, encarregada de promover a não-circularidade do texto.

² Vale lembrar que, na situação de avaliação das redações, essa questão proposta por Charolles recebe um tratamento próprio, chegando a considerar a existência de textos com problemas graves de coerência.

No segundo grupo, figurariam as regras que estabelecem os elos entre o texto e o mundo, quer dizer, a metarregra da não-contradição e a metarregra de relação relativas aos conteúdos introduzidos no texto, os quais não devem contradizer outros conteúdos postos ou pressupostos e, ainda, devem estar relacionados entre si.

Vale ressaltar que o emprego das metarregras está sujeito à influência da situação de comunicação por ocasião da produção/recepção do texto; portanto, sua aplicação por si só não é suficiente para que o texto seja qualificado como “bem formado”, tampouco dá conta da explicação de todos os fatos relativos ao texto.

Na concepção de Beaugrande e Dressler, a apreensão do sentido dá-se a partir da identificação (pelo receptor do texto) das expressões textuais, mas não só. Depende, também, de fatores interpessoais ligados à pragmática – intenções comunicativas do autor/leitor, regras sociais, situação de comunicação – as quais estão diretamente ligadas ao sentido que se depreenderá do texto. Os estudiosos atribuem, também, à coerência a função de promover a continuidade dos sentidos.

Enfim, da interligação dos recursos coesivos resulta o sentido do texto. E a coerência qual seu papel no texto?

Assim como ocorrem as variadas opiniões entre os pesquisadores em relação às concepções de coesão, não é diferente quando se trata de coerência; dentre elas, a que pretende explicar se é possível existir texto coeso e incoerente, ou ainda, se existe texto coerente sem ser coeso. Em relação a esta questão, Bastos (1994,13) comenta que a coesão por si não garante ao texto coerência: “A coesão não é causa da coerência. Pode-se dizer que é o seu efeito; um texto coerente será provavelmente coeso, não por necessidade, mas como um resultado dessa coerência.”

Com base no exposto, podemos afirmar que coesão e coerência em conjunto são responsáveis pela formação do sentido no texto. A primeira ligada à parte interna da produção textual e, a segunda, tanto à parte interna quanto externa. Isto quer dizer que a coerência está relacionada, também, ao processo cognitivo dos interlocutores e sua capacidade de construir por meio dos elementos de superfície um sentido para o texto. Entendemos coerência da maneira proposta por Koch (2000, p.41),

A coerência, portanto, longe de constituir mera qualidade ou propriedade do texto, é resultado de uma construção feita pelos

interlocutores, numa situação de interação dada, pela atuação conjunta de uma série de fatores de ordem cognitiva, situacional, sociocultural e interacional.

Assim, depreendemos que não se pode pensar em coesão e coerência textuais, sem considerar os elementos que compõem uma comunicação: o encadeamento lingüístico e semântico é realizado (em parte) pela coesão; a outra é reservada à coerência. A adequação dos elementos lingüísticos, semânticos e pragmáticos reflete num plano mais amplo que é o texto.

Dada a necessidade de se ampliar o entendimento relativo aos fatores que integram tanto a construção quanto a interpretação, ou atribuição de sentido ao texto, muitos pesquisadores se debruçaram em pesquisas, dentre eles Beaugrande & Dressler. Eles buscam compreender outros aspectos envolvidos, como os contextuais ou pragmáticos que, também, compõem o processo comunicacional que são os fatores centrados nos usuários do texto.

1.3.2 Fatores de textualidade contextuais ou pragmáticos centrados no usuário do texto

Partindo-se do princípio de que a coerência está ligada à concepção de que a língua só funciona em situação de comunicação, na interlocução de todos os seus componentes: sintáticos, semânticos, pragmáticos, socioculturais e cognitivos, faz-se necessário verificarmos, então, os fatores de textualidade voltados para os usuários do texto.

A **intencionalidade** está diretamente ligada à intenção ou às intenções do produtor textual, no momento da elaboração do texto.

Para Beaugrande e Dressler (1988, p.7), a “intencionalidade leva em consideração a atitude do produtor do texto em que o grupo de ocorrências deve se constituir em um texto coesivo e coerente que possa preencher as intenções do produtor, isto é, atribuir conhecimentos ou um outro objetivo específico”.

Em Val (1999, p.10), “a intencionalidade concerne ao empenho do produtor em construir um discurso coerente, coeso e capaz de satisfazer os objetivos que tem em mente numa determinada situação comunicativa”. Para a autora, estes objetivos podem ser: querer informar, impressionar, alarmar, convencer, pedir, ofender, os quais vão orientar o produtor na construção do texto.

Koch (2000, p.79) coloca-nos que “a intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados”. Sendo assim, o emissor empreenderá todos os esforços para estruturar o texto de forma coerente, a fim de que o receptor possa ser alcançado. A intencionalidade é marcada pela “argumentatividade”, o que significa que, todo texto apresenta por parte de seu produtor uma intenção, e esta não é uma cópia do mundo real, mas, sim, um mundo recriado no texto. No conteúdo textual estarão refletidas convicções, propósitos, crenças e ideologias. Disso decorre a concepção de que não há textos neutros. No entanto, o produtor pode optar por tecer um texto incoerente, intencionalmente visando a outros efeitos.

Relacionando a intencionalidade às redações de vestibular, que, conforme Koch, é marcada pela argumentatividade, podemos inferir que esse fator é bastante significativo no texto do vestibulando, uma vez que será por meio deste fator que ele revelará suas intenções e objetivos em relação ao que pretende dizer ao como vai dizer. Será, pois, necessário utilizar os argumentos mais convincentes possíveis, com vistas a informar e impressionar seu leitor/corretor.

Quanto ao fator **aceitabilidade**, podemos entendê-lo como sendo o outro lado da moeda do fator intencionalidade.

Beaugrande e Dressler (1988, p.7) postulam que a aceitabilidade “considera a atitude do receptor do texto em relação ao conjunto de ocorrências que devem constituir um texto coesivo e coerente com certo uso ou relevância para o receptor, isto é, para adquirir conhecimento ou cooperar com os objetivos do produtor”. Salientam, ainda, que, normalmente, os usuários do texto exercitam a tolerância concernente aos produtos, cujas condições de ocorrências não apresentam coesão e coerência.

Para Koch e Travaglia (1999, p.79), “a aceitabilidade diz respeito à atitude dos receptores ‘de aceitarem a manifestação lingüística’ como um texto coesivo e coerente, que tenha para eles alguma utilidade ou relevância”.

Com base nessas concepções, é possível afirmar que a aceitabilidade está ligada à disposição do receptor em aceitar e compreender um texto, tendo-o como significativo e relevante no que diz respeito às informações e conhecimentos que nele veiculam. Na busca de encontrar o(s) sentido(s) da(s) mensagem (ns) e num processo cooperativo, o interlocutor, a partir das pistas fornecidas pelo autor, aciona todos os seus conhecimentos por meio de inferências, para decodificar a mensagem, mesmo quando o texto lhe parece incoerente. Kato (1987, p.43) citando Grice (1975), nos informa que o esforço cooperativo se concretiza na obediência às seguintes máximas ou postulados, a) seja informativo na medida certa (postulado da quantidade); b) seja sincero (postulado da qualidade); c) seja relevante (postulado da relação); d) seja claro (postulado do modo). O não cumprimento de uma dessas máximas gera uma mensagem indireta, “nas entrelinhas (= implicaturas)”.

No nosso *corpus* de trabalho, o fator aceitabilidade está voltado para o leitor/corretor do texto, que fará a avaliação com base no seu conhecimento lingüístico, contextual e de mundo, atribuindo ao texto do vestibulando relevância ou não.

Um outro fator importante na composição da textualidade apontado por Beaugrande e Dressler (1988,p.163) é a **situacionalidade**. Na sua concepção, “situcionalidade é uma designação geral para os fatores os quais estão a serviço de um dado texto em situação atual de ocorrência”. Os pesquisadores acreditam não se tratar de simples reações dos participantes a um ato comunicacional às informações que se mostrem evidentes em uma dada situação comunicativa, uma vez que o que está contido na informação dada, naquele momento, pode estar distante das intenções do produtor em função de suas crenças, planos e objetivos. Neste caso, o produtor efetivará a comunicação via mediação. A mediação é aqui entendida como os assuntos periféricos ou iniciais, como, por exemplo, mencionar as condições de tempo (função fática de acordo Jakobson (1975)), como forma de introduzir, em um segundo momento, o assunto principal no qual o produtor textual revelará suas convicções e objetivos. Destacam que, poucas vezes, os efeitos da situação contextual se apresentam sem mediação.

No mesmo sentido Koch, (1984, p.21), interpretando esses estudiosos, comenta: “Desse modo, as ‘ações discursivas’ podem ser encaradas como realizações de

estratégias gerais tendo em vista o controle e o direcionamento (ou manejo) de situações diversas”.

A situação de controle ou monitoramento é aquela em que a função predominante do texto é dar uma representação não mediatizada do modelo situacional.

Na situação de direcionamento, se sobressai a intenção do produtor do texto, que o conduz na direção de seus próprios objetivos. Em outras palavras: a situação de controle é mais apropriada para as situações em que não correspondem às expectativas dos parceiros. Neste tipo de situação, o produtor tem como objetivo dissolver disparidades ou descontinuidades, reafirmando suas próprias expectativas. A situação de direcionamento tem como objetivo conduzir as informações na direção desejada por um dos participantes.

Na visão de Koch (2000, p.69), o fator situacionalidade “pode ser visto atuando em duas direções; a) da situação para o texto; b) do texto para a situação.”

A primeira direção – da situação para o texto – diz respeito à necessidade de, ao se construir um texto, ter-se de adequá-lo à situação específica de produção. Nesta adequação, é preciso observar o grau de formalidade, variedade dialetal, tratamento a ser dado ao tema, tendo em vista que o espaço, o momento da comunicação e as imagens que os interlocutores têm entre si, assim como os papéis desempenhados pelos participantes do ato comunicacional, seus pontos de vista, o objetivo da comunicação, são informações situacionais relevantes, tanto na ocasião de elaboração do texto quanto de sua interpretação.

Sobre a segunda direção – do texto para a situação – Koch (2000) postula que:

Ao construir um texto, o produtor recria o mundo de acordo com seus objetivos, propósitos, interesses, convicções e crenças, etc. O mundo criado pelo texto não é, portanto, uma cópia fiel do mundo real, mas o mundo tal como é visto pelo produtor a partir de determinada perspectiva, de acordo com determinadas intenções. (p.70)

Na mesma direção, podemos compreender que a situação comunicativa em que se encontra o produtor do texto, no momento da produção, exercerá influência, primeiramente, sobre ele mesmo e, por conseguinte, em seu texto. No momento da

recepção, exercerá influência sobre o leitor por trazer marcas de crenças e ideologias do produtor. Porém, o leitor faz uma interpretação do texto de acordo com seu conhecimento de mundo, seus propósitos e convicções. Isto nos revela que o mundo textual pode ser diferente do mundo real, e que, por ocasião da recepção do texto, o interlocutor fará uma mediação entre o mundo real e o mundo textual em busca de um sentido para o texto.

Com vistas ao nosso *corpus* de pesquisa podemos inferir que o fator situacionalidade se revelará em alguns aspectos, por exemplo: a) tensão emocional que envolve o aluno/candidato, por se tratar de um momento decisivo e de avaliação; b) necessidade de atenção redobrada, não só para a produção do texto, como também para atender aos requisitos exigidos para a elaboração da redação, adequando o grau de formalidade, variedade dialetal e tratamento a ser dado ao tema; c) demonstração do máximo de competência textual e de conhecimento sobre o tema; d) utilização de “bons” argumentos que possam convencer o leitor/corretor do texto.

Quanto à **intertextualidade**, Beaugrande e Dressler (1988, p.182) postulam que está “nos modos pelos quais a produção e a recepção de um dado texto depende do conhecimento que os participantes têm de outros textos”. Comentam que estes conhecimentos ocorrem entre textos conhecidos e não conhecidos por meio de mediação. Assim, a mediação será menor quando o leitor se deparar com textos cujas informações forem conhecidas e mais complexas por ocasião do contato com textos nos quais as informações forem desconhecidas.

Vigner (1997), quando se refere ao ensino da leitura literária na escola, salienta a importância do fenômeno da intertextualidade. No entanto, é possível reconhecer a relevância deste fenômeno, também, na construção do texto.

Comenta Vigner (op.cit,p.32), “afirma-se aqui a importância do fenômeno da intertextualidade como fator essencial da legibilidade do texto literário, e a nosso ver, de todos os outros textos”. Esclarece que a intertextualidade não é primazia do texto literário, mas está presente no discurso científico por meio de referências bibliográficas, citações etc.; no discurso político, quando remete a algo já-dito ou a algum dizer possível do adversário.

Com base em Vigner, é possível afirmar que a legibilidade de um dado texto está ancorada em dois planos: o primeiro, porque funciona segundo leis, esquemas; o

segundo se dá como reescritura de outros textos, levando assim em conta a experiência anterior do leitor.

De acordo com o pesquisador, o texto não pode ser visto apenas em seu aspecto interno de coesão e coerência, uma vez que em funcionamento está sujeito a regras e condições extra-textuais de enunciação e, para perceber o sentido no todo, é necessário o mínimo de conhecimento histórico sobre sua aparição. Sendo assim, Vigner entende que a intertextualidade é uma espécie de horizonte de expectativa, sobre o qual o novo texto se inscreve e adquire sentido.

A intertextualidade, na visão de Koch e Travaglia (2000, p.75), “pode ser de forma ou conteúdo”.

A intertextualidade de forma ocorre quando o produtor do texto reproduz expressões, enunciados ou trechos de outros textos no texto que está sendo produzido. Pode-se ainda verificá-la na reprodução do estilo de um dado autor.

Quanto à intertextualidade de conteúdo é a mais constante e aparece quando textos de uma mesma época, de uma mesma área de conhecimento, de uma mesma cultura, conversam uns com os outros. Este tipo de intertextualidade pode ocorrer tanto de maneira explícita, quanto implícita. Ocorre de maneira explícita, quando indica a fonte do texto inserido, como, por exemplo, nos trabalhos de cunho científico, resumos, resenhas etc. Ocorre de forma implícita, quando não há informações sobre a fonte, exigindo do leitor conhecimentos suficientes para recuperá-la. No caso de não conseguir, terá sua interpretação textual prejudicada. Koch comenta, também, sobre um outro aspecto da intertextualidade, a tipológica, ou seja, temos armazenado em nossa memória conhecimentos sob a forma de blocos que são modelos cognitivos globais, entre estes conhecimentos estão as superestruturas ou esquemas textuais que nos permitem identificar e diferenciar uma narrativa de um texto dissertativo ou descritivo, este fato permite ao leitor situar o texto em um determinado esquema que o auxilia na interpretação.

O fator intertextualidade é relevante para nossa pesquisa, tendo em vista que é por meio dos conhecimentos adquiridos pelo aluno/candidato de outros textos relativos ao tema e expressos em sua redação, que poderemos estar avaliando o grau de informatividade que o texto apresenta, bem como a possível origem das informações que o aluno elenca em sua produção. A intertextualidade, dessa forma, tem o objetivo

de manipular a produção de um texto, adicionando elementos lingüísticos de outros textos que permitem realizar uma intenção, materializando uma crítica, um conhecimento de mundo, uma informatividade etc.

Em função de o fator informatividade se constituir no principal foco deste trabalho, ele será apresentado isolado dos demais fatores, na seqüência, de forma detalhada.

1.3.3 Um fator em destaque: a informatividade

A informatividade determina em que medida as informações apresentadas no texto são esperadas ou inesperadas.

Santos (2000, p.10) postula ser Shannon e Weaver os precursores da Teoria da Informação, da qual se originam os Princípios Fundamentais da Informatividade Semântica. No mesmo informe, revela-nos a concepção de cada um deles em relação à questão das informações textuais. Diz que “o primeiro assegura que o conteúdo de informação é inversamente proporcional à probabilidade de ocorrência e o segundo, que ‘determinada quantidade de redundância é não só inevitável como desejável’”.

Assim, e de forma geral, podemos depreender que, para Shannon, em se tratando de informações presentes no texto, quanto mais previsíveis forem as informações nele inseridas, menos interesse o texto despertará em seus leitores. O fornecimento de um maior número possível de informações novas aumentará as possibilidades de interesse destes leitores. Para Weaver, a redundância ou a retomada de uma informação, já dada, se configura num fator que contribui para a legibilidade textual.

Santos suscita ainda que a noção de informatividade abriga dois blocos em oposição, ou “dois momentos textuais”, que são: a) das informações dadas; b) das informações novas. O primeiro diz respeito às redundâncias, ao momento em que as informações são retidas ou fixadas; o segundo diz respeito aos acréscimos, isto é, o momento em que ocorre a progressão informacional no texto.

É sabido que a continuidade no texto está vinculada ao equilíbrio entre dois recursos básicos: a repetição e a progressão. Recursos que são responsáveis pela

retomada ou introdução das informações dadas ou novas no texto, cuja disposição e dosagem é de relevância para a avaliação, tanto da coerência quanto da quantidade de informações veiculadas.

De acordo com Charolles (1997,p.48), “para que um texto seja (microestruturalmente e macroestruturalmente) coerente é preciso que contenha, no seu desenvolvimento linear, elementos de recorrência estrita”. Dessa forma, a repetição se faz necessária, mas não suficiente, para que uma seqüência seja tida como coerente. Os recursos lingüísticos que podem garantir essas repetições são muitos e variados, como por exemplo: a) as pronominalizações que podem se realizar no texto por anáfora (retoma um referente já mencionado); b) as definitivações e as referenciações dêiticas contextuais, que, assim como as pronominalizações, autorizam retomadas declaradas ou virtuais de substantivos de uma frase para outra ou de uma seqüência de frases; c) nas substituições lexicais, o uso dos definitivos e dos dêiticos contextuais é acompanhado, com freqüência, de substituições lexicais. As substituições lexicais evitam retomadas lexemáticas e ao mesmo tempo garantem uma retomada estrita; d) as recuperações pressuposicionais e as retomadas de inferência ao contrário dos recursos anteriormente mencionados que se inscrevem na superfície textual, incidem em retomadas de conteúdos semânticos não manifestos, embora fundamentais, os quais devem ser reconstruídos para que surjam, claramente, as recorrências.

Quanto à progressão, Charolles (op.cit., p58) postula que, para um texto ser micro ou macroestruturalmente coerente, “é preciso que haja no seu desenvolvimento uma contribuição semântica constantemente renovada. Em conformidade com o posicionamento deste estudioso (op.cit., p.59), “a exigência da progressão semântica é evidentemente das mais elementares e, à medida que o próprio ato de comunicar supõe “alguma coisa a dizer”, concebe-se que ela só muito raramente não seja satisfeita”. Sendo assim, para a produção de um texto coerente é preciso manter um equilíbrio entre continuidade temática e progressão semântica (ou rêmica), ou seja, o texto deve manter uma harmonia entre as informações novas e dadas.

É importante ressaltar que a informação dada, ou seja, aquela que já é de conhecimento do interlocutor, “tem a função de estabelecer os pontos de ancoragem para aporte da informação nova” (VILELA & KOCH, 2001, p.509). Dessa forma, a

recuperação das informações já fornecidas ou dadas ocorre por meio de um recurso denominado remissão ou referência textual.

De acordo com Koch (2000, p.33), a remissão pode ser efetuada por meio de recursos de ordem gramatical ou por intermédio de recurso “de natureza lexical, como sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos, descrições definidas; ou ainda por reiteração de um mesmo grupo nominal ou parte dele, e, finalmente, por meio de elipse” ou, também, via inferenciação. É a remissão encarregada de formar, no texto, as “cadeias coesivas”, - isto é, o encadeamento lingüístico e semântico - entre o que foi “dito” e o que se “vai dizer” - que são fundamentais na organização do texto, ajudando, também, a produzir o sentido pretendido pelo produtor. Sendo assim, podemos entender que as retomadas de informações realizadas pela remissão não ocorrem, somente, por meio de referentes expressos no texto, mas, também, com a ativação dos referentes armazenados na memória do interlocutor, ou seja, por meio do seu conhecimento de mundo e conhecimento socioculturalmente partilhado com seu interlocutor. Esses recursos inferenciais são denominados anáfora semântica ou anáfora profunda.

Isso significa que o processo de ativação de informações memorizadas se dá a partir dos “sinais ou pistas” encontrados na superfície textual, os quais são (re)ativados pelas inferências, que fornecem ao interlocutor suporte para o entendimento do texto, por meio das orientações ou indicações para cima, para baixo, para frente ou para trás; ou ainda, estabelece uma ordem entre os segmentos textuais ou partes do texto, (KOCH, 2000). Uma vez retida a informação dada, realiza-se a progressão textual, introduzindo uma nova informação. Estabelecem-se, então, as relações de sentido entre: “a) segmentos textuais de extensões variadas; b) segmentos textuais e conhecimentos prévios; c) segmentos textuais e conhecimentos e/ou práticas socioculturalmente partilhados” (VILELA & KOCH, 2001, p.509).

Dessa forma, a informação temática é, freqüentemente, a fornecida, enquanto a remática, em geral, é uma nova informação. As retomadas podem assim ser realizadas por anáfora associativa (semântica) ou anáfora profunda. Em outras palavras, ocorrem por meio de conectores interfrásticos, que podem ser lingüísticos, semânticos ou pragmáticos. São eles os encarregados pelo encadeamento, tanto entre orações de um mesmo período quanto entre os períodos situados no interior de um parágrafo. Esta sequenciação pressupõe as relações do tipo lógico-semântica, bem como as relações

discursivas argumentativas. Os articuladores textuais – entendidos como aqueles que estabelecem relações de tipo lógico-semântico – são os responsáveis pelo estabelecimento de relações discursivas ou argumentativas, entre parágrafos, seqüências ou partes inteiras do texto. Contudo, estas relações podem ainda ser estabelecidas por justaposição. O sentido do texto vai se configurando na soma de orações justapostas.

Vilela e Koch (2001, p.511) recorrem a Maingueneau para esclarecer que estes articuladores são classificados como “marcadores de integração linear” cuja função é “estruturar a linearidade do texto, organizá-lo em uma sucessão de fragmentos complementares que facilitam o tratamento interpretativo”.

Assim, podemos entender que os fundamentos da Teoria da Informação são essenciais para compreender o sentido de texto. Com base nessa teoria, é possível afirmar que a forma de organização e encadeamento das informações no texto revela a sua coesão e coerência, bem como a relevância das informações elencadas, o que indica o seu grau de informatividade.

Beaugrande e Dressler (1988) tomam o termo informatividade na mesma acepção proposta pela Teoria da Informação. Assim, a informatividade,

Designa o grau pelo qual a apresentação (de uma informação no texto) é nova ou inesperada pelos receptores. Geralmente, a noção é aplicada aos conteúdos; mas às ocorrências em qualquer sistema de línguas deve ser informativo. A ênfase sobre o conteúdo cresce a partir do papel predominante da coerência” (p.139)

Os autores cometam que a informatividade designa em que medida a informação contida no texto é previsível ou imprevisível. O texto será qualificado como menos informativo, quando ocorrer maior previsibilidade nas informações expostas e mais informativo, quando ocorrerem informações imprevisíveis.

Beaugrande e Dressler (op.cit., p.141 a 149), ao se referirem à exposição das informações no texto, postulam haver três ordens de informatividade, as quais podem ser distinguidas pelo usuário no processo de comunicação.

A primeira ordem de informatividade apresenta informações corriqueiras, previsíveis e, portanto, não chamam a atenção do leitor. As informações desta ordem

são qualificadas como de baixa informatividade, por exemplo, os clichês e estereótipos, as frases feitas, ou ainda, as afirmações sobre o óbvio. As informações de primeira ordem se fazem presentes em qualquer texto e são consideradas triviais e, mesmo que estejam bem integradas no texto, não despertam muito interesse no leitor. Comentam que as ocorrências de primeira ordem de informação fazem parte de qualquer texto, e, por estarem bem integradas, recebem pouca atenção do leitor. A máxima previsibilidade está na forma sucinta e direta de transmissão da mensagem, que tem por função focalizar a atenção dos leitores para o referente.

Val (1991, p.30), ao se referir à primeira ordem de informatividade, postula que “os textos que não ultrapassam esse patamar, ainda que dotados de coerência e coesão, resultam pragmaticamente ineficientes, porque desprovidos de interesse”.

A segunda ordem de informatividade contém ocorrências previsíveis mescladas com ocorrências imprevisíveis e são classificadas como sendo de grau médio de informatividade; as informações vão além do senso comum, mas as novidades apresentadas não são significativas.

Para Val (1991, p.30), “na segunda ordem ficam as ocorrências em que o original e o previsível se equilibram, angariando boa aceitabilidade, porquanto apresentam novidade sem provocar estranheza.”.

Conforme, Beaugrande e Dressler, a terceira ordem de informatividade apresenta informações novas, de forma que interessam e acrescentam conhecimentos ao leitor, sendo por isso classificada como de grau alto de informatividade. As informações que podem ser classificadas como de terceira ordem são aquelas que trazem novidade para o leitor.

Val (1991, p.30), comenta: “são de terceira ordem as ocorrências que, aparentemente pelo menos, não figuram no leque de alternativas possíveis e que, por isso mesmo, desorientam, ainda que temporariamente, o recebedor”.

Fávero (1985, p.16) ancora-se na teoria da informatividade proposta por Beaugrande e Dressler para explicar as duas primeiras ordens de informatividade textuais. Em relação à terceira ordem de informatividade, a pesquisadora postula que “compreende as ocorrências que, à primeira vista, parecem estar fora do conjunto das mais ou menos prováveis ocorrências: são comparativamente infreqüentes, requerem

muita atenção e recursos de processamento, mas, por outro lado, são mais interessantes”.

Beaugrande e Dressler (1988,p.144) comentam, ainda, que há dois tipos comuns de ocorrências em textos de grau alto de informatividade: “a) descontinuidades, quando a ocorrência parece apresentar falhas de configuração; b) discrepâncias, quando o modelo de texto apresentado não condiz com o conhecimento armazenado”. Neste sentido, podemos entender que, ao ocorrer as discrepâncias no texto, o interlocutor necessita de motivação especial para desvendar o que estas ocorrências significam, por que foram selecionadas e de que forma podem ser incorporadas ao texto, para dar continuidade de sentido, que é a base da comunicação. Para eles, estes procedimentos extrapolam a comunicação textual e passam a integrar o comportamento humano de forma geral.

Nessa perspectiva, para que se construa o sentido do texto, é necessário utilizar continuamente o conhecimento adquirido como caminho que leve a conhecimentos posteriores. Neste trajeto em busca do sentido, recorreremos às várias estratégias que possam nos levar até ele, tendo como base as vivências do mundo real. Algumas dessas estratégias são os “frames”, esquemas, planos e “scripts”³ e, em um processo de comparação, o receptor valoriza as informações apresentadas, no texto, como verdadeiras ou falsas. Esta valoração atribuída pelo leitor o levará a aderir ou não às proposições apresentadas.

Fávero (1985, p.17), fundamentada na teoria de Beaugrande e Dressler, nos traz outras informações. Ela relata que esses estudiosos “distinguem uma progressão específica de expectativas humanas as quais são aplicadas em vários graus durante a comunicação”, o que pressupõe que a probabilidade contextual pode ser exposta em três escalas de valores ou fontes de expectativas, mesmo tratando-se de uma complexa mistura de fatores.

³“Frames” são modelos globais que contêm o conhecimento de senso comum sobre um conceito central, ex. natal. Os esquemas diferem dos “frames”, porque, “são modelos cujos elementos são ordenados numa progressão, de modo que se podem estabelecer hipóteses sobre o que será feito ou mencionado a seguir no universo textual. Os esquemas são “modelos globais de acontecimentos e estados que conduzem a uma meta pretendida, ex. um texto para montagem de um aparelho. “Scripts” são planos estabilizados, utilizados ou invocados com muita freqüência para especificar os papéis dos participantes e as ações deles esperadas. Diferem dos planos por conterem uma rotina preestabelecida. (KOCH & TRAVAGLIA, 1999, p. 64, 65)

Em relação à primeira fonte de expectativa – o mundo real e seus fatos – postula:

O mundo real é, conseqüentemente, a fonte privilegiada das crenças subjacentes à comunicação textual: podemos produzir e receber muitos textos que são factuais, porém o mundo real é nosso ponto de orientação, alguns fatos estão tão firmemente arraigados em nossa maneira de pensar que atuam como omissões (“defaults”) para qualquer mundo textual que possa ser apresentado: que causas têm efeitos; que alguma coisa não pode ser ao mesmo tempo, e sob as mesmas circunstâncias, verdadeira e falsa ou existente e não existente; que objetos têm identidade, massa e peso, e assim por diante. (FÁVERO, 1985, p.17).

Podemos perceber que, na recepção do texto, bem como em sua produção, as informações estão sujeitas a muitos fatores externos, esteadas nos conhecimentos de mundo e experiências vivenciadas, tanto do produtor quanto do receptor. Tais informações funcionam, no processo de comunicação, como balizadoras que indicam ao produtor como deve ser produzido o texto, para que seja “bem aceito” pelo leitor e, por outro lado, como o texto deve ser lido para ser “bem compreendido”.

A segunda fonte de expectativas – organização da linguagem no texto, as convenções formais – lembra-nos o fato de que numa língua muitas convenções são arbitrárias, o que faz com que os falantes não considerem certas combinações de sons por julgarem impronunciáveis porque inexistem. Fávero comenta como exemplos em português, as abreviaturas “Ltda (limitada) Pça (praça)”, que não são pronunciadas pelos falantes, mas, são reconhecidas quando escritas como abreviaturas de formas mais longas.

A terceira fonte de expectativas – técnicas de arranjos de seqüências de acordo com a informatividade – a pesquisadora aponta como técnica para manutenção de uma referência orientadora no texto e da informatividade num nível alto, com o seguinte procedimento: “Elementos altamente informativos tendem a aparecer no fim da oração e, em contraste, elementos de baixa informatividade tendem a aparecer no começo das orações ou serem compactados por pró-formas ou omitidos por elipse”.(op.cit.p.18,19).

Beaugrande e Dressler (Op.cit., p.19) afirmam que a primeira fonte de expectativas ocorre independente da língua, enquanto que as demais estão sujeitas a

variações de acordo com a língua em que são avaliadas. Acreditam tratar-se de um assunto bastante controverso, pois, mesmo considerando as diversas convenções vigentes em várias línguas, há um discreto consenso, se esta diversidade implicaria o fato de os usuários organizarem o mundo de maneiras distintas, e ainda, se o significado das expressões e o sentido do texto estariam relacionados à aquisição e ao uso do conhecimento. Se assim fosse, os usuários estariam, também, sob influência de fatores sociais e culturais. No intuito de dar noção sobre essas influências, apresentam mais dois fatores: a quarta e a quinta fontes de expectativas.

A quarta fonte de expectativa – tipos de texto – “são estruturas globais que controlam o leque de opções a serem utilizadas” (op.cit., p.19). Está relacionada à afirmação de que certas construções textuais são aceitáveis em textos poéticos, porém, insustentáveis em textos científicos que necessitam estar calcados em fatos comprováveis.

A quinta fonte de expectativas – contexto imediato – “refere-se ao contexto em que o texto ocorre e como é utilizado, já que pode modificar as expectativas delineadas pelas outras quatro” (op.cit., p.19). Relaciona-se ao estilo escolhido para a elaboração do texto, e ao fato de que, com base nisso, o interlocutor do texto espera que algumas ocorrências sejam mais dominantes que outras; por exemplo, em textos literários e poéticos serão delineados focos especiais, exigindo de seus produtores maior cuidado e atenção na seleção dos procedimentos. Nesta tipologia textual, a informatividade pode figurar no fator surpresa, que pode ser a quebra inesperada de um estilo próprio do texto. Contudo, este procedimento corre o risco de tornar o texto ilegível, incapacitando os leitores de um bom entendimento.

A partir da teoria apresentada, é possível perceber que a informatividade é de suma importância na seleção e organização de alternativas no texto, uma vez que controla, limita e motiva o uso dessas alternativas. Na seleção e arranjo realizados pelo produtor, estarão explícitos ou implícitos seus objetivos, revelados por meio dos elementos lingüísticos, como, por exemplo, os artigos e operadores argumentativos, que visam orientar o leitor para um determinado sentido.

Com base nestas reflexões, é que procedemos, no Capítulo 3, as análises das redações *corpus* deste trabalho.

Sendo a informatividade o nosso foco de pesquisa, apresentamos no próximo capítulo um levantamento de informações da mídia impressa, colhidas em revistas e periódicos de circulação nacional publicadas de janeiro a dezembro de 2000, as quais, possivelmente, tenham feito parte da construção do texto do vestibulando. Informações que serão, ao final, comparadas às informações encontradas nas redações para avaliação da informatividade.

CAPITULO 2

A PROVA DE REDAÇÃO DO VESTIBULAR E AS INFORMAÇÕES MIDIÁTICAS

O Concurso Vestibular representa para milhares de estudantes o primeiro passo para uma formação profissional e vem marcado por tensões e desafios a serem vencidos. Um destes desafios ocorre, no contexto aqui enfatizado, logo na primeira prova, ou seja, redigir uma redação.

A nossa pesquisa volta-se para a análise de redações de vestibular, especificamente de textos dissertativos, do Concurso Vestibular de Verão 2001, da Universidade Estadual de Maringá, cujas provas foram realizadas entre os dias 07 e 10/01/2001. Achamos por bem delinear, aos nossos leitores, alguns detalhes relativos às provas como, por exemplo, as informações constantes no manual de orientação do candidato, o qual é recebido por ocasião da sua inscrição no Concurso e que se configura, ao nosso ver, num importante instrumento de esclarecimentos relativos, não só à prova de Redação, mas também de muitos detalhes que envolvem as demais provas Geografia, História, Biologia, Matemática, Comunicação e Expressão, Física e Química.

Na seqüência, tecemos comentários breves sobre os temas que se depreendem do texto de apoio para as redações. Detemo-nos com mais especificidade no texto do tema 2, por serem as redações deste tema nosso objeto de pesquisa. Em um outro momento, apresentamos o levantamento de informações relativas ao tema 2, colhidas em revistas e periódicos, que circulam na mídia, as quais, acreditamos, possam estar presentes na construção das informações das redações que compõem o *corpus* de análise deste estudo.

Centrando-nos neste material, avaliamos, no capítulo seguinte, como o aluno/candidato apresenta as informações em sua redação, podendo inferir, com base nas matérias colhidas da mídia impressa, se estas coincidem ou não com as mencionadas nas redações verificadas, chegando, então, ao grau de informatividade constante nestes textos dissertativos. Além disso, e, principalmente, procuramos marcar a origem dessas informações.

2.1 As informações do Manual do Candidato

É sabido que a redação, como todo texto, pelo seu caráter plurissignificativo, revela muito dos conhecimentos, ideologias e crenças do aluno/candidato, resultado da formação adquirida em anos de bancos escolares, bem como da sua convivência familiar e social.

De modo geral, e sem considerar as horas dedicadas aos estudos de como se elaborar um texto pertinente, em sala de aula, podemos inferir que o primeiro contato, para a maioria dos candidatos, com o meio universitário, se dê por ocasião da inscrição para o Concurso Vestibular, ocasião em que recebe o Manual do Candidato.

Ao nosso ver, este momento é bastante importante para aqueles mais atentos e que se prestam a gastar alguns minutos com a leitura deste manual, especialmente, no que diz respeito às informações referentes à elaboração e avaliação das redações, uma vez que os informes ali constantes, se não forem de seu conhecimento, lidos com antecedência, o candidato terá tempo para buscar informações e realizar uma prova de redação com bom êxito, muito embora, as escolas e os cursinhos preparatórios estejam, agora, mais que antes, (parece-nos) empenhados em instruir os alunos sobre as características de um texto adequado, bem como a forma de avaliação utilizada pela maioria das Comissões de Concursos Vestibulares. Isto se dá, pelo menos nas escolas da cidade de Maringá e região, para as quais a Universidade Estadual de Maringá oferece cursos de capacitação aos professores das redes pública e privada, a fim de que possam incluir em suas aulas de redação informações sobre o conceito de texto “bem formado” e quais os recursos que podem lhe dar esta qualificação, de acordo com a concepção da

instituição. Vale lembrar que estas exigências variam de instituição para instituição, sendo que algumas particulares sequer fazem uso da prova de Redação em seus exames seletivos. Entretanto, a leitura do Manual do Candidato, tanto pelos alunos/candidatos quanto pelas escolas que os preparam para o concurso vestibular, parece-nos um bom instrumento de trabalho para a sala de aula e que pode servir como ponto de partida para inteirar o aluno do que seja um texto adequado.

A apresentação dessas informações é realizada de forma bastante didática e a terminologia utilizada é própria das teorias de texto, as quais se acredita não serem, pelo menos em tese, alheias ao aluno/candidato. Com isso, podemos supor que eles não tenham dificuldades em compreendê-las e, tampouco, de perceber quais serão os aspectos considerados relevantes em sua avaliação.

Um dos primeiros informes do Manual situa o vestibulando em relação à pontuação das redações: para ser classificada, a redação tem que apresentar uma pontuação mínima de 12 pontos e máxima de 60 pontos. Essa informação vem seguida das seguintes observações: *“somente serão avaliadas as redações que estiverem redigidas na folha ‘Versão definitiva’; e aquelas em que o aluno/candidato obtiver no mínimo 3 (três) pontos em cada matéria das provas objetivas”*.

Na seqüência, são apresentados os conhecimentos textuais que o vestibulando deve possuir, para que seja capaz de produzir uma redação que venha a ser altamente pontuada, considerando-se os aspectos lingüístico e de conteúdo. São conhecimentos básicos, de acordo com as diversas teorias da Lingüística Textual, os quais são necessários para a construção de um texto pertinente. Por meio desses conhecimentos, o aluno revelará sua competência textual, a qual será de suma importância, tanto para seu ingresso como para sua manutenção e crescimento no meio universitário. São elas:

- ▶ A capacidade de escrever sobre determinado tema na modalidade padrão culta da língua;
- ▶ A organização na apresentação de idéias;
- ▶ A elaboração de hipóteses explicativas;
- ▶ A interpretação de dados e fatos;
- ▶ O estabelecimento de relações.

Os critérios de avaliação das redações, também apresentados no manual, estão em concordância com a capacidade textual desejada do candidato. Espera-se que ele demonstre conhecimentos de produção textual, tanto de conteúdo quanto de forma, visto que o texto que contempla adequadamente estes aspectos se configura em um todo significativo. Na avaliação, cada um dos dois aspectos – conteúdo e forma - terá valor de 0 a 30 pontos, totalizando uma pontuação máxima de 60 pontos.

Quanto ao conteúdo, são relevantes, na avaliação da redação, a capacidade de o vestibulando argumentar sobre determinado tema, mensurar o processo de reflexão sobre o tema e a maneira de organizar o conhecimento no texto escrito. Sendo assim, o título do texto deverá ser pertinente ao conteúdo apresentado, no desenvolvimento do texto. Espera-se que ele demonstre capacidade de leitura e comprometimento em relação ao tema escolhido, bem como um cabedal de informações que o fundamente, suficientemente. Isso com o objetivo de argumentar de forma crítica a tese sobre o assunto abordado. O texto deverá apresentar coerência, isto é, as idéias contidas no texto devem estar devidamente articuladas, garantindo uma progressão textual. Evitam-se, assim, as contradições, repetições ou retomadas que possam gerar circularidade do assunto. Outros aspectos, como adequação à tipologia textual, o emprego da norma padrão culta e a coesão contribuirão para que o texto seja avaliado como uma unidade significativa.

Ao nosso ver, todos esses fatores deixam claro para o vestibulando, por ocasião da produção da redação, a necessidade de ter “o que dizer” e saber “como dizer”, já que estão diretamente relacionados à organização das informações, as quais garantirão ao texto um elevado nível de informatividade.

2.2 O texto de apoio para a produção da redação

Por ocasião da prova de Verão/2001 da Universidade Estadual de Maringá, o vestibulando pôde dispor de dois textos de apoio para a construção de um texto narrativo ou dissertativo, conforme sua opção (Anexo I).

No material impresso, à disposição, para o auxílio por ocasião da prova de redação, figuram, também, informações esclarecedoras sobre o procedimento a ser adotado para a construção da redação, as quais demandam uma leitura calma e atenta. São elas:

- ▶ Os textos apresentados servem de apoio para a produção da redação.
- ▶ Escolha apenas um dos temas e coloque o respectivo número no espaço próprio.
- ▶ Cada tema traz instruções próprias, que devem ser cumpridas.
- ▶ Redija em forma dissertativa ou narrativa, conforme as instruções que acompanham o tema escolhido.
- ▶ Evite transcrever partes do texto.

Em seguida, são apresentados os textos. O texto de tema 1 intitula-se “*Alerta Geral*” e trata da influência da programação das emissoras de TV brasileiras sobre as famílias, nos finais de semana, ressaltando, principalmente, os seus aspectos negativos. Dado ao acesso constante da maioria das pessoas à mídia televisiva, o tema não apresenta, em princípio, maiores complicações para o desenvolvimento de um texto narrativo ou dissertativo. O texto de tema 1 tem como fonte a Internet – Rede Mundial de Computadores – no mês de outubro de 2000.

O tema 2, apresentado na seqüência, que deu origem às redações por nós analisadas, intitula-se “*O bom senso está on sale*”. Trata-se de excertos da reportagem de João Gabriel de Lima, referindo-se à discussão sobre a possível proibição do uso de palavras estrangeiras no vocabulário da língua portuguesa, no Brasil. Este tema, ao contrário do tema 1, não permitia textos narrativos, apenas dissertativos, solicitando ao aluno/candidato que deixasse claro em seu texto uma tese, com ênfase na sua posição sobre o tema, utilizando argumentos que visassem convencer o leitor

TEMA 2

Os excertos de João Gabriel de Lima referem-se a uma discussão sobre a proibição do uso de palavras estrangeiras, no Brasil. Sobre o tema abordado pelo autor, redija

um texto DISSERTATIVO. Nele, você deve deixar evidente uma tese, enfatizando a sua posição sobre o tema com argumentos que objetivem convencer o leitor.

O BOM SENSO ESTÁ ON SALE

Algumas observações sobre o projeto de lei que proíbe o uso de palavras estrangeiras

João Gabriel de Lima

Cena de Laços de Família, a novela das 8 da Globo. Miguel (Tony Ramos) recebe Capitu (Giovanna Antonelli) no Internet Café de sua livraria:

Capitu – O computador não funciona! E eu tenho de mandar uma mensagem urgente! Preciso entrar em contato com minha agente de viagens para programar uma caminhada no mato.

Miguel – Calma. Deixe-me pegar o rato.

Capitu – Ufa, deu certo! Obrigada, Miguel. Preciso correr agora porque combinei com amigos de ir a um espetáculo de canto metralhado.

Se você não entendeu nada, aí está a tradução: “ordenador” é computador. “Caminhada no mato” é trekking. “Rato” é mouse. “Canto metralhado” é rap. O diálogo esdrúxulo entre os dois personagens do folhetim é obviamente fictício. Não é impossível, no entanto, que um dia o autor Manoel Carlos seja obrigado a escrever algo parecido. Basta que o congresso aprove o projeto de lei nº 1676, de autoria do deputado Aldo Rebelo, do PC do B de São Paulo. Nesse caso, os brasileiros estarão proibidos de usar termos em outras línguas na comunicação oficial, na mídia escrita, radiofônica e televisiva, na publicidade e no comércio. (...) Para os especialistas, o projeto mostra total ignorância do fenômeno lingüístico. “um idioma evolui quando entra em contato com outros, e só alguém que não entende nada do assunto pode achar que é possível bloquear esse intercâmbio”, diz o professor John Robert Schmitz, americano naturalizado brasileiro, que leciona Lingüística Aplicada na universidade de Campinas. É normal que uma língua se nutra de outras. Também é comum – e fato antigo – que os vocábulos ao atravessar fronteiras venham, em geral, de uma cultura dominante. (...)

Contrabando Verbal

Palavras de outras línguas que foram incorporadas ao português

Açougue (árabe)	Comunista (francês)	Gongo (malaio)
Estopim (catalão)	Calouro(grego moderno)	Berinjela (persa)
Chá (chinês)	Escuna (holandês)	Escorbuto (russo)
Crocodilo(egípcio)	Buldogue (inglês)	Edredão (sueco)
Padeiro(espanhol)	Galera (italiano)	Abacaxi(tupi guarani)
Burocracia(francês)	Biombo (japonês)	Sandália (turco)
Fonte: Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de Antenor Nascentes.		

Fonte (Revista Veja, nº 1664, pp.86-87, 30 de agosto de 2000)

2.2.1 Levantamento das informações do texto de apoio

Se comparados os dois temas propostos para a elaboração das redações, podemos perceber que o tema 2 trata de um assunto mais complexo que o tema 1, tendo em vista a intertextualidade nele presente. Este fator exigiria que o aluno/candidato estivesse devidamente informado sobre as discussões travadas em torno do projeto de lei proposto pelo Deputado Aldo Rebelo e apresentado ao Congresso Nacional, que propõe a proibição do uso de estrangeirismos na língua portuguesa, principalmente, os advindos da língua inglesa, que são em maior número, nas comunicações oficiais, na mídia escrita, radiofônica e televisiva, na publicidade e no comércio. Além disso, apresenta noções sobre a história e a evolução da(s) língua(s).

O texto traz em sua introdução um diálogo entre dois personagens da novela da Rede Globo “Laços de Família”, exibida pela emissora na época, de autoria de Manoel Carlos, no qual figuram termos que têm correspondentes em português, embora sejam, popularmente, mais conhecidos pelos termos em inglês. Por exemplo, *mouse* (rato), *rap* (canto metralhado), *trekking* (caminhada no mata). O comentário irônico feito pelo autor do texto reflete seu ponto de vista, contrário a tal projeto:

Não é possível, no entanto, que um dia o autor Manoel Carlos seja obrigado a escrever algo parecido. Basta que o Congresso aprove o projeto de lei nº 1676, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, do PC do B de São Paulo. Nesse caso, os brasileiros estarão proibidos de usar termos em outras línguas na comunicação oficial, na mídia escrita, radiofônica e televisiva, na publicidade e no comércio (...)

Para fundamentar a sua tese contrária à do projeto de proibição do uso de estrangeirismos na língua portuguesa, o autor do texto elenca, no último parágrafo, um argumento de autoridade, citando o estudioso John Robert Schmitz, professor de Lingüística Aplicada na Universidade de Campinas, o qual entende que o intercâmbio entre as línguas é um fato normal e necessário para a evolução das mesmas.

Por fim, apresenta como último argumento de comprovação de sua tese, um quadro com palavras já incorporadas à língua portuguesa e advindas de outras línguas.

Sendo assim, o candidato que optasse pelo texto de tema 2, para construir a sua redação, necessitaria estar bem fundamentado sobre o assunto para poder elaborar um texto pertinente, visto que a proposta do Deputado Aldo Rebelo, proibindo o uso de estrangeirismos na língua portuguesa, é bastante polêmica.

Com base nas informações constantes no texto de apoio, podemos inferir sobre alguns enfoques que poderiam ser dados pelos vestibulandos na construção da redação, sem incorrer em fuga ao tema. São eles:

- ▶ Poderia elaborar um texto dissertativo revelando seus conhecimentos e opinião sobre o projeto de lei proposto pelo Deputado Aldo Rebelo;
- ▶ Partiria do exemplo da novela apresentado no texto, elencando exemplos similares utilizados pela mídia televisiva ou qualquer outro tipo de mídia, argumentando e posicionando-se criticamente em relação ao assunto;
- ▶ Tomaria por base a opinião do autor, João Gabriel de Lima, redigindo um texto com outros argumentos que mantivessem o mesmo ponto de vista defendido pelo autor ou que o refutassem, utilizando argumentos favoráveis e convincentes à proibição dos estrangeirismos na língua portuguesa;
- ▶ Partiria do parecer do estudioso John Robert Schmitz, construindo a redação com base no enriquecimento lexical gerado pela incorporação de palavras estrangeiras a uma dada língua ou à língua portuguesa;
- ▶ Utilizaria a história evolutiva das línguas, tendo como exemplo o quadro “Contrabando Verbal” apresentado no final do texto, mostrando que a influência de outras línguas na língua portuguesa ocorre há muito tempo e só se tem conhecimento disso por meio de estudos diacrônicos e etimológicos, dada a afinidade dos usuários com tais vocábulos;
- ▶ Poderia, ainda, discorrer sobre o impacto sócio-político-cultural da adoção “exagerada” de termos estrangeiros na língua portuguesa e seus reflexos na construção da cidadania e na auto-estima do povo brasileiro.

Citamos, aqui, apenas alguns aspectos que poderiam ser abordados a partir do tema 2 proposto para a redação do Concurso Vestibular dentre tantos outros possíveis de serem apresentados.

Feitos os comentários acerca do texto de apoio que embasa as redações que foram por nós analisadas, a seção seguinte tem como propósito apresentar as informações da mídia impressa, relativas ao tema 2, colhidas em revistas e periódicos que circularam nos dois últimos anos que antecederam ao Concurso Vestibular de Verão/2001. A nossa opção pela mídia impressa, e não por outros meios de veiculação de informações, deu-se em função de julgarmos que este meio de comunicação esteja mais presente em sala de aula. Lembrando que adotamos este procedimento por acreditarmos que as informações ali mencionadas possam estar presentes, também, na construção das informações das redações que constituem nosso objeto de estudo. Esta opção, não exclui, contudo, a possibilidade de as informações apresentadas nas redações serem oriundas de outras fontes midiáticas que não a escrita. Porém, nessa pesquisa, daremos maior atenção à mídia impressa.

2.3 Informações da mídia impressa

Nesta seção, apresentamos as informações colhidas na mídia impressa, jornais e revistas, que versam sobre o projeto de lei nº 1676 do Deputado Aldo Rebelo, do PC do B de São Paulo, o qual gerou (e gera) muita controvérsia e foi (e continua sendo) muito debatido, tanto por estudiosos da linguagem como por demais usuários da língua portuguesa.

Primeiramente, mostramos uma relação de todo o material que encontramos relativo ao projeto de lei e em ordem cronológica.

Num segundo momento, expomos na íntegra as publicações que foram por nós selecionadas, na mídia impressa, tais como divulgações encontradas em revistas e jornais de circulação nacional e estadual que versam sobre o mesmo projeto de lei. Vale lembrar que nos restringimos à apreciação das matérias veiculadas no período que antecede ao Concurso Vestibular de Verão/2001, mais precisamente às do período de

janeiro a dezembro de 2000. A opção por mostrar os artigos na íntegra deu-se como forma de melhor inteirar o nosso leitor.

Por fim, reunimos, num quadro, as informações que são comuns nas publicações expostas, as quais, junto com as informações levantadas no texto de apoio da prova, norteiam as análises das informações existentes nas redações.

É importante ressaltar que muito do material pesquisado teve como fonte o endereço eletrônico do Movimento Nacional de Defesa da Língua Portuguesa, www.novomilenio.inf.br/idioma/, uma vez que este *site* reúne um material significativo, tanto de reportagens publicadas em revistas e jornais a respeito do projeto Aldo Rebelo como palestras, seminários, artigos, dentre outros, relacionados ao tema, cujo objetivo é proteger a língua portuguesa de uma descaracterização.

2.3.1 Periódicos pesquisados

Os periódicos consultados estão organizados da seguinte forma: primeiramente, mostramos uma relação de revistas; depois, a relação dos jornais consultados. Em ambos, constam a fonte, data de publicação, autor e o título da reportagem pesquisada. Apresentar a relação dos periódicos consultados tem por objetivo dar ao nosso leitor noção da quantidade de material encontrado sobre o assunto, bem como o teor das informações destas publicações, salientando que esta relação não pretende ser exaustiva. Na seção seguinte, podem ser vistas, na íntegra, as reportagens selecionadas. A seleção foi realizada a partir da relação anteriormente mencionada.

Revistas

► Revista Época, de 14 de agosto de 2000, p.32.

Título: O português não precisa de patrulha.

Autor: Décio Viotto.

► Revista Palavra, nº 16, de agosto de 2000

Título: A Flor do Lácio: última, inculta e bela.

Autor: Carlos Alenquer

- ▶ Revista Istoé nº 1612, de 23 de agosto de 2000. p.56,57,58.

Título: Portuguese , Please.

Autoras: Sara Duarte e Valéria Propato.

- ▶ Revista Veja nº 1664, de 30 de agosto de 2000, p.86,87.

Título: O Bom senso está *on sale*.

Autor: João Gabriel de Lima.

- ▶ Revista Istoé nº 1621, de 25 de outubro de 2000,p.9,10,13.

Título: Língua ferida.

Autoras: Florência Costa e Inês Garçon.

- ▶ Revista Família Cristã edição de novembro de 2000.

Título: Camões contra Shakespeare

Autor: Fúlvio Giannella Júnior.

Jornais

- ▶ Folha de S.Paulo, Opinião, p. 1-3 , de 24/09/00

Título: Língua portuguesa e Timor Leste

- ▶ Folha de S.Paulo, Opinião, p.1-2, de 10/01/00

Título: Língua estranha

Editorial

- ▶ A Tribuna Digital, de 28/02/00

Título: Nossa língua tem que ser valorizada.

Autora: Edna Alessio de Aguiar

- ▶ Folha de S.Paulo, Geral, de 06/03/00

Título: Crianças desnacionalizadas

Autor: Vinícius Torres Freire

- ▶ O Estado de S.Paulo, Geral, de 26/03/00.

Título: Abuso de estrangeirismos causa polêmica

Autora: Ligia Formenti

- ▶ Jornal Estado de Minas, de 28/03/00.

Título: “Última Flor do Lácio”

Autor: Murilo Badaró

- ▶ Jornal A Tribuna de Santos, de 04/00.

Título: O Descobrimento

Autor: Luiz A. G. Canello

- ▶ Folha de S.Paulo, de 25/04/00.

Título: Um projeto de lei

Autor: Ariano Suassuna

- ▶ Jornal Correio Braziliense, de 24/05/00.

Título: A dolarização da língua

Autor: Paulo Brossard

- ▶ Diário do Litoral, de 29/06/00.

Título: Movimento alerta sobre uso indiscriminado de palavras em inglês.

Autora: Melissa Canadá

- ▶ Diário do Litoral – Baixada Santista, de 29/06/00.

Título: Movimento alerta sobre uso indiscriminado de palavras em inglês.

Autora: Melissa Canadá

- ▶ A Tribuna Digital, de 29/06/00.

Título: Nossa língua portinglesa.

Editorial

- ▶ O Estado de São Paulo, Geral, de 14/07/00.

Título: “Répiou”

Autor: Luiz Fernando Veríssimo

- ▶ Jornal Correio Braziliense, de 22/07/00.

Título: English? Vixe!

Autora: Faniana Tahan

- ▶ MNDLP ⁴, de 26/07/00

Título: “Buzzwords”... (língua e consciência)

Autor: Carlos Pimentel Mendes

Título: A língua portuguesa e a invasão estrangeira.

Autora: Rosilma Roldan

⁴ MNDLP-Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa

- ▶ A Tribuna Digital, de 27/07/00.
Título: Influências no português provocam críticas.
Editorial
- ▶ A Tribuna Digital, de 04/08/00.
Título: Empobrecimento da Língua preocupa Rosilma Roldam
Editorial
- ▶ Folha de S. Paulo, Cotidiano, de 10/08/00.
Título: Comissão aprova limite a estrangeirismo.
Autora: Marta Salomon
- ▶ Jornal Meio Norte- Teresina-Piauí, de 10/08/00.
Título: Língua-pátria.
Editorial
- ▶ Folha de S. Paulo, Opinião, de 11/08/00.
Título: Língua Presa
Editorial
- ▶ O Estado de São Paulo, de 13/08/00.
Título: “Nonsense chauvinista”
Editorial Língua.
- ▶ MNDLP – Sesc/Santos, de 31/08/00.
Título: Formação da Língua Portuguesa.
Autora: Neide Smolka
- ▶ Universo Online, de 23/09/00.
Título: Deputado comunista quer “purificar” o português brasileiro.
Autor: Jeremy Smith
- ▶ O Estado do Paraná, Especial, de 05/11/00.
Título: Do you habla portoghese?
Autor: Evanildo da Silveira.
- ▶ O Estado de São Paulo, Economia, 07/11/00.
Título: Projeto de lei causa polêmica.
Economia

► MNDLP- [www.novomilenio](http://www.novomilenio.com.br), de 28/11/00.

Título: A coragem de intervir.

Autor: Lauro José da Cunha.

2.3.2 As publicações selecionadas

Neste momento, transcrevemos algumas reportagens dos veículos de maior circulação na escola com objetivo de fazer um levantamento das informações comuns, as quais serão expostas em um quadro informativo e posteriormente comparadas às informações encontradas nas redações analisadas, buscando identificar a origem das informações elencadas nos textos dos vestibulandos. Este procedimento deu-se em função da hipótese de o aluno/candidato ter tido acesso a estas publicações, uma vez que acreditamos poder encontrar amostras, nas redações, dos conteúdos veiculados nessas reportagens.

Revistas

Revista Época de 14 de agosto de 2000, p.32.

Título: O português não precisa de patrulha.

Entrevista com o Pasquale Cipro Neto.

Reportagem de Décio Viotto.

Anexo II

1-A comissão de Educação da Câmara aprovou um projeto de lei que proíbe no Brasil o uso de expressões estrangeiras em eventos públicos, nos meios de comunicação, em estabelecimentos comerciais em produtos. O projeto, de autoria do deputado paulista Aldo Rebelo (PCdoB), quer lançar na clandestinidade termos como “home banking” ou “self service”. Ainda será votado pela Câmara e pelo Senado. Para o professor de português Pasquale Cipro Neto, de 45 anos, o projeto tem o mérito de levar à discussão o uso dos estrangeirismos. E só. Ele não acredita em leis de proteção ao vernáculo. Pasquale concedeu a Décio Viotto, de ÉPOCA, a entrevista a seguir:

2-Época: Precisamos de leis para coibir estrangeirismos?

Pasquale Cipro Neto: Não precisamos. Isso é burocratizar. O problema se resolve com investimentos em educação, em cultura, em saúde. Há estrangeirismos que até suprem carências, como a terminologia tecnológica do inglês. Quer palavra mais inglesa que “futebol”? O Brasil é um país periférico. Não influencia. É influenciado.

3-Época – O que empobrece a língua?

Pasquale: Tem gente que escancara demais a porteira, como esse festival de asneiras em nomes de prédios e de estabelecimentos comerciais. Em São Paulo, há uma papelaria chamada Paperstore. A papelaria se chama “papelaria”. Há o termo “inicializar” que deriva do inglês. Se existe o “iniciar”, não é necessário “inicializar”. E vai embora com entrega “delivery” (traduzindo: “entrega entrega”), “frango chicken” (frango frango).

4-Época – O português falado no Brasil corre o risco de se descaracterizar?

Pasquale: Não. A estrutura da língua não foi abalada. Continuamos montando as frases do mesmo jeito, embora existam problemas isolados. A nossa língua sempre recebeu influências. Do tupi. Do árabe. Do francês, muito mais do que se imagina. Até do alemão: a polícia faz *blitz*. E, ultimamente, do inglês.

Revista Palavra nº 16 de agosto de 2000.

Título: A Flor do Lácio: última, inculta e bela.

Entrevista realizada por Carlos Alenquer com o coordenador do MNDLP, Carlos Pimentel Mendes.

Anexo II

1- O movimento é xenófobo?

Não há xenofobia. Não queremos proibir o uso do inglês ou de outros idiomas no país, mesmo porque a globalização é um fato. O que não faz sentido é a loja da esquina inaugurar entrega em domicílio e anunciar delivery. O que incomoda é uma universidade pública brasileira, dentro do país, promover um seminário com recursos públicos e vetar o uso do português nesse encontro, como tentou fazer a UFMG num encontro que vai ocorrer em novembro. O que não queremos que aconteça é abdicarmos de nossa identidade de nossas origens culturais, como está acontecendo, nas escolas já se comemora o Dia das Bruxas (o Halloween), típica tradição norte-americana e muitas vezes se esquece o Dia do Folclore. Isso sem falar que festa junina está virando festa Country.

2- Quer dizer que o assunto não é só o X-tudo do delivery?

A dominação cultural alavanca a dominação econômica além de fecharmos o próprio mercado brasileiro para produtos baseados em nossa cultura (quadrinhos, música, livros e muito etc. mais), deixamos de ser concorrentes para os norte-americanos nos mercados internacionais, onde poderiam estar vendendo nossa música, nossa literatura, nossa arte. Não é por diletantismo que defendemos o idioma. Acontece que entendemos a importância desse aspecto de nossa soberania e identidade nacional.

3- A lei ajuda?

A lei, apenas, não. Precisamos de movimentos como o nosso, que façam barulho para o cumprimento da lei. Porém, há outras armas, o humor, por exemplo. Em nossa seção de humor na página “idioma”, por exemplo, tivemos uma seção em que flagramos casos hilários do uso do “português”. Se as pessoas virem o ridículo que é a imitação cultural, algo pode efetivamente mudar.

Revista Istoé nº 1612 de 23 de agosto de 2000. p.56, 57, 58.

Título: Portuguese, Please.

Reportagem de Sara Duarte e Valéria Propato

Anexo II

1-Estamos infectados pelo inglês. Para muitas pessoas a influência, num mundo globalizado é natural.

2-Há quem sustente, no entanto, que o brasileiro anda exagerando nas apropriações indébitas e fazendo a língua portuguesa sofrer de falta de personalidade.

3-Decidida a defendê-la da invasão “impenitente e insidiosa” a Comissão de Educação Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade, na semana passada, um projeto de lei que proíbe o emprego de palavras em outros idiomas na publicidade, em produtos e serviços, nos meios de comunicação, eventos públicos e textos oficiais (sejam eles de expressão oral, escrita ou eletrônica). Instalou-se a polêmica. Se ela pegar, todo mundo terá de falar em bom português.

4-O autor do projeto, deputado Aldo Rebelo (PCdoB), explica que sua intenção é educar os brasileiros “Não precisamos destruir o País para sermos globalizados”, exagera o parlamentar, inspirado em leis similares em vigor na França e em Portugal. Seu texto chega a definir como prática abusiva – e sujeita a penalidades que deverão ser regulamentadas pelo governo – o emprego de palavras estrangeiras que podem ser perfeitamente em traduzidas ou aportuguesadas.

5-A Barra da Tijuca, deduz-se, deveria então ser interditada. O bairro nobre do Rio de Janeiro ganhou até o apelido de Miami carioca, tamanha a concentração em inglês por metro quadrado.

6-Entrevistados, um auxiliar de limpeza e uma empregada doméstica sobre o entendimento dos termos em inglês comentam: “não entendo nada. Quem não sabe inglês está perdido”.

7-Quem domina o idioma, no entanto, não consegue imaginar o mundo sem ele. Com este comentário a repórter introduz outro parecer sobre o assunto, agora de executivos, “trabalho com tecnologia. Como vou traduzir coisas do dia a dia, como *laptop*, *e-mail*, *conference Call*? Reclama o executivo Ricardo Monteiro.

8-No início do século passado, era a influência francesa que imperava no Brasil (...) Depois começamos a nos “dobrar” ao inglês com o futebol (...) A prova de sabedoria da língua acabou criando terminologias legitimamente nacionais, como escanteio e impedimento. É justamente esse tipo de versatilidade que o projeto estimula. Mas não será fácil.

9-O escritor Murilo Mello Filho, membro da Academia Brasileira de Letras, acha difícil que se consiga erguer uma barreira contra os estrangeirismos. “Mais eficiente é conscientizar e educar. A melhor regra ainda é nunca usar palavras em inglês se houver semelhante em português”, afirma Mello Filho.

10-A lingüista Diana Luz Pessoa, da Universidade de São Paulo, ressalva que a paixão nacional por vocábulos estrangeiros não se deve ao desconhecimento do idioma. “É uma questão de dominação cultural, mesmo. Só que a língua não é questão para lei. Ninguém fala certinho por imposição” observa.

11-A discussão acaba esbarrando em outro ponto polêmico: a auto-estima do brasileiro.

12-Para o publicitário Alexandre Gama, o emprego de palavras estrangeiras faz parte da cultura tupiniquim de querer aparentar sofisticação.

13-A jornalista Érika Palomino também começa a pensar em traduções para o texto cifrado de sua coluna no jornal Folha de S. Paulo. “Me sinto fazendo papel de boba. É um raciocínio colonizado (...) reclama Erika.

14-Por enquanto, ela pode relaxar na verborragia *clubber*. O projeto deverá passar ainda pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e ir a plenário. A discussão entre xenófobos e globalizados mal começou.

Revista Veja nº 1664 de 30 de agosto de 2000, p. 86, 87.

Título: O Bom senso está *on sale*.

Reportagem de João Gabriel de Lima

Anexo II

*Deste artigo foram retiradas as informações que figuraram no texto de apoio de tema 2, já apresentado anteriormente. Em função disso, faremos apenas uma complementação das informações.

1-O projeto (do Dep. Aldo Rebelo) é fruto de uma idéia fora do lugar (mais uma): a de que o português falado no Brasil estaria ameaçado de extinção, assim como o mico-leão-dourado ou a arara-azul. Repete-se no terreno do idioma a mesma lengalenga que se desenrola no campo da economia. A invasão do inglês (o avanço do neoliberalismo) resultaria na derrocada da nossa inculta e bela língua (a empresa nacional).

2-Para ilustrar a tese, seus defensores sempre utilizam o mesmo e surrado exemplo: cartazes de lojas de *shopping centers* (ops, centros comerciais). Está certo que os abusos beiram o ridículo (...) No entanto, multar um lojista por uma caipirice que depõe unicamente contra ele próprio é um exagero. Seria mais ou menos como cobrar uma pena pecuniária (gostou dessa Rebelo?) de pagodeiros a cada erro de gramática que cometem.

3-Até o início do século XX, era o francês o responsável pela maior parte das palavras ditas internacionais. Agora essa primazia pertence ao inglês.

4-É curioso imaginar como seria a implantação do projeto de lei nº 1676. Primeira questão: quem elaboraria o “índice” das palavras proibidas? Em seu projeto Aldo Rebelo sugere que seja a Academia Brasileira de Letras. Sempre que um termo fosse posto em circulação, a ABL teria noventa dias para encontrar um equivalente em português. Seria uma ótima terapia ocupacional para os velinhos, mas leva a outra questão. E se, investidos de sanha purificadora, os imortais resolvessem banir também anglicismos, galicismos e outras palavras originárias de outras línguas? Já se tentou fazer isso algumas vezes no Brasil.

5-No final do século XIX, por exemplo, o latinista carioca Antonio de Castro Lopes publicou o livro *Neologismos Indispensáveis e Barbarismos Dispensáveis*, no que denunciava os estrangeirismos e propunha alternativas em português.

6-Um cenário radical como esse daria trabalho. Para evitar graves prejuízos financeiros, roteiristas de TV, publicitários e até jornalistas se veriam obrigados a instalar em seus computadores chips (ooooops!) que apitassem sempre que um estrangeirismo fosse digitado.

7-Hoje, a última flor do Lácio tem pelo menos 20% de termos emprestados de línguas estrangeiras. Se fossem bloqueadas na origem, o português atual seria sem dúvida mais pobre.

8-O professor Schmitz lembra que propostas xenófobas no campo dos idiomas costumam coincidir, ao longo da História, com mentalidades autoritárias. “Foi assim no nazismo e no fascismo. A ditadura de Franco na Espanha tinha como arma de opressão a tentativa de impor o purismo castelhano sobre os dialetos regionais”, diz.

Revista Istoé nº 1621 de 25 de outubro de 2000, p. 09, 12 e 13.

Título: Língua Ferida.

Entrevista com o Dep. Aldo Rebelo realizada por Florência Costa e Inês

Garçoni

Anexo II

1-Istoé - *Hard, light, diet, drink, sale, print, over, mouse*. Palavras como essas causam arrepio no deputado federal Aldo Rebelo (SP), autor de um projeto de lei de defesa da língua portuguesa, culta e bela, porém, ultrajada, segundo ele. Mas, ao levantar essa bandeira, o parlamentar provocou polêmica e chegou a ser apontado como xenófobo e autoritário, por querer limitar o uso de palavras estrangeiras, a maioria de origem inglesa. Para ele o

exemplo do exagero a que chegou a influência americana no País é a Barra da Tijuca, bairro carioca que ele chama de “sucursal de Miami”.

2-Istoé - Por que apresentar um projeto de lei que restringe os estrangeirismos?

Aldo - Hoje, por causa da queda da auto-estima do brasileiro, não se diz mais, por exemplo, “começar uma reunião” se diz dar um *start*. A maioria da população não conhece o inglês. Além de dificultar a comunicação, o uso indiscriminado da língua inglesa constrange quem não a domina. O projeto procura coibir este tipo de abuso. Mas a idéia central não é proibir e sim melhorar o ensino da língua portuguesa. Olavo Bilac disse que uma Nação entra em decadência quando perde o amor pelo seu idioma. O projeto determina que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além das instituições de ensino e a Academia Brasileira de Letras, adotem medidas para elevar a qualidade da aprendizagem do português. Queremos ainda que o uso da língua seja obrigatório no próprio governo.

3-Istoé - Não há um sentimento anti-americano nessas idéias?

Aldo - De forma nenhuma. Acho necessário a população brasileira conhecer outros idiomas, inclusive o inglês. Quem fala bem o inglês e o português provavelmente não gosta de misturar as duas. Não tenho nada contra a língua estrangeira. Tem jornais no Brasil publicados em italiano, japonês e etc. Não queremos proibir isso. Inclusive acho que o ensino do espanhol nas escolas brasileiras até tardou, já que temos quase 16 mil quilômetros de fronteira com países de língua espanhola. O problema é substituir o nosso idioma por outro.

4- Istoé - Mas isto está acontecendo?

Aldo - Sim. Entrega a domicilio virou *delivery*, liquidação foi trocada por um *sale*, eliminatória, melhor de três ou semifinal transformaram-se em *playoffs*. Por que uma loja de produtos para animais tem que se chamar *pet shop*? O Banco do Brasil fez uma pesquisa com os clientes e constatou que eles condenam o uso de palavras em inglês. Além disso há aportuguesamentos de gosto duvidoso, como *startar*, *deletar*, *printar*. Isso é diferente do chamado empréstimo. Há necessidade de atualizar o idioma, criando palavras e expressões a partir dele próprio ou emprestando e adaptando termos de outros. Temos centenas de expressões de origem árabe, como açúcar, almirante, azeite, alferes. Mas nós fizemos o aportuguesamento. A palavra futebol é de origem inglesa (*football*) e foi adaptada para o português.

5- Istoé - E a mania de batizar os filhos com nomes em inglês?

Aldo - É outro absurdo. Mas não sei se é o caso de proibir, embora seja preocupante. Em Curitiba, um pai viu a expressão “*Made in USA*” e batizou a filha com o nome de Madinusa. Sabe por que em Portugal tem tanta gente com o nome o nome Joaquim e Manoel? Porque lá a lei proíbe batizar uma criança com nomes como John, Washington, Shirley...

6- Istoé - Na Barra da Tijuca Fizeram uma réplica da Estátua da Liberdade. O que o sr, achou disso?

Aldo - A Barra virou uma sucursal de Miami. É um abuso que revela a queda da auto-estima de uma parcela minoritária da classe média brasileira. Nada contra quem queira ir a Miami. Mas não se pode impor ao País os padrões culturais de Miami. É aquele tipo de gente que vai à livraria do aeroporto e pede um romance de Sidney Sheldon achando que está consumindo literatura de primeiro mundo.

7- Istoé - Qual é a saída para palavras inglesas que surgem com a informática?

Aldo - Se não tiver tradução, a saída é encontrar no português alguma palavra parecida. Senão, deve-se aportuguesar. Boa parte das palavras inglesas da informática tem origem latina. Veja o caso de *site*. Abrindo um dicionário inglês-português vamos encontrar “*site*: sítio, local etc”. Mas o processo de substituição é demorado. Por exemplo, há 20 anos ainda se dizia que narrador de futebol era *speaker*. Goleiro era *goalkeeper*. Escanteio era *corner*.

8- Istoé – O sr. conhece alguém que tenha tido problemas com o uso abusivo do estrangeirismo?

Aldo – Várias pessoas, que inclusive me escreveram. Um cidadão do Mato Grosso, por exemplo, comprou um equipamento eletrônico e não entendia o que estava escrito. Apertou uns botões e perdeu o aparelho. Uma senhora no Rio Grande do Sul se deparou com uma loja chamada Sweet Way e, quando o filho foi perguntar como se lia, ela pronunciou suétvai.

9- Istoé – O Brasil foi muito influenciado até o início do século, pelo francês. O sr. considera esta influência também negativa?

Aldo – O francês é o idioma que mais fez empréstimos ao português. Tem mais de três mil palavras aportuguesadas, como abajur, toalete, garagem, chofer. Foi positivo pois trouxe palavras que não existiam na nossa língua, assim como o árabe. Nesse aspecto foi uma contribuição. Mas, se na época tivesse havido um esforço, o português poderia ter sido enriquecido com a criação de expressões próprias.

10- Istoé – E a influência do inglês, não tem algum fator positivo?

Aldo – Em alguns aspectos, sim. Na ciência, especialmente em áreas onde o Brasil não realiza pesquisa, e mesmo no setor de tecnologia, nós não temos outro recurso senão fazer os empréstimos.

11- Istoé – O sr. não teme ser considerado autoritário?

Aldo – Não. Autoritário é querer impor palavras estrangeiras. O uso de vocábulos de outro idioma é uma forma de exclusão, de se diferenciar desta imensa maioria que só sabe e só se comunica em português.

12- Istoé – Há quem considere os franceses xenófobos. Como o sr. se baseou no exemplo da França, não teme ser criticado?

Aldo – Não. A França já foi muito invadida por outros países e isso criou no francês um sentimento de resistência ao que é estrangeiro. Eles evitam falar inglês porque não se sentem bem. A França adotou um projeto de defesa de sua língua em 1994, quando o inglês tornou-se o idioma oficial dos países da União Européia, Itália, Inglaterra e Alemanha também iniciaram o debate. Na Califórnia (EUA), retiraram a obrigatoriedade do ensino do espanhol nas escolas porque os americanos estão preocupados com a influência desse idioma no inglês. O Brasil é um país tolerante e pacífico. Não formamos nossa nacionalidade na ocupação nem na submissão de outros povos. Não temos vocação para xenofobia. Mas precisamos ter patriotismo para defender nossa cultura, identidade e idioma.

A entrevista prossegue com questões relacionadas não mais ao estrangeirismo, mas à política entre os países da América do Sul e os EUA e a CPI do futebol.

Revista Família Cristã edição de novembro de 2000.

Título: Camões contra Shakespeare.

Reportagem de Fúlvio Giannella Júnior

Anexo II

1-Nos últimos anos, a língua portuguesa tem sido invadida por uma profusão de termos que para a imensa maioria da população brasileira soam, no mínimo, insólitos. Basta caminhar por qualquer rua comercial de bairros elegantes das grandes cidades ou percorrer os arredores dos shopping centers para se deparar com palavras e expressões como delivey, on sale, off, drive-thru, personal banking, self-service e congêneres. Isso para não falar dos nomes próprios estabelecimentos comerciais, quase todos grafados em

algum idioma estrangeiro, sobretudo em inglês. Se o assunto é informática então, nem se fala. É um tal de deletar, printar, atachar.

2–O que ocorre? Estaria a língua portuguesa – a “última flor do Lácio inculca e bela” como a definia em versos Olavo Bilac – combatida pelos efeitos de uma invasão estrangeira, cuja ponta de lança mais visível é o idioma inglês? William Shakespeare estaria a ponto de – com o perdão do anglicismo – nocautear Luis de Camões.

3–Patrimônio lesado – Preocupação com o que acredita ser um processo crescente de “desnacionalização lingüística”, lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, o deputado federal Aldo Rebelo (PcdoB-SP) colocou em discussão no Congresso Nacional o projeto de lei nº 1676/99 que trata da promoção da língua portuguesa contra o uso “desnecessário, abusivo ou enganoso de palavras ou expressões estrangeiras”. A proposta que já foi aprovada na Comissão de Educação da Câmara Federal, mas tem ainda um longo caminho a percorrer até ser sancionada pelo presidente da República, tenta conter a inclusão de estrangeirismos no vocabulário oficial, se eles encontram equivalência no português. Caberia a ABL (Academia Brasileira de Letras) promover a adaptação dessas palavras ou estabelecer um termo substitutivo na língua pátria. Seriam toleradas apenas expressões de origem estrangeira já integradas ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. “A história nos ensina que uma das formas de dominação de um povo sobre o outro se dá pela imposição da língua. Este é o modo mais eficiente apesar de geralmente lento, para impor toda uma cultura” - afirma o deputado federal do PC do B.

4–Além do risco da descaracterização lingüística, o parlamentar adverte que a incorporação de estrangeirismos ao português, sem qualquer reflexão, funciona como um instrumento de exclusão social, “Estamos na iminência de comprometer, quem sabe trancar, a comunicação escrita com o nosso homem simples, não afeito a palavras incorporadas” - acredita Aldo Rebelo.

5–Defesa da língua – O projeto de lei suscitou acalorados debates entre lingüistas, escritores, jornalistas e despertou o interesse da população, que aplaudiu a intenção de submeter às palavras importadas ao crivo de uma espécie de alfândega lexical, antes de permitir sua entrada no convívio lingüístico nacional.

6–Para o presidente da ABL, Arnaldo Niskier, o projeto veio em boa hora, “A agressão visual e lingüística a que somos obrigados a assistir diariamente justifica uma atitude de contenção como a que pretende o deputado” - garante o acadêmico, lembrando que a mesma preocupação pode ser constatada em outros países, como a França que, em 1994, aprovou uma lei, para preservar o idioma francês do assédio lingüístico estrangeiro, “Mas não basta aprovar o projeto, é preciso que ele seja acompanhado de campanhas de esclarecimentos, a partir da própria escola. Sem isso, será apenas uma curiosidade a mais nesse cipoal de leis que marcam a vida brasileira” – recomenda Arnaldo Niskier.

7–Justamente para impedir que a proposta caia no vazio, um grupo de profissionais de várias áreas, interessado no tema, organizou em Santos (SP), o MNDLP (Movimento Nacional em Defesa da Língua Portuguesa). A intenção, além de lutar pela aprovação do projeto de lei, é promover uma discussão sobre a valorização da língua portuguesa e sua preservação enquanto fator de unidade nacional e patrimônio cultural, “Não somos xenófobos e reconhecemos a necessidade de se receber contribuições enriquecedoras de outras línguas e culturas, mas esse uso de termos e estruturas incorporadas sem qualquer critério é uma monstruosidade lingüística, e revela a baixa auto-estima do brasileiro” – assegura Rosilma Roldan, membro do MNDLP, grupo que já ganhou adesões em outras cidades e estados e matém até uma página na Internet (www.novomilenio.inf.br/idioma/). Os participantes do MNDLP sabem que se movem sobre um fio de navalha, já que a intolerância lingüística e a defesa intransigente da língua pátria sempre serviram como bandeira para regimes totalitários. Não à toa, uma das medidas do ditador fascista Benito Mussolini foi lançar, em 1926, uma campanha nacional contra “os exotismos” que ameaçavam a língua italiana. Os alvos eram os milhares de dialetos regionais que faziam da Itália uma colcha de retalhos lingüísticos.

8–Fantasmagoria – Para o professor e chefe do departamento de Lingüística da USP (Universidade de São Paulo), José Luiz Fiorin, o projeto de lei do deputado Aldo Rebelo é totalmente descabido: “A idéia contraria a própria natureza da língua, que é viva e não pode estar fechada à influência de outros idiomas” - afirma, lembrando que o léxico do português recebeu contribuições vindas de diferentes línguas, fato que só o enriqueceu (veja boxe na pág.35). De acordo com o professor da USP, é natural que as línguas de nações hegemônicas sejam exportadoras de palavras. “No início do século, a corrente gramatical dos puristas, incomodada com a influência do francês e do inglês sobre o português, pretendeu substituir galicismos e anglicismos por palavras nacionais. A tentativa, porém, não deu certo” - lembra José Luiz Fiorin. É verdade, abajur não virou lucivelo, como sugeriam os puristas, as pessoas continuaram a frequentar restaurantes em vez de casas de pasto e o esporte das multidões, no Brasil, continua a se chamar futebol e não ludopédio. Quanto ao argumento de que o uso de estrangeirismos traria algum risco à língua portuguesa José Luiz Fiorin o classifica de fantasmagoria, “toda língua é caracterizada por um sistema de sons, um sistema gramatical e um fundo lexical próprios e nenhuma dessas estruturas está sendo abalada pela utilização de palavras estrangeiras” - garante. O professor justifica sua afirmação ressaltando que mesmo quando pronunciamos palavras estrangeiras o fazemos usando os fonemas próprios do português. “Um norte-americano pronuncia hot-dog de modo muito diferente de nós” - exemplifica. No caso do sistema gramatical, José Luis lembra que mesmo verbos como delete – que em inglês significa apagar – são incorporados e conjugados de acordo com as regras da língua portuguesa, “Falamos eu deleto, tu deletas, não há, portanto, nada a temer sob esse ponto de vista” - acredita, assegurando que é ineficaz tentar determinar o uso e o desenvolvimento da língua por decreto, “Mais preocupante do que o uso de estrangeirismos é a péssima qualidade de ensino oferecida nas escolas públicas” – garante o professor.

9–O deputado Aldo Rebelo rebate o argumento mostrando que o aperfeiçoamento do ensino da língua portuguesa também está contemplado em seu projeto, “Mas esta é uma conquista de longo prazo que não se choca com medidas de emergência na defesa do idioma” – sustenta o parlamentar. A polêmica pelo jeito, vai longe.

Jornais

Folha de S.Paulo, Opinião, p.1-2, 10/01/00.

Título: Língua estranha.

Seção: Editorial.

Fonte: Portal Novo Milênio

Anexo III

1-A língua portuguesa não vem sendo bem tratada no Brasil. Estrangeirismos, anglicismos em especial, penetram com facilidade no idioma, a despeito de existirem correlatos na língua nacional. Preocupado em defender a identidade do português brasílico – patrimônio cultural brasileiro, segundo a Constituição -, o deputado federal Aldo Rebelo (PC do B – SP) submeteu à Câmara um projeto de lei que estabelece o uso compulsório do português e a substituição, também obrigatória, dos termos em língua estrangeira, à exceção dos consagrados pelo uso e estabelecidos pela Academia Brasileira de Letras.

2–Pelo projeto de Rebelo, o uso de palavras em língua estrangeira, afora as exceções previstas, “será considerado lesivo ao patrimônio cultural brasileiro, punível na forma da lei”.

3–Nem se discute se são factíveis os objetivos do projeto. Quantos fiscais, e com que nível de instrução, seriam necessários para zelar pela lei? De resto, vale lembrar que o intercâmbio cultural é um progresso civilizatório. A questão central é saber se o descaso com a língua e a adoção à larga de estrangeirismos se dão em consequência da desproteção legal ao idioma.

4–Na verdade, falta cultivo local do idioma. Nas escolas, pouco se difundem os escritores da língua; o idioma é ensinado de forma burocrática, não é vivenciado com apego; lê-se pouquíssimo; o acesso aos livros é difícil e caro à maioria da população, cerca de 30% é funcionalmente analfabeta.

5–De resto, a cultura e hábitos nacionais são desvalorizados, pois uma certa classe média acredita que a identidade com sua congênere norte-americana é sinal de distinção social. A subserviência colonizada, e não o diálogo cultural, determina a adoção, sem mais, de termos estrangeiros em vitrines de lojas ou de hábitos como festas de “Halloween”.

6–O português será menos pisoteado no Brasil se seus praticantes forem mais bem cultivados, se vierem a se dar conta de que a língua, mais que mera forma de comunicação, é um meio de conhecimento.

Folha de S.Paulo, Geral, 06/03/00.

Título: Crianças desnacionalizadas.

Artigo de Vinícius Torres Freire.

Fonte: Portal Novo Milênio.

Anexo III

1–São Paulo – Minha filha, de 2 anos e 10 meses, me acordou no sábado de Carnaval metida numa máscara de cartão e paetês e numa espécie de poncho fúcsia. Cantava uma marchinha antiga. Graças. Na escola dela não tem festa de Halloween, o Dia das Bruxas americano, moda da classe média paulistana. Ouço mães orgulhosas contarem que seus filhos de três ou quatro anos “só sabem cantar em inglês”. Muita escola que não as britânicas e americanas já dá parte do currículo em inglês.

2–Nada contra o inglês. São inevitáveis as crianças globalizadas e seus PlayStations, Pokemons. Mas copiar Halloween parece-me só burrice mefítica subserviente. É identificação arrivista de classe, decerto, com o modelo da classe média global, a dos EUA.

3–Há focos de resistência contra o globalismo. Algumas escolas paulistas também de classe média ensinam festas e mitos brasileiras para as crianças, a Festa do Divino, o Curupira, dizem o que é pé-de-moleque e, significativo, ensinam que é preciso tratar bem empregados e pobres (os meninos ricos têm pendores evidentes e terríveis para instalar pelourinhos entre os mimos de sua casa grande).

4–São uma minoria uspiano-intelectualizada. O peruísmo shoppingmaníaco predomina, com seus Halloweens, etc. Essas pessoas já vivem mentalmente naquilo que os geógrafos chamam de cidades mundiais, alheios à imundície decadente de São Paulo, alienados mesmo se assaltados pela pobreza. Meninos de condomínios exclusivos têm medo, pânico de meninos pobres e escuros.

5–A elite sempre quis viver lá fora, mas desenvolveu só a ponta de cima do país. Piorou. Criamos inempregáveis, nos “modernizamos” para viver em Miami, a capital da América, ou suas cópias nos paraísos artificiais que existem nas cidades mundiais do Brasil.

6–O problema não é nossas crianças cantarem só em inglês. Elas já vivem em outro mundo, tendem a se lixar para os inempregáveis, tal e qual nossos economistas PhDs nos EUA. A casa grande muda-se para o Norte.

O Estado de São Paulo, Geral, 26/03/00.

Título: Abuso de estrangeirismos causa polêmica.

Reportagem de Lígia Formenti .

Fonte: Portal Estadão.

Anexo III

1–Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados promete criar muita polêmica. De autoria do deputado Aldo Rebelo (PC do B), o projeto proíbe o uso abusivo de palavras estrangeiras em produtos, nos veículos de comunicação e na publicidade.

2–Apesar de ainda estar no primeiro estágio de apreciação no Congresso – na Comissão de Educação e Cultura -, a proposta já desperta reações inflamadas: “É de uma xenofobia absurda”, afirma o sócio e diretor-geral da agência de publicidade Upgrade, Caio Ortiz. “Vamos poder contar com uma extraordinária arma para impedir a colonização da língua portuguesa”, acredita a escritora Lygia Fagundes Telles.

3–Na versão atual, a proposta é severa: nomes como o da agência Upgrade, por exemplo, poderiam ser considerados em desacordo com a lei. “Upgrade não pode ser simplesmente trocada por melhoria ou progresso”, argumenta Ortiz.

4– “Muitas das expressões não têm palavras substitutas no português.”

5–Para Ortiz, cabe a cada pessoa a escolha da melhor forma de se expressar. “É como se eles quisessem colocar uma camisa-de-força.”

6–Na publicidade, afirma Ortiz, o uso de expressões estrangeiras é bastante comum. “Isso não é pedantismo: os livros que lemos são, em sua maioria, estrangeiros, muitos termos vêm do inglês e não vejo razão forte o suficiente para restringir esse uso.”

7–Abel Reis, vice-presidente da AgênciaClic, também critica o projeto.

8– “Considero os princípios equivocados”, diz. “Restringir a interação com outras culturas é também uma forma de preconceito e o preconceito nunca é bem-vindo.” Mas Reis acrescenta que o projeto tem um ponto positivo: ele põe em discussão o uso exagerado de estrangeirismos. “Pena que o assunto tenha vindo à tona dessa forma.” Segundo Reis, muitas das expressões estrangeiras poderiam ser evitadas.

9– Homem do campo – Para Aldo Rebelo, o projeto era indispensável: “Estamos assistindo a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa”, opina. “Isso traz confusão para crianças em fase de alfabetização.” Rebelo dá vários exemplos das palavras usadas desnecessariamente. A lista é extensa: recall, franchise, coffee-break, self-service. Ele lembra ainda as palavras que sofreram algumas alterações, como atachar ou printar.

10–Rebelo garante que o movimento está ocorrendo com muita rapidez. Na exposição de motivos do projeto, ele afirma: “Corremos o risco de comprometer, quem sabe até truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples do campo, não afeito às palavras e expressões importadas.”

11–O deputado lembra que a língua é um elemento de identidade nacional e que é preciso protegê-la. “Alguns pontos do projeto poderão ser modificados”, diz.

12–Entre eles está o da multa. Hoje Rebelo admite substituí-la pela prestação de serviços à sociedade. “Mas é importante lembrar que, no nosso projeto, também damos ênfase a campanhas de esclarecimento.”

13–Nos últimos anos, o uso de expressões estrangeiras no comércio tornou-se bastante popular. Em vez de liquidação, por exemplo, hoje nas lojas são colocadas faixas com a inscrição sale.

14– “O recurso faz com que a liquidação tenha um charme maior”, explica a gerente de Marketing da rede de lojas Victor Hugo, Mônica Andrade. “O proprietário é uruguaio, mora nos Estados Unidos e acredito que ele queira dar um ar mais cosmopolita à marca.” A prática, continua, está incorporada aos costumes. “Acho que os clientes estranhariam se voltássemos a dizer apenas liquidação.”

15–Para a escritora Lygia Fagundes Telles, nos últimos anos muitos abusos foram cometidos. “Precisávamos de algo para proteger a língua portuguesa.”

16–Já o gramático Evanildo Bechara julga o projeto desnecessário. “Ele é bem intencionado, mas trará pouco resultado prático. “Segundo o professor, a língua deixou de ser considerada um organismo vivo, que nasce, cresce e morre: “Hoje sabemos que a língua é um fenômeno histórico-social”, diz. “Ela acompanha a história do homem que a fala e, por isso, está sujeita a todas as influências.”

17–Para o professor, quanto maior o contato com outras culturas, maiores serão as possibilidades de palavras estrangeiras serem adotadas. “O Brasil, como é considerado mais filho de Portugal do que irmão, acaba sendo menos preocupado com a preservação de alguns termos, é mais cosmopolita”, afirma.

18–No entanto, o fato não significa, na sua opinião, que a língua portuguesa esteja ameaçada. “O sistema lingüístico não é feito apenas do vocabulário, ele é composto também pela concordância, pela conjugação dos verbos, pela ordem das palavras”, diz. “Podemos até adotar algumas palavras do vocabulário estrangeiro, mas nos apropriamos delas e fazemos algumas alterações.”

19–Bechara entende que não se consegue mudar, por decreto, o fato mais importante, que é a pouca valorização do que é nacional. “O mais importante é criar essa mentalidade”, garante.

Folha de S.Paulo, 25/04/00.

Título: Um projeto de lei.

Artigo de Ariano Suassuna.

Fonte: Portal Sala Castro Alves

Anexo III

1-O deputado Aldo Rebelo apresentou à Câmara dos Deputados um projeto de lei destinado a defender a língua portuguesa das palavras e expressões que a estão desfigurando.

2–Entre os bens culturais que um povo possui, a língua que ele fala é, talvez, o mais importante e, sem dúvida, o primeiro com o qual seus cidadãos entram em contato. No meu caso particular, isto é tanto mais verdadeiro na medida em que, sendo escritor, a língua portuguesa é meu instrumento de trabalho. Para mim, o exercício da literatura pode ser um ofício duro, mas é também um jogo exaltador e indispensável, fascinante, poderoso. Encaro a literatura como missão e festa, ao mesmo tempo; desde muito moço, descobri que ela era o caminho que se abria diante de mim para que eu pudesse enfrentar com alegria a dura, mas bela tarefa de viver.

3–Vem daí o amor profundo, a paixão irreprimível, a relação de carne e sangue que me liga à língua portuguesa. Existem escritores que nascem e se criam falando uma língua e passam a escrever noutra, que aprenderam depois de adultos. Para falar com sinceridade, tal fato jamais poderia acontecer comigo. Estou com 73 anos e a cada dia me embrenho mais pelos encantos e encantações da bela língua que os portugueses nos legaram, trazendo-a para o Brasil há 500 anos.

4–Acho que foi em 1995 que o então presidente de Portugal Mário Soares me deu uma condecoração que muito me orgulha – a Ordem do Infante Dom Henrique. No momento em que lhe agradei a honraria, ele me convidou a ir a Portugal. Respondi que, não

gostando de viajar, nunca saíra do Brasil; mas, que, se, um dia, isto viesse a acontecer, minha preferência seria por Portugal, por ser, entre os países da Europa, “o único onde o povo tem o bom senso de falar português”.

5–Pode-se imaginar, então, como fico preocupado ao ver a língua portuguesa desfigurada, como está acontecendo. Sei perfeitamente (e o deputado Aldo Rebelo sabe também) que um idioma é uma coisa viva e pulsante. Não queremos isolar o português, que, como acontece com qualquer outra língua, se enriquece com as palavras e expressões das outras. Mas elas devem ser adaptadas à forma e ao espírito do idioma que as acolhe. Somente assim é que deixam de ser monstregos que nos desfiguram e se transformam em incorporações que nos enriquecem. Cito um caso, para exemplificar: no país onde se joga o melhor futebol do mundo, traduziram, e bem, a palavra inglesa “goal” por “gol”. Mas estão escrevendo seu plural de maneira ao mesmo tempo horrorosa e errada, “gols” (e não “góis”, como é exigido ao mesmo tempo pelo bom gosto, pelo espírito e pela forma de nossa língua). Isto num setor em que, para substituir os vocábulos estrangeiros, se adotaram palavras tão boas quanto “zaga”, “escanteio”, “impedimento”, etc.

6–Por tudo isso, mando daqui meu abraço a Aldo Rebelo, dizendo-lhe que, com seu projeto de lei, ele me deu mais uma prova de que fiz bem quando, em 1998, mesmo morando em São Paulo, assinei um manifesto de apoio à sua candidatura.

Folha de S.Paulo, Cotidiano, 10/08/00.

Título: Comissão aprova limite a estrangeirismo.

Reportagem de Marta Salomon.

Fonte: Portal Folha de S. Paulo

Anexo III

1–O uso de expressões como “on sale” (para mercadorias em liquidação) e “personal banking” (serviços bancários personalizados) podem estar com os dias contados. Projeto de lei que proíbe o uso de expressões estrangeiras no país em eventos públicos, nos meios de comunicação e em estabelecimentos e produtos foi aprovado ontem pela Comissão de Educação da Câmara.

2–O projeto tolera palavras de origem estrangeira que já tenham sido integradas ao Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa da Academia Brasileira de Letras. Lá estão por exemplo, palavras de uso corrente na Internet. Ainda há dúvidas sobre seus derivados como “startar”, “printar”, “deletar” e “atachar” - alvo da ira dos defensores da proposta, assim como “self-service” e “coffee-break”. O projeto tenta conter a inclusão de novas palavras estrangeiras no vocabulário oficial se elas podem ser traduzidas. O texto recomenda a ABL esforço extra de aporuguesamento de palavras.

3–Fora às exceções que serão definidas em regulamentação própria, o uso de palavra ou expressão em língua estrangeira será considerado “lesivo ao patrimônio cultural brasileiro”. O projeto terá ainda de passar pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e pelo plenário da Câmara, pelo Senado e pela sanção do presidente da República.

4–Punições aos infratores – pessoas físicas e jurídicas – também serão definidas futuramente pelo governo. O projeto original, modificado ontem, previa multas de até cerca de R\$ 14 mil. As punições poderão atingir, por exemplo, membros da equipe econômica do governo, habituados a usar publicamente expressões em inglês. Quem é brasileiro nato ou naturalizado ou resida no Brasil há mais de um ano fica obrigado a usar o português. Empresas e estabelecimentos comerciais controladas por brasileiros e que tenham nomes estrangeiros também terão de alterá-los, de acordo com a proposta.

5–A coleção de recortes produzida pela própria Câmara que votou ontem o projeto não mais poderá se chamar “clipping”.

6–Inculca e bela – A relatora do projeto na Comissão de Educação, Iara Bernardi (PT-SP), disse que as novas regras não devem ser vistas como um ato de intolerância ou de xenofobia. Tampouco se trata de uma tentativa de impedir inovações na língua portuguesa. A intenção, segundo ela, é evitar ataques ao idioma falado atualmente por mais de 200 milhões de pessoas. O vilão da história seria o estrangeirismo desnecessário, que estaria provocando, na opinião da relatora, um processo de desnacionalização da língua.

7– “Nossa língua materna tornou-se culta, continua bela, mas está ultrajada”, diz, citando versos de Olavo Bilac: “Última flor do Lácio, inculca e bela? És, a um tempo, esplendor e sepultura”.

8–O autor do projeto, deputado Aldo Rebelo (PC do B -SP), levanta uma outra preocupação: a hipótese de a língua modificada por expressões estrangeiras funcionar como um instrumento de exclusão social. “Estamos na iminência de comprometer, quem sabe truncar, a comunicação oral e escrita com o nosso homem simples, não afeito a palavras importadas, em geral do inglês, que dominam o nosso cotidiano, sobretudo a produção, o consumo e a publicidade de bens, produtos e serviços”, afirmou o deputado. Exemplos dados pelo deputado: os brasileiros não têm obrigação de entender o que são produtos “on sale” ou vendidos “50% off”.

Folha de S.Paulo, Opinião, 11/08/00.

Título: Língua Presa.

Seção: Editorial.

Fonte: Portal Folha de São Paulo

Anexo III

1–É assaz reprochável, para dizer o mínimo, a horda de neologismos que tomou de assalto à língua portuguesa. Não se pode mais nem mesmo ir a um shopping center sem encontrar “Sales” e “offs” no lugar de liquidações e descontos. Não se toma mais um cafezinho, mas se faz um “coffee break”.

2–Pior ainda é quando alguém se vê obrigado a “ressetar” o seu computador, por conta de um “bug” no “software”, e não consegue “forwardar” um “e-mail” urgente nem acessar o seu “personal banking”.

3–Qualquer um que aprecie um bom autor de língua portuguesa tem ganas de deletar essas expressões do idioma. O pior caminho para fazê-lo é o projeto do deputado Aldo Rebelo (PC do B- SP), aprovado antontem pela Comissão de Educação da Câmara, que poderá estabelecer multas para quem empregar “palavra ou expressão estrangeira” que tenha equivalente em língua portuguesa.

4–A proposta é digna de figurar numa comédia surrealista. Pelo artigo 3º, é obrigatório o uso da língua portuguesa por brasileiros, natos e naturalizados, e estrangeiros residentes no país há mais de um ano.

5–Para ser conseqüente com o projeto, far-se-ia necessária a criação de brigadas lingüísticas, encarregadas de dar fiel cumprimento aos dispositivos legais. Os mui diligentes fiscais do Lácio, munidos de sólida formação filológica, resgatariam o idioma de Camões das trevas, imperialistas que o ameaçam. À imortal ABL, agora dispo de poder discricionário, caberia definir o “Volksgeist” e dar-lhe expressão vernacular.

6–O português já experimentou outras invasões, notadamente a dos galicismos, e sobreviveu. Na verdade, saiu enriquecido, como às vezes ocorre quando culturas se encontram. Aliás, se não houvesse essa dinâmica de influências, o português nem existiria. O idioma pátrio ainda seria o proto-indo-europeu.

7– Ainda não inventaram uma forma de fazer as pessoas terem bom gosto por força de lei. Diante do óbvio, faria melhor o Congresso se direcionasse seus esforços para fins mais úteis, como elevar o nível do ensino ministrado nas escolas.

O Estado de São Paulo, 13/08/00.

Título: “Nonsense chauvinista”.

Editorial Língua O Estado de São Paulo.

Fonte: Portal O Estado de São Paulo.

Anexo III

1- “Como mero exercício de nonsense, que é o que parece ser, a idéia de proibir o uso de palavras e expressões estrangeiras no Brasil e punir quem não respeite a proibição seria até engraçada. Mas não foi para fazer graça que o deputado comunista – como era de se esperar – Aldo Rebelo (PC do B-SP) apresentou seu projeto de lei, já aprovado na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, estabelecendo punições para pessoas ou empresas que usarem palavras e expressões estrangeiras. Ele está sinceramente convencido de que essa é uma maneira correta e eficiente de preservar a cultura brasileira dos efeitos deletérios do imperialismo cultural norte-americano, embora não se explicita no projeto que o que se visa é combater os anglicismos.

2– Segundo o projeto, as palavras ou expressões estrangeiras de qualquer ‘nacionalidade’ deverão ser traduzidas pela Academia Brasileira de Letras, a fim de que seja preservada a identidade da língua portuguesa, ‘patrimônio cultural’ do Brasil. O rigor do deputado Rebelo também atinge os estrangeiros: se estiverem vivendo há mais de um ano no País, serão obrigados a usar as palavras traduzidas.

3– O chauvinismo rançoso do deputado chegou ao cúmulo de propor multas de R\$ 4.256, para pessoas físicas, e de até R\$13,833, para as empresas que descumprirem a lei. Note-se a precisão das quantias que ele se dispensou de explicar: não R\$ 4 mil ou R\$ 5 mil, nem R\$ 13 mil ou R\$ 14 mil, mas R\$ 4.256 e R\$ 13.833! Com um pouco mais de bom senso, alguns colegas do parlamentar suprimiram essa parte do projeto original. As penas para quem desrespeitar a lei serão definidas em regulamentação posterior.

4– O deputado do PC do B talvez não tenha atentado para o fato de que o português é uma língua viva, sujeita a influências de outros idiomas e, hoje, particularmente do inglês, que é a língua da nomenclatura da tecnologia de ponta.

5– As línguas, diz um artigo de Natalie Levisalles, publicado pelo jornal francês Libération, estão em perpétua evolução. O indo-europeu deu origem ao latim, do qual originou o francês, que por sua vez se transformará em nova língua ao se misturar com outras atualmente em uso na Europa. Há no mundo cerca de 6 mil línguas. Metade delas desaparecerá dentro de um século, simplesmente porque ninguém mais as usará.

6– Cerca de 50% da Humanidade fala apenas 5 idiomas: chinês, russo, inglês, espanhol e hindi. Juntando-se o português e mais uma centena de línguas, chega-se ao número de idiomas falados por 95% da Humanidade. Como explica o lingüista Louis-Jean Calvet, ‘as línguas nascem, evoluem e morrem. Não há razão para que essa história pare: o futuro deve trazer cenários do mesmo tipo’.

7– Ou seja, como quase todas as línguas vivas, o português continua mudando, como evidencia a última edição do dicionário Aurélio. E não vai interromper sua evolução porque o sr. Rebelo e seus seguidores preferem chamar John Wayne de vaqueiro ou não suportam palavras do jargão da informática, como deletar (em vez de apagar) e printar (em lugar de imprimir).

8– Embora todos os brasileiros devam cultivar sua língua, leis como a que a Comissão de Educação da Câmara acaba de aprovar não passam de uma espécie de canto do cisne de um tipo de nacionalismo em extinção. São patriotadas ridículas. Até porque a língua

portuguesa dispensa esse tipo de patrulhamento ultrapassado (ou será démodé?). Bullshit!”

O Estado do Paraná, Especial, 05/11/00.

Título: Do you habla portoghese?

Reportagem de Evanildo da Silveira.

Fonte : Jornal da UNESP 10/2000.

Anexo III

1-Em tempos difíceis, como estes em que vivemos, com dinheiro escasso, o que todo mundo procura, quando vai a *shoppings centers*, são produtos em *sale*, onde se podem encontrar preços 50% *off*. Se a loja tiver serviços *delivery*, melhor ainda: será simplesmente *the best*. Pode-se esperar tranquilamente, em casa, pela chegada de um *motoboy* ou de uma *van* com as compras. Há ainda os acomodados que, para evitar o *estresse* (do inglês *stress*) causado pelo corre-corre nas lojas, preferem fazer as compras *on line*, pela *internet*. O pagamento pode ser feito com cartão ou dinheiro, sacado nas máquinas do *personal banking* do, acredite, Banco do Brasil.

2-É claro que forçou-se um pouco a mão no parágrafo que você acaba de ler. Mas é inegável, também, que esse tipo de linguagem está cada vez mais comum no Brasil, onde, até segunda ordem, a língua oficial ainda é o português. Nas lojas, os cartazes não anunciam liquidação, mas *sale*, os preços não estão com 50% de desconto, mas 50% *off*, e as entregas não são feitas em domicílio, mas *delivery*. Preocupado com essa avalanche (do francês *avalanche*) de estrangeirismo na língua portuguesa falada no País, o deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB – SP) propôs um projeto de lei para contê-la.

3-Pela proposta de Rebelo, o português deverá ter “uso obrigatório no trabalho, nas relações jurídicas, na expressão oral, escrita, audiovisual e eletrônica de todos os documentos e eventos públicos, bem como deverão ser escritos ou falados em português os meios de comunicação, a publicidade, as embalagens e toda e qualquer comunicação pública dentro do território nacional, com as ressalvas e exceções cabíveis”. O projeto estabelece ainda que “o uso desnecessário, abusivo ou enganoso de palavra ou expressão estrangeira será considerado como lesivo ao patrimônio cultural brasileiro”, e os infratores serão multados em até 13.000 UFIRs (R\$ 13.833,30), “sem prejuízo de sanções de natureza civil e penal pelo crime de corromper o idioma”.

4-O deputado comunista radicalizou. “Promotores de eventos públicos terão de traduzir para o português cabalas lingüísticas como 1º Salão *Home Office Telework*”, avisa. “Restaurantes que usam asneiras do tipo *delivery* terão de substituir a expressão inglesa pela portuguesa ‘entrega em domicílio’”. Além disso, o parlamentar do PCdoB quer que toda comunicação oficial, inclusive a publicidade de repartições e instituições controladas pelo Poder Público, seja feita em português claro, “proibindo-se o Banco do Brasil de anunciar seu *personal banking* e o IBGE, de exibir na internet uma página com o impertinente título *IBGE Teen*” (Leia entrevista com o deputado.)

5-Absurdo, mas não muito – Como não poderia deixar de ser, o projeto de Rebelo está causando polêmica. Editoriais e reportagens em grandes veículos de comunicação criticaram e ironizaram a proposta. Entre os especialistas em Língua Portuguesa, no entanto, as posições não são unânimes. Para alguns, o projeto é descabido, para outros, nem tanto. No primeiro caso está a lingüista Marymárcia Guedes, do Departamento de Lingüística da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Araraquara. “O projeto é absurdo”, critica. “No Brasil, dá-se importância a fatos que sabemos desimportantes. Por que não se pensa, por exemplo, numa melhor destinação do dinheiro público, que paga os salários dos parlamentares?”

6–Cláudia Maria Xatara, do Departamento de Letras Modernas do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (Ibilce), da Unesp, campus de São José do Rio Preto-SP, o projeto de Aldo Rebelo não é assim tão absurdo. De acordo com Cláudia, ele surgiu no vácuo da falta de uma política de valorização da língua pátria, que deveria ser incentivada pela educação, nas escolas, em todos os níveis de ensino. “Na falta dessas iniciativas, surgiu a proposta do projeto de lei do deputado”, conclui Cláudia. “Compartilho com as preocupações dele. Creio que alguma reação positiva deva surgir se o projeto vier a ser aprovado.”

7–Apesar de aprovar, em parte, a intenção de Rebelo, Cláudia não deixa de notar, no entanto, que estamos diante, mais uma vez, de uma medida “de cima para baixo”, que não provoca de fato uma mudança de mentalidade. “Uma lei que proíba os estrangeirismos, sem uma rigorosa e criteriosa análise de cada caso, será uma lei normativa, que irá contra o efetivo uso da língua”, ressalva. “Falta-nos uma política educacional nesse sentido, para despertar nos cidadãos a consciência da importância de uma língua como patrimônio e identidade cultural”.

8–A pedagoga e historiadora Carlota Boto, do departamento de Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Araraquara, por sua vez, tem dúvidas sobre a eficácia de uma lei como a proposta pelo deputado Aldo Rebelo. “Não sei se a proibição do uso de estrangeirismos representa a melhor forma de proteger uma língua”, diz Carlota. “Embora eles possam ser nocivos, nos casos em que há palavras equivalentes em língua nacional e que não são usadas, também podem facilitar a comunicação, assumindo termos de outras línguas para significados que não tenham correspondentes em língua nacional.” Marymárcia discorda: “Os estrangeirismos não são nocivos a nenhuma língua. Eles já estavam presentes no português que aqui desembarcou, junto com Cabral”, lembra. “Aliás, o próprio português é resultado da mescla de várias línguas faladas na Península Ibérica, antes de os latinos conquistarem a região” (leia quadro).

9–Língua do dominador – Para Carlota Boto, as línguas também revelam fatores de dominação histórica, como é o caso do latim para os povos que compunham o antigo Império Romano. Como língua do dominador, ela se impunha. “A língua francesa, por muito tempo, significava uma marca de distinção das ‘elites cultas’ dos povos ibero-americanos”, exemplifica. “Hoje, e já há algum tempo, o inglês americanizado é a língua de maior circulação, até por efeito do circuito global das informações, que passam por uma informática, falada em inglês.”

10–Essa maior penetração de estrangeirismos em uma determinada língua tem explicação. De acordo com Cláudia Xatara, é um fenômeno inversamente proporcional à importância dessa língua no cenário internacional. “É o caso do nosso português e do francês, que não têm grande penetração no mundo”, explica. “O inglês e o espanhol estão mais confortáveis nesse sentido”. É fácil perceber isso. Há infinitamente mais palavras do inglês usadas no português do que o contrário. Em outras palavras, quanto maior poder econômico, político e cultural tiver um povo, mais prestígio sua língua terá diante de nações menos ricas.

11–A existência dos estrangeirismos não significa, no entanto, que eles têm de ser aceitos e incorporados. Cláudia, por exemplo, defende a idéia de que sejam criadas comissões de normalização, compostas por especialistas (lexicólogos e terminólogos), para proporem um vernáculo correspondente, ainda que se recorra à adoção de um neologismo. “É preciso, entretanto, relativizar essa afirmação, uma vez que o léxico de qualquer língua é flexível, constantemente aberto a incorporação, criação, consagração, arcaização de uma palavra”, ressalva. “Os estrangeirismos fazem parte desse movimento, desse processo de enriquecimento lingüístico.”

12–Embora a incorporação de palavras de um idioma por outro mostre-se tão inevitável quanto as fases da Lua, os especialistas garantem que não há razão para pânico. Eles, por si sós, são incapazes de descaracterizar uma língua. “a não ser que seja uma língua muito pobre, o que não é o caso da nossa”, tranquiliza Carlota Boto. Enfática, Marymárcia

Guedes garante que isso jamais acontecerá. “Uma língua se extingue se seus falantes deixarem de existir, caso contrário ela não desaparece”, assegura. “Em Antropologia, costuma-se dizer que você pode estar absolutamente descaracterizado culturalmente, mas sua língua permanecerá.”

13–Nem todos, por certo, concordam com opiniões tão tranquilizadoras, Atesta isso a aprovação, por unanimidade, do projeto do deputado Aldo Rebelo, na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara Federal, menos de um ano após a sua apresentação (hoje, o projeto tramita na Comissão e Justiça da mesma (Casa). O argumento, muito justo, diga-se de passagem, é que a língua é uma das formas de um povo ser reconhecido como tal e um dos instrumentos pelos quais mantém sua cultura e sua identidade.

14–É preciso, no entanto, que esse povo tenha educação suficiente para conhecer e saber usar a própria língua. O que não depende dele, povo, mas de políticas públicas. Assim, ao estar finalizando esta reportagem, por exemplo, podemos estar concluindo que é mil vezes menos deletério para a língua pátria o uso de alguns estrangeirismos, tirando os exageros, do que o emprego de expressões como “estar finalizando”, ou “estar concluindo”, pragas disseminadas pelo vírus da ignorância. E c’est fini!

Fazem parte da mesma reportagem um quadro intitulado *E, no entanto ela sobreviveu*, relatando de forma sintética a origem e a evolução da língua portuguesa, o qual optamos por não transcrever, por não ser neste momento relevante para o trabalho, e uma entrevista com o deputado Aldo Rebelo que apresentamos na seqüência.

Entrevista – Português com açúcar, sem garranchos amargos. O que diz o autor do projeto, deputado Aldo Rebelo.

1-Jornal da Unesp – Em síntese, o que o senhor propõe em seu projeto?

Aldo Rebelo – Promover, proteger e defender a língua portuguesa, bem como definir o seu uso em certos domínios socioculturais, a exemplo do que tão bem fez a França. Além disso, barrar um fenômeno recente: a “desnacionalização lingüística”. Assim como o patrimônio público e as empresas privadas do País estão sendo vendidas a grupos multinacionais, a desnacionalização do idioma português vem acontecendo, palavra por palavra. Ao ponto de termos hoje um bilingüismo sorrateiro, uma combinação babélica já chamada de *portuglês* ou *portinglês*.

2-Jornal da Unesp – O senhor acredita ser possível proteger uma língua por meio de lei?

Rebelo – Sim. A França é um exemplo disso. A lei nº 75-1349, de 1975, depois substituída pela lei nº 94-665, de 4 de agosto de 1994, conhecida como “Lei Toubon”, por ter sido iniciativa do ministro da Justiça Jacques Toubon, define a língua francesa como “um elemento fundamental da personalidade e do patrimônio da França”, sendo seu uso obrigatório na propaganda e venda de bens e serviços, nas placas, anúncios ou inscrições afixados nos lugares públicos, nos seminários e congressos.

3-Jornal da Unesp – Há críticas ao seu projeto, entre as quais a de que o senhor não leva em conta o fato de uma língua ser algo “vivo”, sujeito à influência de outras línguas e culturas.

Rebelo – Essas críticas não procedem, pois concordamos que a língua é algo vivo e sujeito a mudanças. Sem xenofobia e cientes das numerosas contribuições externas que

enriqueceram a língua portuguesa, ao longo dos séculos, não aceitamos a reprodução pura e simples de letras e sons que constituem sinais cabalísticos, de difícil escrita e penosa pronúncia . “No Brasil fala-se português com açúcar”, disse há mais de cem anos o escritor português Eça de Queiroz. Agora, contudo, nosso vocabulário está cheio de garranchos amargos, que turvam a vista e enrolam a língua, como *browser, delivery, manager, network e scanner*.

O Estado de São Paulo, Economia, 07/11/00.

Título: Projeto de lei causa polêmica.

Fonte: Portal O Estado de S.Paulo.

Anexo III

1-Desde março deste ano, um projeto de lei de autoria do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) causa polêmica por propor acabar com os estrangeirismos na língua portuguesa.

2-No projeto, Rebelo defende a punição com multa para o uso de termos estrangeiros em publicidade, veículos de comunicação e em produtos. Pela proposta do deputado a multa cobrada seria de R\$ 4,2 mil para pessoa física e R\$ 13,8 mil para empresas.

3-Sob a alegação de que pretende preservar a cultura brasileira, o rigor de Rebelo inclui também os estrangeiros: se tiverem morando há mais de um ano no País, tem de falar em português e usar todas as suas expressões traduzidas pela Academia Brasileira de Letras.

4-Liberdade de expressão – Diante da proposta políticos, empresários e sociedade indignaram-se em defesa da liberdade de expressão. Na opinião do historiador e brasilianista Matthew Shirts não passa de um patrulhamento desnecessário e ultrapassado. “As línguas são mutantes, o português continua mudando e não há motivo para bloquear esse processo.” Se o latim não se transformasse, não existiria o português.

5- O projeto já foi aprovado pela Comissão de Educação e Cultura e, agora, tramita na Câmara de Deputados.

2.4 Síntese das informações colhidas na mídia impressa

Quando observadas as informações dos artigos selecionados, detectamos muitas informações, contudo as mais frequentes estão reunidas no quadro abaixo:

- ▶ 1-O deputado Aldo Rebelo apresenta o projeto nº 1676 que pretende proibir o uso de expressões estrangeiras.
- ▶ 2- O projeto de lei nº 1676 é aprovado pela Comissão de Educação da Câmara.
- ▶ 3-O abuso no uso de palavras estrangeiras está sujeito a penalidades. Estrangeiros natos ou naturalizados ficam obrigados a usar a Língua Portuguesa.
- ▶ 4-Nos últimos anos o uso de expressões estrangeiras no comércio é bastante popular.

- ▶ 5- A Língua Portuguesa modificada por expressões estrangeiras torna-se um instrumento de exclusão social, diminuindo a auto-estima do brasileiro.
- ▶ 6- Conforme Rebelo, não se pretende proibir o uso de outro idioma, mas educar os brasileiros e melhorar o ensino da Língua Portuguesa.
- ▶ 7- Cabe à Academia Brasileira de Letras- ABL promover a adaptação das palavras estrangeiras para o português.
- ▶ 8- O projeto visa, ainda, a não abdicar de nossa identidade e de nossas origens culturais.
- ▶ 9- A história nos ensina que a dominação de um povo sobre o outro se dá pela imposição da língua.
- 10▶ A língua portuguesa recebeu contribuições de diferentes línguas. No início do século XX era o Francês, agora, é o inglês.
- ▶ 11- De acordo com especialistas, a influência de línguas estrangeiras é natural em um mundo globalizado.

Essa síntese, o quadro congrega informações mencionadas em todos os textos pesquisados nas revistas e nos jornais apresentados. Optamos por agrupar as informações comuns à maioria das reportagens, primeiramente, por tratar-se do mesmo tipo de mídia e, posteriormente, com a finalidade de compará-las, no capítulo subsequente, às informações encontradas nas redações, verificando se essas são ou não originárias dos artigos midiáticos selecionados.

CAPÍTULO 3

A INFORMATIVIDADE EM REDAÇÕES DE VESTIBULAR

3.1 Contextualização inicial

Nosso primeiro objetivo, com a análise do material, é verificar como são estruturadas as informações novas nas redações, avaliando, assim, o grau de informatividade apresentado. A exposição das informações coletadas nas redações será realizada em quadros demonstrativos em separado e, ao final, sintetizadas em quadro único. As informações gerais das redações, presentes no quadro único, que trata da síntese das informações de todas as redações verificadas, serão comparadas, no Capítulo 4, com as informações apresentadas no item 2.3.– Síntese das informações colhidas na mídia impressa – constante no Capítulo 2, visando a inferir sobre as possíveis origens das informações das redações avaliadas; este é nosso segundo objetivo.

O *corpus* desta pesquisa é composto por redações do Concurso Vestibular de Verão/2001 da Universidade Estadual de Maringá – UEM. O nosso foco de análise está voltado para o item tema. Esta análise é norteada pela planilha de Avaliação de Vestibular da Universidade Estadual de Maringá – UEM, proposta por Zanini e Menegassi (1999) integrantes do projeto de pesquisa *Redação em língua materna: abordagens de avaliação* (UEM). Essa Planilha avalia as redações sob dois aspectos: o conteúdo e a forma. O item tema figura no campo do conteúdo, juntamente com outros dois itens, o título e a coerência. No aspecto forma, são avaliados os itens tipologia textual, emprego da norma padrão culta e coesão. Para maiores esclarecimentos, remete-se à leitura de Zanini e Menegassi (1999).

As redações que fogem ao tema, isto é, aquelas em que ocorrem divagações ou informações desarticuladas no desenvolvimento do tema, e, ainda, as que não estão dentro da tipologia textual proposta pelo comando do tema escolhido, são desclassificadas. Estas não fazem parte, neste momento, dos nossos estudos.

Zanini e Menegassi (1997, p.44) postulam que há diferenças entre os conceitos de: a) assunto; b) tema;.c) enfoque temático.

“O assunto é um conceito mais genérico sobre o qual se desenvolvem as idéias principais do texto” (p.43); em situação de vestibular, são as informações expostas no texto de apoio. Por exemplo, nas redações analisadas, o assunto é “estrangeirismos”.

De acordo com os pesquisadores, o tema trata de uma “delimitação do assunto apresentado, em situação de concurso vestibular, como estímulo ao candidato para a produção de uma redação” (p.43). E vale lembrar que o texto que serviu como apoio para a produção das redações analisadas tem como título “O bom senso está *on sale*”, que traz como tema “a proibição do uso de palavras estrangeiras no Brasil”.

Quanto ao enfoque temático, trata-se da especificação de um viés do tema eleito pelo candidato para defender seu ponto de vista. Nas redações observadas, o aluno/candidato poderia apresentar uma discussão sobre o projeto de lei que propõe a proibição do uso de estrangeirismos na língua portuguesa, posicionando-se criticamente a favor ou contra o tal projeto. Esta é apenas uma dentre outras possibilidades de enfoque temático que poderiam ser registradas.

Para a delimitação do tema, o vestibulando parte da leitura do texto de apoio. Neste exercício de leitura, supõe-se um processo no qual o candidato realiza a leitura em dois momentos: o primeiro, que se configura no entendimento das informações veiculadas no texto basilar; este, por sua vez, leva-o ao segundo momento, o de rememorar as “leituras” realizadas, anteriormente, sobre o assunto em pauta, buscando informações que fazem parte do seu conhecimento de mundo. Estas informações podem ser oriundas dos meios de comunicação, como a mídia impressa, veiculada ou não no meio escolar, como podem, também, ter como fonte outros tipos de mídia. Assim, o primeiro momento de leitura é marcado pela adequação da produção textual ao tema proposto e o segundo, pelas informações novas apresentadas no texto. Estes dois momentos de leitura somados apresentam como produto a redação.

É importante informar que o item tema, de acordo com a planilha da UEM, tem pontuação de 0 a 14 pontos, divididos em 6 subitens que são: a) o conceito zero é atribuído a redações com *fuga total ao tema*; b) o conceito 3 àquelas em que o aluno-candidato realizou *leitura fragmentada*, a redação apresenta fragmentos do texto de apoio, tocando levemente no assunto proposto; c) o conceito 6 às redações que apresentam *leitura tangencial*, isto é, apresentam uma abordagem referencial do assunto, contudo não conseguem demonstrar um recorte do tema, tocando levemente nele, não o mantendo; d) o conceito 9 é atribuído às redações que apresentam *leitura superficial*; apresentam o recorte temático proposto, mas não contêm informações novas, além daquelas contidas no texto de apoio; e) o conceito 12 é dado às redações com *leitura adequada*, aquelas que apresentam a tematização, conforme o texto de apoio, acrescentando nova informação, porém sem explicar uma tese; f) o conceito 14 destina-se às redações de *leitura complexa*, que, além de tematizar e apresentar uma análise do tema, acrescentam informação nova, retomando-a com fins de enfatizar a tese e persuadir o leitor. Dessa forma, e tendo os conceitos acima como parâmetros, apresentamos as informações constantes nas redações classificadas de acordo com as notas atribuídas pela Banca de Avaliação.

3.2 Da delimitação do *corpus* de análise

Para a delimitação do *corpus*, realizamos uma primeira seleção, quando foram separadas as redações do tema escolhido de um total de 20 lotes, os quais continham redações, tanto de tema 1 quanto de tema 2. Cada lote possui, em média, 57 redações abordando os dois temas. Na seleção das redações, verificamos que as de tema 2 são em número menor que as de tema 1 e que as redações de tema 1 e 2 juntas somam, nestes lotes, 1.140 redações aproximadamente. Destas, apenas 225, ou seja, 20% dos candidatos fizeram a opção pelo tema 2, que é, “O bom senso está *on sale*”. São redações por nós analisadas.

As redações selecionadas apresentam pontuações variadas, para o item tema, conforme atribuição dada pelo primeiro e pelo segundo avaliadores. Dada esta variação

de pontuação, foi necessário realizar uma segunda seleção do *corpus*. Para realizá-la, optamos por separar as redações com base nas notas atribuídas pelo primeiro avaliador. Para uma melhor visualização, apresentamos no Quadro A as notas que foram atribuídas pelo primeiro avaliador, bem como a quantidade de redações encontradas em cada pontuação.

QUADRO A – Redações selecionadas e pontuações atribuídas pelos avaliadores

NIVEL 1		NIVEL 2		NIVEL 3		NIVEL 4		NIVEL 5	
Notas	Nº Red.	Notas	Nº Red.	Notas	Nº Red.	Notas	Nº Red.	Notas	Nº Red.
3	35	6	72	9	70	12	44	14	4

Optamos por identificar as redações, classificando-as por níveis, tendo por base a nota atribuída pelo primeiro avaliador. De acordo com a classificação adotada, passamos a identificá-las como sendo de nível 1 as de nota 3; 2, as de nota 6; 3, as de nota 9; 4, as de nota 12; 5, as de nota 14. Sob uma perspectiva quantitativa, é possível perceber que as redações classificadas nos níveis 2, 3 e 4 são em maior número, 72, 70 e 44, respectivamente. Destas, apenas 40 foram analisadas, em cada um desses níveis. Lembramos que os números apresentados nos níveis 1 e 5, expostos no Quadro A, representam a totalidade das redações encontradas. Sendo assim, analisamos 159 exemplares, o que representa 1,3% das redações realizadas no Concurso Vestibular de Verão/2001.

Após realizarmos uma leitura prévia de todas as redações, optamos por reduzir o número de redações dos níveis 2, 3 e 4, em função de julgarmos ser 40 exemplares uma quantidade suficiente para dar-nos uma noção do grau de informatividade apresentado nos textos, bem como a origem dessas informações. Esta última seleção ocorreu de forma aleatória. Sendo assim, o quadro B mostra-nos o *corpus* quantitativo real das análises.

QUADRO B – A quantidade de redações analisadas em cada nível

Nível 1		Nível 2		Nível 3		Nível 4		Nível 5	
Nota	T.Red.	Nota	T.Red.	Nota	T.Red.	Nota	T.Red.	Nota	T.Red.
3	35	6	40	9	40	12	40	14	4

3.3 As informações encontradas nas redações

Tendo realizado a leitura dos textos, selecionamos e registramos em quadros distintos, de acordo com o nível das redações, as informações novas encontradas. Estas informações foram enumeradas de 1 a 36, sendo que cada nova informação recebia um novo número da seqüência. Nas redações de nível 1 encontramos 7 informações, nas quais, figuram as informações dos números 1 a 7. As 3 primeiras expostas no quadro C são oriundas do texto de apoio, 4 são informações novas destacadas em itálico.

QUADRO C – As informações novas das redações de nível 1

1-► O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.
2-► O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa
3-► O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.
4-► <i>A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</i>
5-► <i>O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</i>
6-► <i>O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</i>
7-► <i>O uso de estrangeirismos causa sentimento de inferioridade nos brasileiros que desconhecem outras línguas.</i>

Nas redações de nível 2, encontramos 10 novas informações, isto é, as de número 8 a 17.

QUADRO D – As informações novas das redações de nível 2

- 8-▶ *A invasão de palavras estrangeiras é problemática para um país que não resolveu, ainda, o problema do analfabetismo.*
- 9-▶ *O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.*
- 10-▶ *A aprovação do projeto que proíbe o uso de palavras estrangeiras causaria prejuízo aos comerciantes.*
- 11-▶ *O projeto de Lei causaria outro problema: como proceder com as palavras estrangeiras já incorporadas há mais tempo no léxico do português?*
- 12-▶ *Uma vez aprovado o projeto de lei 1676, como seria realizada a fiscalização do uso de palavras estrangeiras?*
- 13-▶ *Sendo a cultura brasileira tão miscigenada, aprovar o projeto de lei 1676 seria negar a própria identidade.*
- 14-▶ *Os brasileiros jovens estão mais propensos ao uso de estrangeirismos sem qualquer preconceito ou nacionalismo exagerado.*
- 15-▶ *Há uma tendência nos brasileiros em querer ser mais “americanizados” ou “europeizados”.*
- 16-▶ *O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.*
- 17-▶ *Os americanos valorizam seu idioma e não aceitam utilizar em seu vocabulário palavras de outras origens.*

As redações de nível 3 apresentam 7 novas informações, que correspondem aos números 18 até 24.

QUADRO E – As informações novas das redações de nível 3

- 18-▶ *O comércio, ao utilizar palavras estrangeiras, pode chamar a atenção ou afastar clientes.*
- 19-▶ *É importante que os brasileiros se preocupem com a invasão de palavras estrangeiras, pois este fato pode não ser um fator de evolução.*
- 20-▶ *Não são os outros países que nos impõem estrangeirismos, somos nós que o adotamos.*
- 21-▶ *Não é tarefa simples encontrar palavras com a mesma carga semântica, quando se pretende aporuguesar as palavras de outras línguas.*
- 22-▶ *Mais importante que proibir o uso de palavras estrangeiras no Brasil, seria reeducar os brasileiros para o uso destas palavras.*
- 23-▶ *O uso de palavras estrangeiras no vocabulário da língua portuguesa se configura em um novo fator de estratificação de classes sociais.*
- 24-▶ *O Deputado Aldo Rebelo pretende se promover nacional e internacionalmente, quando propõe um projeto de lei para proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.*

Nas redações de nível 4, encontramos mais 8 informações não dadas no texto de apoio são as de número 25 a 32.

QUADRO F – As informações novas das redações de nível 4

25-▶ <i>A mídia televisiva contribui muito para a disseminação do uso de palavras estrangeiras.</i>
26-▶ <i>É preciso estar atento para o uso exagerado de palavras estrangeiras no português, pois pode descaracterizar a língua e nos perdermos enquanto nação.</i>
27-▶ <i>É necessário que o Brasil promulgue leis que rejeitem a invasão de palavras estrangeiras, assim como é feito em vários países desenvolvidos, como a França.</i>
28-▶ <i>A utilização de estrangeirismos é mais freqüente na língua oral, no Brasil, e mais restrita na língua escrita.</i>
29-▶ <i>A utilização exagerada de termos estrangeiros, no Brasil, reflete a falta de interesse pela própria língua e um povo desencantado com o próprio país.</i>
30-▶ <i>O Brasil depende do capital estrangeiro para seu desenvolvimento, assim sendo não tem como proibir o uso de estrangeirismos.</i>
31-▶ <i>O exagero na utilização de termos estrangeiros pode ser comprovado no “Barra Shopping”, no Rio de Janeiro; o prédio da última expansão não ostenta um único cartaz em língua portuguesa, não bastasse, sua entrada é ladeada por uma enorme réplica da Estátua da Liberdade.</i>
32-▶ <i>Se George W. Bush batizasse o mais novo método de eleições diretas de “Urna eletrônica”, abasileirando mais um termo inglês, nos sentiríamos desnecessariamente recompensados e reconhecidos internacionalmente e nosso ego massageado.</i>

E por fim, as redações de nível 5, que apresentaram 4 novas informações: dos números 33 a 36.

QUADRO G - As informações novas das redações de nível 5

33-▶ <i>Proibir o uso de estrangeirismos no Brasil é uma atitude nacionalista, como a guerra entre Árabes e Israelenses.</i>
34-▶ <i>Antes de aprovar o projeto do Deputado Rebelo, é necessário verificar se a invasão de palavras estrangeiras ocorre também em outros países.</i>
35-▶ <i>Proibir o uso de palavras estrangeiras no Brasil é romper relações com o mundo.</i>
36-▶ <i>A aprovação do projeto do Deputado Rebelo representaria o isolamento da nação brasileira dos outros países e conseqüentemente um retrocesso.</i>

As informações foram surgindo de forma cumulativa, isto é, à medida em que a redação era mais bem pontuada, figuravam, tanto informações dadas no texto de apoio como algumas informações novas já verificadas nos níveis anteriores, e surgiam outras não verificadas anteriormente. Para melhor visualizar este processo, mostramos no quadro H um resumo geral quantitativo, composto a partir dos quadros C, D, E, F, G, nos quais constam a totalidade das informações encontradas.

Quanto à disposição dos dados no quadro H: na primeira coluna, está a classificação pelo grau de ocorrência, isto é, a informação que mais apareceu nas redações figura em primeiro lugar, e assim sucessivamente. As demais colunas estão divididas em duas partes: na primeira parte, figura o número de identificação da informação de acordo com o nível e nota da redação; e na segunda, entre parênteses, o número de vezes que esta informação ocorreu nos textos analisados. Vale ressaltar que consideramos a informação apenas uma vez em cada redação, embora muitas delas retomem informações já mencionadas no mesmo texto, caracterizando, geralmente, circularidade do assunto.

QUADRO H – Exposição quantitativa das informações

Classif.	Redações Nível 1 Nota 3		Redações Nível 2 - Nota 6		Redações Nível 3 Nota 9		Redações Nível 4 Nota 12		Redações Nível 5 Nota 14	
	Nº Infor.	Nº ^{oa} Occor.	Nº Infor.	Nº Occor.	Nº Infor.	Nº Occor.	Nº ^{oa} Infor.	Nº ^{oa} Occor.	Nº Infor.	Nº Occor.
1º	4	(19)	4	(30)	1	(27)	4	(34)	2	(4)
2º	1	(16)	1	(26)	4	(26)	3	(30)	4, 1, 9	(3)
3º	3	(13)	2	(18)	3	(23)	1	(29)	3,6,7,10	(1)
4º	6	(11)	6 e 3	(13)	2	(19)	2	(16)	12,14,16,24	(1)
5º	5	(9)	5	(7)	6	(14)	6	(14)	33,34,35,36	(1)
6º	7	(7)	8	(5)	16	(10)	9	(7)		
7º	2	(5)	16	(4)	9	(8)	5 e 16	(6)		
8º			12	(3)	5	(7)	25,26	(5)		
9º					15	(4)	13	(4)		
	7		9		9		11		16	

Tendo por base as informações do quadro H, e no intuito de ratificar os resultados quantitativos encontrados, apresentamos a classificação geral das informações, considerando-se as 159 redações analisadas. Nessa classificação o número de ocorrências das informações mais frequentes, aparece acompanhado de exemplos.

A) 1ª - a informação número 4, com 112 ocorrências.

A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.

Redação nº 23

“Um outro grande motivo desta mistura no português é a globalização, onde a dominação do inglês se fortalece.”

Redação nº 19

“A partir de então nosso vocabulário está repleto de estrangeirismos. A vivente globalização impulsiona a unificação de um idioma que fará povos de diferentes culturas se entenderem o que já vem ocorrendo na internet.”

B) 2ª - a informação número 1, com 101 ocorrências.

O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.

Redação nº 137

“É um absurdo proibir o uso de palavras estrangeiras em propagandas comerciais e pela mídia, através do projeto de lei nº 1676.”

Redação nº 142

“De autoria do deputado Aldo Rebelo, o projeto de lei que prega a proibição do uso de vocábulos estrangeiros está causando grande indignação nos estudiosos da língua portuguesa.”

C) 3ª - a informação número 3, com 80 ocorrências.

O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.

Redação nº 118

“É sabido que a língua portuguesa provém essencialmente do latim. Porém, desde a sua descoberta, o Brasil foi influenciado por diversos países e cada qual deixou suas marcas na cultura brasileira.”

Redação nº 33

“O estrangeirismo já faz parte da cultura brasileira o qual foi incorporado através de 500 anos, desde a chegada dos portugueses e com a vinda de imigrantes de todo o mundo, e a comunicação com os povos indígenas que habitavam o Brasil.”

D) 4ª - a informação número 2, com 62 ocorrências.

O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa

Redação nº 81

“Será mesmo que o uso de termos importados pode influenciar a identidade da nossa língua? É certo que o uso de palavras estrangeiras é extremamente eficaz ao enriquecimento lingüístico do nosso idioma.”

Redação nº 87

“O uso de palavras de outras línguas não pode ser visto como um empobrecimento da língua, mas como uma evolução que futuramente, com o avanço dos meios de comunicação, pode-se até se tornar uma língua universal.”

E) 5ª - a informação número 6, com 53 ocorrências.

O uso de palavra estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.

Redação nº 97

“Expressões como “hot dog”, “fast food”, “dance”, “park”, “club”, “internet”, entre outras, já fazem parte da nossa vida e nos dão uma idéia da influência e do poder exercido pelas grandes economias do mundo sobre países periféricos.”

Redação nº 104

“É indiscutível dizer que todo esse estrangeirismo vem do fato de outras nações terem culturas dominantes e apresentarem desenvolvimento de país de 1º mundo, o qual o Brasil não se enquadra.”

F) 6ª - a informação número 5, com 29 ocorrências

O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.

Redação nº 3

“Foi-se o tempo em que as pessoas aprendiam outras línguas por luxo ou curiosidade. Hoje, faz-se necessário este conhecimento e o inglês, por ser a linguagem dos países mais desenvolvidos, é o idioma mais requisitado.”

Redação nº 19

“Para ingressar em uma boa universidade você também deve provar a sua habilidade em um outro idioma, mostrando tamanha a importância na formação de nossos profissionais.”

G) 7ª - a informação número 16, com 21 ocorrências.

O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.

Redação nº 89

“Deixar que simples palavras estrangeiras com similares no português sejam usadas é abrir mão da identidade lingüística nacional.”

Redação nº 55

“Não podemos deixar nossa língua portuguesa perder sua verdadeira essência é óbvio que é impossível não haver um intercâmbio entre idiomas, mas evitá-los é uma maneira de pelo menos não aumentá-los.”

H) 8ª - a informação número 9, com 11 ocorrências

O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.

Redação nº 85

“O projeto de lei que proíbe o uso de palavras estrangeiras, tem por objetivo o retorno da proibição a liberdade de expressão.”

Redação nº 125

“O Brasil é um país de uma diversidade étnica gigantesca e inquestionável, seria um crime retirar deste povo o prazer de falar livremente, será que não temos mais liberdade de expressão?”

I) 9ª - a informação número 7, com 8 ocorrências.

O uso de estrangeirismos causa sentimento de inferioridade nos brasileiros que desconhecem outras línguas.

Redação nº 92

“Seria um absurdo fazer com que uma pessoa tenha que aprender uma outra língua para poder fazer compras no seu próprio país. Pode chegar a ser humilhante a situação, já que alguns passariam a se sentir inferiorizados pela falta de conhecimentos.”

Redação nº 79

“Claro que há excessos de estrangeirismos no país, o uso de palavras estrangeiras em bancos como personal bank, em shoppings e lojas em geral, muitas vezes confunde e inibe a população mais desfavorecida.”

Como podemos perceber, a classificação por ordem de ocorrência das informações e os exemplos permitem-nos avaliar quais foram as informações que mais apareceram no *corpus* pesquisado, bem como a forma de exposição do assunto.

No início do capítulo, apresentamos de forma ampla as informações encontradas nas redações separadas por níveis. Com o objetivo de restringir o campo de análise, reunimos no quadro I uma síntese das informações mais frequentes nas redações avaliadas, acompanhada do respectivo número de identificação. Dessa forma, as informações dadas no texto de apoio são as três primeiras e as demais, destacadas em itálico, são as informações novas. Também nessa síntese foram consideradas as informações de todos os níveis observados.

QUADRO I – Síntese das informações mais frequentes nas redações

- | |
|--|
| <p>1-► O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.
 2-► O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa
 3-► O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.
 4-► <i>A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</i>
 5-► <i>O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</i>
 6-► <i>O uso de palavra estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</i>
 7-► <i>O uso de estrangeirismos causa sentimento de inferioridade nos brasileiros que desconhecem outras línguas.</i></p> |
|--|

- 8-► *A invasão de palavras estrangeiras é problemática para um país que não resolveu, ainda, o problema do analfabetismo.*
- 9-► *O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.*
- 10-► *A aprovação do projeto que proíbe o uso de palavras estrangeiras causaria prejuízo aos comerciantes.*
- 12-► *Uma vez aprovado o projeto de lei 1676, como seria realizada a fiscalização do uso de palavras estrangeiras?*
- 13-► *Sendo a cultura brasileira tão miscigenada, aprovar o projeto de lei 1676 seria negar a própria identidade.*
- 14-► *Os brasileiros jovens estão mais propensos ao uso de estrangeirismos sem qualquer preconceito ou nacionalismo exagerado.*
- 15-► *Há uma tendência nos brasileiros em querer ser mais americanizado ou europeizado possível.*
- 16-► *O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.*
- 24-► *O Deputado Aldo Rebelo pretende se promover nacional e internacionalmente quando propõe um projeto de lei para proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.*
- 25-► *A mídia televisiva contribui muito para a disseminação do uso de palavras estrangeiras.*
- 26-► *É preciso estar atento para o uso exagerado de palavras estrangeiras no português, pois pode descaracterizar a língua e nos perdemos enquanto nação.*
- 33-► *Proibir o uso de estrangeirismos no Brasil é uma atitude nacionalista, como a guerra entre Árabes e Israelenses.*
- 34-► *Antes de aprovar o projeto do Deputado Rebelo, é necessário verificar se a invasão de palavras estrangeiras ocorre também em outros países.*
- 35-► *Proibir o uso de palavras estrangeiras no Brasil é romper relações com o mundo.*
- 36-► *A aprovação do projeto do Deputado Rebelo representaria o isolamento da nação brasileira dos outros países e conseqüentemente um retrocesso.*

A partir das informações nos quadros H e I, é-nos possível perceber que, de modo geral, é significativo o número de informações novas, assim como constatarmos que são quatro as informações que estiveram presentes na maioria das redações observadas. Em número de ocorrências, a de número 1, *O projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil*; a 3, *O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo*; e a 4, *A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa*; 2, *O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da língua portuguesa*. As informações 1, 2 e 3 são provenientes do texto de apoio, não sendo, portanto, informações novas, somente a de número 4 se configura em uma informação nova, considerando-se, apenas, as quatro informações mais freqüentes. Vale ressaltar que, embora as informações, 1, 2, 3 e 4 estejam presentes na maioria das redações avaliadas, a forma de estruturação lingüística destas informações varia de acordo com a pontuação atribuída pelo avaliador, isto é, quanto mais pontuada a redação, melhor a

estruturação da informação. Para entendermos este aspecto, observemos alguns exemplos relativos à informação 3, a abordagem sobre *o projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo*.

Exemplos retirados de redações de nível 1, com valoração 3:

“Em dois mil foi elaborado um projeto de autoria do deputado Aldo Rebelo, PC do B de São Paulo, com lei nº 1676, com intuito de proibir, os estrangeirismos na comunicação social, escrita, no comércio e outros; causando grande polêmica entre professores da USP e especialistas lingüísticos que julgam desnecessário e não vingativo aquele que ainda não foi aprovado pelo Congresso.” (R.12)

“A idéia de querer proibir o seu uso [palavras estrangeiras] fica um tanto quanto contestável, pois seria o mesmo que proibir qualquer brasileiro de participar do processo de globalização.” (R.4)

“Existem pessoas[Aldo Rebelo] que não aceitam essa mistura e ficam perdendo tempo com isso enquanto poderiam fazer outros atos que ajudariam muito mais, isto é fruto da ignorância e conservadorismo.”(R.23)

Exemplos retirados de redações do nível 4 com valoração 12:

“Não é a toa que este deputado tenha tamanha xenofobia, a cada esquina, a cada loja que se olhe, se vê uma palavra estranha, sem cunho brasileiro. Nas lojas, nos restaurantes, nos computadores, na televisão, no rádio, basicamente em tudo.”(R.130)

“Em pleno século XXI é difícil entender a razão que leva alguém a querer proibir o uso de palavras estrangeiras em nosso cotidiano. As pessoas serão mais felizes se esse projeto for aprovado? Terão menos problemas em suas vidas? Então, qual será a razão dessa imbecilidade?”(R.139)

“Ignorância lingüística. Essa é a melhor maneira para definir o projeto de lei que proíbe o uso das palavras estrangeiras no Brasil.” (R.154)

Pelos exemplos elencados, é possível inferir que, apesar de estas informações não serem novas, visto que já foram fornecidas pelo texto de apoio, é possível que

tenham sido mais ou menos valorizadas, pelo avaliador do texto, dependendo do modo como foi abordada. Neste caso, foi considerado o aspecto lingüístico de sua construção.

3.4 As informações do texto de apoio comparadas às das redações

A avaliação do item tema, de acordo com instruções do Manual do Candidato, bem como da Planilha de Avaliação, leva-nos a perceber como o aluno/candidato realizou a leitura do texto de apoio, e, ainda, seu grau de comprometimento com o assunto escolhido por ocasião da produção do seu texto. Entendemos que uma leitura adequada se dá quando o aluno é capaz de identificar e compreender o assunto veiculado no texto apoio, tendo como base o seu conhecimento de mundo, advindo de outras leituras realizadas anteriormente. Tal procedimento facilita-lhe a construção de um texto adequado. Assim, a redação será resultado da interpretação e reflexões realizadas, e a redação revelará suas habilidades cognitivas relacionadas à construção textual. Nesta visão, acreditamos não ser possível analisar o item tema sem considerar a coerência que envolve a sua construção.

Tomamos por base, em nossas análises, as informações do texto de apoio, como meio de compreender não somente a qualidade de leitura realizada pelo vestibulando, mas, também, sua competência lingüística para a exposição de idéias, com a coerência necessária para construção e apresentação das informações novas ou dadas no texto, com vistas à construção da informatividade.

Assim, e para que possamos realizar a comparação entre as informações e com isso podermos verificar aspectos da informatividade nas redações, mostramos no quadro J, na parte A, as informações básicas verificadas no texto de apoio do tema 2, e na parte B, as informações encontradas nas redações de nível 1.

Valemo-nos desta forma de apresentação como meio de corroborar a ocorrência de informações novas, nesta e nas etapas seguintes, as quais estão grifadas, e expostas na coluna B das informações das redações de nível 1. Na coluna A, apresentamos a informação da mesma forma em que aparece no texto de apoio, abaixo da informação do texto de apoio e destacada, apresentamos a mesma informação de forma resumida

resultado de nossa leitura. Esta forma resumida da informação está presente em todos os quadros comparativos seguintes.

QUADRO J – Comparação de informações do texto de apoio às redações do nível 1

A As informações do texto de apoio	B As informações das redações de nível 1
<p>●É possível que, Manoel Carlos, autor da novela “Laços de Família” seja obrigado a traduzir para o português palavras estrangeiras que estiverem inseridas em seus roteiros, como: <i>ordenador</i> para computador, mouse para rato, <i>trekking</i> para caminhada no mato, <i>rap</i> para canto metralhado, isto ocorrerá se o projeto de lei nº 1676, de autoria do deputado Aldo Rebelo, do PC do B de São Paulo, que proíbe o uso de estrangeirismos for aprovado. Nesse caso, os brasileiros estarão proibidos de usar termos em outras línguas na comunicação oficial, na mídia escrita, radiofônica e televisiva, na publicidade e no comércio. (...).</p> <p>►(O projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil)</p> <p>●Para os especialistas o projeto demonstra total ignorância lingüística, uma vez que o idioma evolui em contato com outros, diz o professor John Robert Schmitz da Universidade de Campinas.</p> <p>►(O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece a Língua Portuguesa)</p> <p>●Ao final do texto encontra-se em quadro denominado “Contrabando Verbal” com palavras de outras línguas incorporadas a Língua Portuguesa.</p> <p>(O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo).</p>	<p>1-►O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</p> <p>2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-►O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-►<u>A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</u></p> <p>5-►<u>O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</u></p> <p>6-►<u>O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</u></p> <p>7-►<u>O uso de estrangeirismos causa sentimento de inferioridade nos brasileiros que desconhecem outras línguas.</u></p>

As redações de nível 1 e nota 3 são consideradas aquelas em que o aluno realizou uma leitura fragmentada do texto de apoio. A redação apresenta partes do texto basilar, tocando levemente no assunto proposto.

Das redações verificadas, a maioria corresponde a esta classificação. O aluno/candidato compreendeu e interpretou o assunto do texto de apoio, mas não

possuía fundamentação suficiente, tanto relativa ao conteúdo quanto à forma, para a organização de um texto coerente. Sendo assim, são textos que, em geral, reproduzem as informações do texto base, revelando falta de conhecimento sobre o assunto; a repetição de informações já dadas confere ao texto circularidade e conseqüentemente falta de progressão do tema. Vejamos um exemplo:

Redação nº 7

Infiltração cotidiana

Usar um projeto de lei para bloquear termos usados em outras línguas é inacreditável. Um projeto irônico que poderia ser substituído por uma lei realmente necessária e que não fosse tão inútil.

O senhor deputado Aldo Rebelo deveria pensar mais no assunto “lingüística”, porém, iria conforma-se com um projeto obviamente fictício.

Um leigo analfabeto usa as palavras sem fronteiras, próprio de sua cultura e se essas forem tiradas e substituídas por outras, vão passar a ser palavras desconhecidas, dificultando o entendimento desse cidadão.

Igual o professor John Robert Schmitz diz, é normal que uma língua se nutra de outras, ainda mais num país como o Brasil que possui uma população miscigenada. Como tirar o vocabulário de outras línguas se essas são a base e o marco inicial para que possamos criar a nossa.

No mundo da globalização, da mistura tudo está sendo infiltrado na vida do Brasileiro, com doses múltiplas, uma “overdose”, e conseqüentemente a língua foi e será sempre influenciada por outros países. Não tem como impedir, faz parte de qualquer evolução.

A única diferença é que no século vinte e um a rapidez com que acontece essa infiltração cotidiana, é muito maior.

Percebemos na redação as retomadas relativas ao projeto de lei que garantem a redação a não fuga ao tema, porém não a qualifica quanto à coerência, em função de não ocorrer uma progressão do tema exposto. Observamos, ainda, a desarticulação do tema entre os parágrafos, bem como a ausência de maiores explicações ou argumentos que possam situar o leitor quanto à tese defendida. Estes motivos, especialmente, acabam por comprometer a construção do fator informatividade na redação, que, embora apresente uma informação nova, “*No mundo da globalização, da mistura tudo está sendo infiltrado na vida do Brasileiro...*”, não o faz de forma explícita e convincente.

Dessa forma, podemos depreender que as redações de nível 1 figuram, de acordo com a proposta de Beaugrande & Dressler (1988), em relação à informatividade, como

sendo de primeira ordem; as informações são previsíveis, logo, pouco interessantes para o leitor.

Contudo, quando comparamos as informações do texto de apoio às das redações de nível 1, é possível perceber, pelo número de informações novas ali expostas, que algumas redações presentes neste nível destoam, em parte, dessas características. Não demonstram uma leitura fragmentada. O candidato toca no assunto proposto, discutindo-o e expondo o seu ponto de vista, e ainda apresentando informações novas, não mencionadas no texto de apoio. Por exemplo, observemos alguns trechos retirados de redações que foram avaliadas com nota 3.

Redação nº 2

“Recentemente discutiu-se esse assunto no Banco do Brasil: deveria ou não haver termos estrangeiros em documentos bancários? Um aspecto a ser analisado é o fato de que uma língua estrangeira não está ao alcance de grande parcela de nossa população; prejudicando a existência de estrangeirismos em documentos.”

Redação nº 10

“Outro fator que muito influi para a entrada de palavras inglesas não só no português como também em vários outros idiomas é o fato de a cultura americana estar altamente difundida na maioria dos países do globo terrestre, pois ela é de admiração de muitos e uma espécie de ditadora de modismos que rapidamente são incorporados pelos demais países.”

Na redação de número 2, de acordo com a classificação, os requisitos apresentados relativos às redações de nota 3 ocorrem em parte, visto que a redação reproduz informações do texto de apoio, mas, também, acrescenta outras, acompanhadas das opiniões dos produtores. O mesmo ocorre na redação de número 10.

Todavia, estes textos são exceções, a maioria das redações de nível 1 revelam uma leitura incompleta do texto de apoio, e não apresentam argumentos suficientes para fundamentar o tema escolhido como pudemos verificar no exemplo dado, redação 7.

Não se pode negar que o tema, além de polêmico e bastante complexo, embora trate de um assunto que faz parte da vida de todas as pessoas letradas deste país, demanda, no mínimo, uma noção histórica da evolução das línguas, para que se possa

argumentar adequadamente. No entanto, estas redações, que figuram como exceções, poderiam ter sido mais bem pontuadas.

Como vimos, algumas redações de nível 1 apresentam informações para além das citadas no texto de apoio. Comparemos, agora, no Quadro K, as informações das redações de nível 1 com as de nível 2, em que as informações “totalmente novas” estão destacadas. Ressaltamos que essa denominação “totalmente nova” foi adotada, por nós, como forma de salientar o acréscimo de informações entre um nível e outro, embora todas as informações extra-texto de apoio sejam, no primeiro momento, também, novas. Esta foi a forma encontrada para enfatizar a informatividade.

QUADRO K – Comparação de informações das redações de nível 1 às de nível 2

A Informações das redações de Nível 1 Nota 3	B Informações das redações de Nível 2 Nota 6
<p>1-▶O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</p> <p>2-▶O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-▶O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-▶A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</p> <p>5-▶O conhecimento de línguas estrangeiras amplia horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-▶O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>7-▶O uso de estrangeirismos causa sentimento de inferioridade nos brasileiros que desconhecem outras línguas.</p>	<p>1-▶O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</p> <p>2-▶O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-▶O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-▶A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa</p> <p>5-▶O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-▶O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>8-▶<u>A invasão de palavras estrangeiras é problemática para um país que não resolveu, ainda, o problema do analfabetismo.</u></p> <p>12-▶<u>Uma vez aprovado o projeto de lei 1676, como seria realizada a fiscalização do uso de palavras estrangeiras?</u></p> <p>16-▶<u>O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</u></p>

Observando o Quadro K, percebemos que nas redações de nível 2 estão presentes as três informações do texto de apoio (1, 2 e 3) as de números 4, 5 e 6, que já ocorreram nas de nível 1, mas que são consideradas, também, novas no nível 2, e, ainda, as de números 8, 12 e 16, que podemos classificar como totalmente novas. A informação 7, presente nas redações de nível 1, não ocorreu nas de nível 2.

As redações de nível 2, com pontuação 6, são classificadas dentre as de leitura tangencial, pois abordam o assunto, mas não realizam um recorte do tema, apenas tocam levemente neste, sem, contudo, conseguir mantê-lo ao longo do texto. Pelas observações realizadas, parece-nos que acontece uma ligeira melhora entre as redações dos níveis 1 e 2, considerando-se a perspectiva estrutural de uso da língua escrita. A novidade está, também, na inclusão de um número maior de informações não oferecidas no texto de apoio. Observemos alguns exemplos de construção da informação 4: A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.

Redação nº 40

“Com a globalização o Brasil tornou a utilizar uma enorme quantidade de expressões vindas de outras línguas, principalmente do inglês. É claro que nesse caso deve-se a dominação no qual os Estados Unidos exerce sobre o Brasil.”

Redação 62

“Analisemos inicialmente que estamos em plena globalização desta maneira é comum que exista influências de país para país. Sendo que os vocábulos que mais interferem em outras línguas são provenientes de países de cultura relevante sobre outra. Por exemplo os EUA, de língua inglesa. Pelo fato da globalização não há como evitar essa miscigenação de culturas diferentes.”

É possível perceber, nos exemplos, uma maior adequação na exposição das idéias que as verificadas nas redações de nível 1, quando consideramos os aspectos de coesão e coerência. Há diferença, ainda, na quantidade de informações elencadas. Todavia, isto não se constitui regra. Para melhor compreender este fato, observemos uma redação de nível 2, na íntegra.

Redação nº 71

Globalização lingüística

O essencial da vida seria que todos universalmente pudessem ter oportunidade de saber, conhecer e estudar todas as línguas do mundo, sem preconceitos, porque comunicação é muito importante para o homem, ela enriquece o ser humano, com ela aprendemos a viver e conviver com este mundo que caminha velozmente sem perguntar a ninguém se está preparado para esta corrida, principalmente a tecnologia.

Comunicar com todos é muito importante para podermos crescer em todos os sentidos: porém contrabandear palavras talvez haja um empobrecimento da nossa língua pátria.

A grande maioria de nossa população não sabem nem escrever o seu nome embora as estatísticas apontam que diminuiriam consideravelmente o analfabetismo no Brasil, no entanto o que vemos e vivenciamos nos mostra outra realidade, porque nem todos que se dizem serem alfabetizados conseguem conversar ou escrever adequadamente de acordo com funções que exercem ou lugares que freqüentam.

A realidade nos mostra que teremos que acompanhar esta globalização lingüística, mas sabendo e dominando as nossas raízes e também saber outras línguas, não só usar certas palavras, mesmo porque usamos freqüentemente e muitos não sabem de onde vieram estas palavras.

Portanto, se houver este intercâmbio lingüístico teremos que aprender a conviver, mas para tanto, o sistema terá que reestruturar desde habitação, saúde, educação, para que todo ser humano tenha oportunidade de pelo menos conhecer outras línguas valorizando sua raiz cultural.

A redação 71 apresenta o tema de forma bastante confusa e somente no segundo parágrafo, quando comenta “*porém contrabandear palavras*” é que encontramos maior afinidade da expressão com o tema proposto pelo texto basilar, o estrangeirismo na língua portuguesa. Depois disso, o tema é retomado somente na conclusão da redação. Outros problemas podem ser apontados, como a ordenação dos parágrafos, falta de concordância e pontuação, e, ainda, adequação na escolha dos vocábulos para expressar claramente o ponto de vista, por exemplo, “*O essencial da vida seria que todos universalmente pudessem ter oportunidade de saber*”. É possível perceber que o vestibulando ao invés de tratar sobre o estrangeirismo, prioriza o assunto “importância da comunicação entre os seres humanos”. Com isso, o objetivo do texto se esvazia.

Quanto a informação que acreditamos poder considerar como nova é: “*A realidade nos mostra que teremos que acompanhar esta globalização lingüística, mas sabendo e dominando as nossas raízes*”. Ainda que a informação se mostre confusa, é possível inferir semelhança com a informação de número 16 exposta no Quadro K.

Dessa forma, mesmo com a ocorrência de informação nova, o vestibulando demonstra dificuldades na manutenção do tema e na defesa de uma tese que deveria estar centrada na invasão dos estrangeirismos na língua portuguesa. Estes fatores dão à redação um caráter pouco informativo, sendo, portanto, de grau baixo de informatividade.

De modo geral, sob o aspecto quantitativo apresentado no Quadro K, é possível inferir que as redações de nível 2 elencam uma quantidade de informações novas maior do que as de nível 1. Porém, apresentam as informações novas sem discuti-las com coerência, acabando por comprometer, também, o aspecto informatividade na redação. Isto ocorreu com frequência nestes dois primeiros níveis analisados, salvo as exceções como já comentamos. Vejamos, então, o nível 3, comparado ao nível 2.

QUADRO L – Comparação de informações das redações de nível 2 às de nível 3

A Informações das redações de Nível 2 Nota 6	B Informações das redações de Nível 3 Nota 9
<p>1-►O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil</p> <p>2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-►O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-►A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa</p> <p>5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-►O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>8-►A invasão de palavras estrangeiras é problemática para um país que não resolveu,ainda, o problema do analfabetismo.</p> <p>12-►Uma vez aprovado o projeto de lei 1676, como seria realizada a fiscalização do uso de palavras estrangeiras?</p> <p>16-►O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</p>	<p>1-►O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</p> <p>2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-►O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-►A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</p> <p>5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-►O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>9-►<u>O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.</u></p> <p>15-►<u>Há uma tendência nos brasileiros em querer ser mais americanizados ou europeizados..</u></p> <p>16-►O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</p>

As redações com pontuação 9 são aquelas que apresentam uma leitura superficial, isto é, figura no texto o recorte temático proposto, mas não contêm informações novas, além das mencionadas no texto de apoio. Na prática, isso não ocorreu em todas as redações. A maioria apresenta informações que não foram dadas pelo texto de apoio, sendo, portanto, informações novas. Observemos alguns exemplos de construção da informação 5: O conhecimento de línguas estrangeiras amplia conhecimentos e é melhor profissionalmente.

Redação nº 105

“Hoje em dia é indispensável ter capacidade para falar e compreender no mínimo 2 línguas, e este fato dificulta cada vez mais a contrariedade ao estrangeirismos, principalmente nos países mais pobres, onde a influência de outros países é grande.”

Redação nº 113

“O uso de palavras estrangeiras tem seu lado positivo; faz com que os brasileiros que querem ocupar um bom cargo no mercado de trabalho, aprenda outros idiomas e culturas, ficando mais crítico e sabendo exigir melhor seus direitos.”

Os exemplos demonstram que algumas redações, para as quais foram atribuídas nota 9, apresentam o recorte temático e informações novas, muito embora não seja tão mais expressivo o número de informações deste nível, quando comparado ao anterior. As redações revelam, ainda, dificuldades, por parte do candidato, na estruturação do texto escrito comprometendo a estruturação da informatividade textual. Neste caso, é possível inferir que o avaliador teve como base a coerência com que foram articuladas as informações. Para compreendermos melhor este aspecto, apreciemos um exemplo.

Redação nº 81

Proibir para complicar

O projeto de lei que proíbe o uso das palavras estrangeiras, tem por objetivo o retorno a proibição a liberdade de expressão.

Hoje na sociedade em que vivemos, de um mundo globalizado, estamos constantemente sujeitos a influências estrangeiras, através da “internet”, programas de televisão, músicas...

Seria inviável o cumprimento, do projeto de lei nº 1676, teríamos que reinventar um nome para cada pequenina peça de um computador, como seria o “novo mouse” rato? Imaginemos então propagandas sem enovações digo inovações, palavras novas que chamem atenção, que sejam esteticamente bonitas, muitas vezes menores de fácil memorização.

Por estarmos em constante contato com estas palavras acabamos por incorporá-las ao nosso dia-dia, seja por vaidade “olha eu sei falar inglês”, ou comodismo “há, todo mundo fala vou falar também”, ou necessidade como é o caso das propagandas, ou por falta de uma palavra equivalente em português, o “mouse”. O importante é que falamos como quisermos quando quisermos e somos livres para isso.

O uso de vocábulos estrangeiros não é uma desvalorização da língua e da nação e apenas uma enovação que acompanha a evolução do mundo e da humanidade.

A língua, ou as maneiras de fazer com que o outro entenda o que você quer expressar, seja que forma for ou que meio use para isso, evolui desde os primórdios até aqui, então porque em pleno século vinte um, seríamos obrigados por Lei a sermos retrógrados.

A redação apresenta de forma confusa o assunto estrangeirismo. Podemos perceber a dificuldade do aluno em justificar os motivos que o levam a ser contrário à proibição de estrangeirismos. No parágrafo inicial, considera apenas o caráter de censura que a tal lei apresenta. Isso nos faz crer que esta seja a temática a ser abordada em seu texto. Mas, logo adiante, no terceiro parágrafo, usa um outro argumento, pouco convincente, que trata, entre outras coisas, do aspecto estético das palavras estrangeiras. A contradição se instaura quando no quinto parágrafo nesta passagem: “*O uso de vocábulos estrangeiros não é uma desvalorização da língua e da nação...*”, uma vez que no parágrafo terceiro o produtor do texto elogia os estrangeirismos em detrimento das palavras locais, ressaltando-os como mais bonitos e de fácil memorização. Dessa forma, a coerência textual, também nesta redação, é bastante comprometida, pelas contradições apresentadas e, ainda, as falhas na argumentação fazem com que a cada parágrafo se apresente uma proposta, sem que esta seja, contudo, desenvolvida e concluída.

Em relação às informações novas, podemos destacar o comentário a respeito de o estrangeirismo estar cerceando a “liberdade de expressão” das pessoas. Esta informação pode ser relacionada à de número 9, do Quadro L. Entretanto, no que tange

à informatividade, as redações deste nível, bem como as dos níveis anteriormente analisados, pecam pela falta de habilidade na estruturação lingüística da informação, para exposição clara do ponto de vista defendido. Sendo assim, podemos classificá-las como sendo de segunda ordem de informatividade, mesmo porque essa classificação se dá não tanto pela ausência de informações novas, mas pela forma de exposição e defesa do ponto de vista, apesar de neste nível terem sido encontradas exceções.

Na seqüência, apresentamos no Quadro M, a comparação entre as informações das redações dos níveis 3, nota 9, e 4, nota 12. As informações “totalmente novas” encontram-se destacadas.

QUADRO M – Comparação de informações das redações de nível 3 às de nível 4

A Informações das redações de Nível 3 Nota 9	B Informações das redações de Nível 4 Nota 12
<p>1-►O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</p> <p>2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-►O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-►A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</p> <p>5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-►O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>9-►O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.</p> <p>15-►Há uma tendência nos brasileiros em querer ser mais americanizados ou europeizados.</p> <p>16-►O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</p>	<p>1-►O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</p> <p>2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>3-►O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.</p> <p>4-►A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</p> <p>5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-►O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>9-►O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”</p> <p>13-►<u>Sendo a cultura brasileira tão miscigenada, aprovar o projeto de lei 1676 seria negar a própria identidade.</u></p> <p>16-►O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</p> <p>25-►<u>A mídia televisiva contribui muito para a disseminação do uso de palavras estrangeiras.</u></p> <p>26-►<u>É preciso estar atento para o uso exagerado de palavras estrangeiras no português, pois pode descaracterizar a língua e nos perdemos enquanto nação.</u></p>

Quanto às redações de nível 4, para as quais foi atribuída nota 12, ao tema, correspondem àquelas que deveriam apresentar leitura adequada, com tematização de acordo com a proposta do texto de apoio, acrescentando informação nova, porém sem explicar a tese. Verifiquemos alguns exemplos de estruturação da informação 16: O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.

Redação nº 144

“Sou a favor do emprego criterioso de estrangeirismos não há como evita-lo, mas o exagero fere. Se já perdemos tanto de nossa identidade devido a nova ordem mundial, devemos procurar manter nosso idioma.”

Redação nº 15

“O necessário seria a conciliação, tanto por parte dos governantes como por parte da população, entre o enriquecimento cultural trazido pelo intercâmbio global e a manutenção de caracteres culturais, econômicos e políticos que trazem singularidade a uma nação.”

Quando comparamos as informações das redações de nível 4, com nota 12, com as de nível 3, nota 9, é possível perceber que o acréscimo de informações novas, entre um nível e outro, é de apenas duas informações. No entanto, neste caso, verificamos que a habilidade para expor idéias em texto escrito, com coerência, foi o fator diferencial que fez com que uma redação fosse pontuada com nota 9 e outra, 12. Dessa forma, as redações que receberam pontuação 12 atenderam as exigências da planilha de correção, uma vez que o aluno realizou uma leitura adequada, apresentando tematização de acordo com o texto que originou a redação, além de acrescentar nova informação, sem discussão. Entretanto, ocorrem exceções, como as apresentadas nos exemplos anteriores.

Redação nº 151

A internacionalização do nosso idioma

Cada vez mais é comum o uso de palavras estrangeiras no vocabulário brasileiro, principalmente palavras americanas. E este intercâmbio não tende a acabar, nem deve.

O português, ou brasileiro como já está sendo chamado como qualquer outra língua que esteja em uso, está sujeita a evoluir e essa evolução consiste não só em atualizar os termos já pertencentes à língua, como também incluir novos termos e palavras vindas de outros idiomas. Essa evolução, principalmente de usar palavras estrangeiras, tende a ser natural porque um país não se fecha à comunicação externa, ao intercâmbio cultural e mesmo assim continua viva e ativa.

Como causa dessa “internacionalização” de palavras podemos citar a globalização. Sempre haverá uma cultura dominante no mundo, a qual dita as regras, tendências e comportamentos. Obviamente os países “submissos” à essa cultura estão sujeitos à incorporar aos seus costumes. Novas idéias vindas do país dominante. Essa troca de cultura está cada vez mais rápida e dinâmica devido à grande interação do mundo inteiro e o idioma é o principal agente de comunicação entre os povos, levando e trazendo novos vocábulos aos países.

Finalmente, podemos dizer que a aceitação de vocabulários estrangeiros, mais que modismo, é uma necessidade para continuarmos interagindo com outras culturas. O que não pode acontecer e permitir que isso nos faça perder a própria identidade, o que já é uma tendência muito forte. Podemos, sim, estarmos globalizados ativos e em evolução, sem que percamos nosso próprio idioma, cultura e tradição.

A redação 151, está mais bem estruturada que as anteriormente analisadas. No parágrafo introdutório, o produtor do texto deixa clara sua posição em relação ao uso do estrangeirismo pela expressão “*e este intercâmbio não tende a acabar, nem deve*”. Nos parágrafos subseqüentes, apresenta outros argumentos que justificam esse posicionamento, como, por exemplo, “*como qualquer língua que esteja em uso [a língua portuguesa] esta sujeita a evoluir e essa evolução consiste não só em atualizar os termos já pertencentes a língua, como também incluir novos termos.*”, ou ainda, “*porque um país não se fecha à comunicação externa, ao intercâmbio cultural e mesmo assim continua viva e ativa*”. Neste último argumento, a omissão da palavra “língua” gera uma certa ambigüidade, embora possa ser inferido pelo leitor. Apresenta, ainda, a globalização como fator de “internacionalização” de palavras. Estes elementos dão à redação qualidade melhor que às anteriormente observadas.

Contudo, alguns problemas ocorrem quando o vestibulando se propõe a justificar o motivo ou a causa da entrada dos estrangeirismos nos países, subentendo-se, o Brasil. Por exemplo, as palavras “intercâmbio” e “troca”, que aparecem no texto, vão de encontro ao que expressa o terceiro parágrafo: ao mencionar país submisso - ainda que o termo esteja aspeado e possa ser interpretado como a não aceitação pacífica – a expressão “país dominante” utilizada na seqüência, ao nosso ver, deixa clara a idéia do

que o produtor do texto entende pelo termo *submisso*. Assim, acreditamos, que o vestibulando não prevê o real significado destas palavras que pressupõem o vai e vem de informações, o dar e receber. O que parece se constituir numa inverdade, quando se trata da relação estabelecida entre Brasil e Estados Unidos. Os brasileiros incorporam, sem sombra de dúvida, mais vocábulos americanos, que os americanos, vocábulos brasileiros; assim, não se pode chamar esta relação de intercâmbio. Com isso, toda a sua tese, que basicamente se concentra na necessidade e nos benefícios da interação, deixa a desejar. Da mesma forma, no último parágrafo, quando utiliza a expressão “mais do que modismo”, ocorre um novo comprometimento para a conclusão esperada, tendo em vista que tal informação carrega o pressuposto de que a aceitação de vocábulos estrangeiros é também um modismo.

Quanto à apresentação de informações novas é possível apontar: “*O que não pode acontecer e permitir que isso nos faça perder a própria identidade...*” e “*Podemos, sim, estarmos globalizados ativos e em evolução, sem que percamos nosso próprio idioma, cultura e tradição.*”, como sendo informações não dadas e que correspondem às informações de números 13 e 26, expostas no Quadro M.

Dessa forma, podemos inferir serem as informações das redações de nível 4, também, de segunda ordem de informatividade, visto que apresentam poucas informações novas, mas com a estruturação textual, embora também comprometida, mais pertinente que as verificadas nos níveis anteriores.

Por fim, apresentamos o Quadro N, em que são comparadas as informações das redações de nível 4, nota 12, às de nível 5, nota 14, redações estas altamente pontuadas no item tema.

QUADRO N – Comparação de informações das redações de nível 4 às de nível 5

A Informações das redações de Nível 4 Nota 12	B Informações das redações de Nível 5 Nota 14
1-► O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil. 2-► O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa. 3-► O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo. 4-► A globalização é a causadora da invasão	1-► O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil. 2-► O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa. 3-► O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo. 4-► A globalização é a causadora da invasão

<p>de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</p> <p>5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia os horizontes e melhora profissionalmente o indivíduo.</p> <p>6-►O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>9-►O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.</p> <p>13-►Sendo a cultura brasileira tão miscigenada, aprovar o projeto de lei 1676, seria negar a própria identidade.</p> <p>16-►O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</p> <p>25-►A mídia televisiva contribui muito para a disseminação do uso de palavras estrangeiras.</p> <p>26-►É preciso estar atento para o uso exagerado de palavras estrangeiras no português, pois pode descaracterizar a língua e nos perdemos enquanto nação.</p>	<p>de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.</p> <p>6-►O uso de palavras estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.</p> <p>7-►O uso de estrangeirismos causa sentimento de inferioridade nos brasileiros que desconhecem outras línguas.</p> <p>9-►O projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo impede a “liberdade de expressão”.</p> <p>10-►<u>A aprovação do projeto que proíbe o uso de palavras estrangeiras causaria prejuízo aos comerciantes.</u></p> <p>12-►Uma vez aprovado o projeto de lei 1676, como seria realizada a fiscalização do uso de palavras estrangeiras?</p> <p>14-►<u>Os brasileiros jovens estão mais propensos ao uso de estrangeirismos sem qualquer preconceito ou nacionalismo exagerado.</u></p> <p>16-►O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.</p> <p>24-►<u>O Deputado Aldo Rebelo pretende se promover nacional e internacionalmente, quando propõe um projeto de lei para proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.</u></p> <p>33-►<u>Proibir o uso de estrangeirismos no Brasil é uma atitude nacionalista como a guerra entre Árabes e Israelenses.</u></p> <p>34-►<u>Antes de aprovar o projeto do Deputado Rebelo, é necessário verificar se a invasão de palavras estrangeiras ocorre também em outros países.</u></p> <p>35-►<u>Proibir o uso de palavras estrangeiras no Brasil é romper relações com o mundo.</u></p> <p>36-►<u>A aprovação do projeto do Deputado Rebelo representaria o isolamento da nação brasileira dos outros países e conseqüentemente um retrocesso.</u></p>
--	--

As redações que receberam nota máxima no item tema, 14, deveriam reunir todos os requisitos exigidos pela planilha de avaliação, revelando-se produto de uma leitura complexa, na qual o candidato apresentasse uma análise do tema, com informações novas, retomando-as com fins de enfatizar a tese e persuadir o leitor. Observemos os fragmentos.

Redação nº 159

Informação número 36: A aprovação do projeto do Deputado Rebelo representaria o isolamento da nação brasileira dos outros países e conseqüentemente um retrocesso.

“Acredita-se na “coexistência pacífica” o convívio entre a nossa norma padrão e os estrangeirismos. Historicamente os países mais atrasados em desenvolvimento são justamente aqueles que isolaram-se completamente do mundo exterior. Se o Congresso aprovar tal matéria em discussão, com certeza retrocederemos.”

Redação nº 158

Informação número 35: Proibir o uso de palavras estrangeiras no Brasil é romper relações com o mundo.

“É impossível que um país, não auto-suficiente, como o Brasil aprove uma lei desta e se feche para o mundo, pois um nacionalismo exagerado acarretaria o não uso destes termos e conseqüentemente o rompimento do vínculo Brasil-mundo o que atrasaria o desenvolvimento do país.”

Os exemplos demonstram uma gama de informações e de conhecimentos lingüísticos maiores que os verificados nas redações dos níveis precedentes. Contudo, alguns problemas ainda podem ser detectados. Vejamos uma redação na íntegra:

Redação nº 156

Por um idioma mais globalizado

Na virada do milênio nos deparamos com uma situação realmente polêmica: a influência de idiomas estrangeiros em nossa língua portuguesa. Com a globalização as fronteiras nacionais perdem seu significado na medida em que os países se integram para uma uniformização mundial. Uma empresa multinacional pode se instalar em qualquer lugar do ecúmeno terrestre a procura de matéria-prima, mão-de-obra, barata e de boa qualidade, enfim, o mundo está caminhando, numa velocidade jamais vista, a um ponto em que os países se integrem num bloco único e global. Paralelamente a essa uniformização surgem os obstáculos para serem enfrentados como é o caso do estrangeirismos em nossa língua. Não seria um retrocesso nossos políticos pensarem em medidas como em, de fechar nosso idioma, à medida em que caminhamos para um mundo cada vez mais global, uniforme e sem fronteiras? Não seria uma medida utópica de mostrar um nacionalismo mascarado diante do fato incontestante de que a influência de termos estrangeiros já estão presente em nosso cotidiano? Trata-se de um paradoxo irmos contra a globalização. Não obstante apenas no Brasil, em vários locais do mundo vêm apresentado maneiras distintas de manifestações nacionalistas. Uns na forma de

guerra, como o conflito Árabe- Israelense, outros mascarados entre medidas utópicas para legitimar nossa nacionalidade. Porque não estremeceu nossa nação com medidas e leis, realmente convincentes? Por exemplo lançar um projeto inédito no Brasil de tornar os meios de produção, terras, capitais, escolas acessíveis para a população.

Não há dúvidas, os termos estrangeiros, em especial norte-americanos, estão mudando as feições do idioma nacional brasileiro. Trata-se de uma cultura hegemônica anglo-saxão, conhecida internacionalmente, que está penetrando com ares de globalização na cultura nacional. Não existe mais redenção, tamanho é o poder do fenômeno global. Não dá para ir contra. O que devemos, isso sim, todo brasileiro deveria ter uma mente sã, é filtrar dados positivos, como por exemplo, da influência de termos estrangeiros, no que diz respeito as suas virtudes. Devemos deixar de lado os quadros perniciosos do passado e sermos os pioneiros de uma nova cultura nacional. Os termos estrangeiros continuarão penetrando em nosso idioma. Vamos, a partir de agora, usa-los para legitimar nossa verdadeira nacionalidade: mais global e moderna, nos termos da globalização. Como disse John Robert Schmitz: “Um idioma evolui quando entra em contato com outros...”

Em princípio, o que mais chama a atenção na redação é a ausência de ordenação e divisão do texto em mais parágrafos os quais se constituem em unidades de composição do texto que apresenta uma idéia básica à qual se agregam idéias secundárias, relacionadas pelo sentido, assim, em cada parágrafo deve ser desenvolvida apenas uma idéia importante.

Quanto ao conteúdo apresentado, observamos que para o autor do texto, a globalização é a verdadeira responsável pela infiltração de vocábulos estrangeiros e, portanto, seria inútil lutar contra esta integração de palavras ao nosso idioma, o que significaria ir contra a globalização. Nesta perspectiva, e sendo a globalização inevitável, o produtor do texto sugere que aproveitemos esta realidade para extrairmos pontos positivos de tal situação. Entretanto, em alguns momentos, percebemos trechos que, por não serem adequadamente explorados, parecem não ter sentido ou estar relacionados com o restante do texto, por exemplo: “*Porque não estremeceu nossa nação com medidas e leis, realmente, convincentes? Por exemplo lançar um projeto inédito no Brasil de tornar os meios de produção, terras, capitais, escolas acessíveis para a população.*” Com isso, o texto apresenta algumas falhas de coesão e coerência.

Como informações novas, podemos apontar: “*Com a globalização as fronteiras nacionais perdem seu significado na medida em que os países se integram para uma uniformização mundial*”, relativa à informação 4; “*Não seria um retrocesso nossos políticos pensarem em medidas como em, de fechar nosso idioma, à medida em que caminhamos para um mundo cada vez mais global, uniforme e sem fronteiras?*”,

relativa à informação 35; “*Não obstante apenas no Brasil, em vários locais do mundo vêm apresentado maneiras distintas de manifestações nacionalistas. Uns na forma de guerra, como o conflito Árabe- Israelense, outros mascarados entre medidas utópicas para legitimar nossa nacionalidade.*”, relativa à informação 33.

Assim, acreditamos que a redação poderia ser classificada na terceira ordem de informatividade, se tomarmos por base as informações novas apresentadas. Entretanto, em função das incoerências registradas, julgamos mais adequado classificá-las como de segunda ordem.

Equívocos similares em relação à coesão e à coerência foram percebidos também nas outras redações de nível 5; contudo, é preciso ressaltar que a pontuação máxima foi dada para a forma de exposição e manutenção do tema proposto pelo texto basilar na redação. Com isso, embora os outros aspectos como coesão e coerência sejam relevantes, estes foram avaliados, de acordo com a Planilha de Avaliação, em separado. Todavia, para a nossa pesquisa, houve a necessidade de recorrermos ao todo da redação em função de estarmos analisando a informatividade, que mantém com estes outros aspectos uma estreita relação.

Quando comparados todos os quadros, fica evidente a incorporação de novas informações, a cada nível verificado, assim como a retomada de outras informações, também novas, e já mencionadas nos níveis antecedentes, mas não constantes no texto de apoio. Esse fator nem sempre esteve aliado a uma adequação estrutural do texto, porém nos faz perceber um grau crescente de qualidade de leitura realizada, bem como a demonstração de um maior conhecimento de conteúdo argumentativo, conferindo à redação, na medida em que é melhor pontuada, um diferencial, também, em grau de informatividade.

CAPÍTULO 4

A ORIGEM DAS INFORMAÇÕES NAS REDAÇÕES ANALISADAS

4.1 Considerações iniciais

Mencionamos a importância do fator informatividade nas redações de vestibular, tendo como pressuposto que, quanto maior o número de dados novos apresentados, aliados a uma estruturação lingüística adequada, melhor é o texto e, conseqüentemente, a nota da redação por ocasião da avaliação no Concurso Vestibular. Nessa relação, é possível inferir que numa redação de terceira ordem de informatividade, o aluno candidato demonstre ser um leitor maduro. Ainda, na esteira desse pensamento, podemos observar que um leitor eficiente é, conseqüentemente, melhor informado; com isso, ao produzir sua redação revela uma intertextualidade superior às demais. Esta concepção decorre de considerarmos que as redações de vestibular exibem não apenas um conhecimento de produção escrita, mas, também, habilidades de leitura que, nesse contexto, precedem ao ato da redação. Estas habilidades, acreditamos, serem, via de regra, frutos de trabalhos realizados pela escola por meio da mídia escrita, tendo em vista o apego, da maioria dos alunos, a outros tipos de mídia que não a impressa. Não excluindo, evidentemente, os casos de iniciativa individual, tampouco a aquisição de conhecimentos por meio dos outros tipos de mídia, principalmente, a televisiva.

Assim, podemos inferir, ou até mesmo pressupor que estas habilidades, de leitura e produção textual, são, comumente, provenientes de atividades vivenciadas em sala de aula. No caso específico das redações por nós analisadas, somam-se outras hipóteses: a) por julgarmos que o tema escolhido para a análise do *corpus* “o

estrangeirismo na língua portuguesa”, pela sua particularidade, ele tenha feito parte dos estudos e discussões em sala de aula, dada a ligação direta com as disciplinas voltadas para o ensino de língua materna; b) que o tema tenha sido trabalhado em sala de aula, baseando-se na probabilidade de vir a ser solicitado em Concurso Vestibular.

Assim, confiamos na possibilidade de podermos encontrar pistas nas informações expostas nas redações e, por meios delas, e inferirmos sobre suas origens.

No capítulo precedente, verificamos como o candidato, procedeu a leitura do texto de apoio para sua produção textual, tendo em vista que, com uma leitura eficiente, o vestibulando seria capaz de apreender o tema veiculado naquele texto e, a partir dele, elaborar a sua redação, sem recorrer a paráfrases, nem expressar-se por meio de pensamento tautológico. Esperava-se que apresentasse, também, outras informações além daquelas já mencionadas no texto basilar, advindas de outras fontes.

Neste capítulo, faremos uma comparação das informações encontradas nas redações com as informações colhidas na mídia impressa. Esta comparação tem por intuito verificar se os recursos argumentativos utilizados, na composição textual, pelos quais o vestibulando expõe o seu ponto de vista, estão relacionados às informações veiculadas na mídia impressa selecionadas e anteriormente mostradas. Este procedimento visa verificar a origem das informações, bem como o índice de veiculação deste meio de comunicação em sala de aula e sua contribuição para a formação do leitor. Na seqüência, algumas concepções de ensino-aprendizagem de leitura são apresentadas como forma de situar mais claramente o nosso entendimento sobre a questão e referendar o assunto em pauta.

4.2 Da leitura à escritura

O processo de aprendizagem da leitura, bem como a formação do leitor, tem despertado, nos últimos anos, a atenção não apenas de estudiosos que se propõem a desvendar as suas várias etapas, formulando teorias, mas também, dos professores que, alertados por estas teorias, começam a refletir, com uma visão renovada, sobre a

importância desta atividade no meio escolar, tanto para a construção do saber quanto para a formação da cidadania.

A formação de leitores não se dá espontaneamente; é preciso instrumentar o aluno para que aprenda a ler. É comum nas práticas escolares de ensino de leitura o aluno não ir além da decifração de palavras ou frases, realizando uma leitura fragmentada das partes do texto, que favorece uma construção de sentido a partir de palavras e frases, ao invés de ler o texto na sua totalidade. Neste sentido, Lajolo (1993, p.59) esclarece:

Ler não é decifrar, como num jogo de adivinhações, o sentido do texto. É, a partir de um texto, ser capaz de atribuir-lhe significação, conseguir relacioná-lo a todos os outros textos significativos para cada um, reconhecer nele o tipo de leitura, que seu autor pretendia e, dono da própria vontade, entregar-se a esta leitura, ou rebelar-se contra ela propondo outra não prevista.

Dessa forma, para que o aluno possa se tornar um leitor maduro, é preciso que seja instruído a detectar, no texto, as idéias mais abrangentes, baseando-se nas diversas informações e suas inter-relações constantes na estrutura textual. Somente assim, podemos afirmar que houve leitura. Uma formação adequada em leitura, aquela em que o aluno é capaz de ler linhas e entrelinhas com criticidade, repercutirá na manifestação tanto oral quanto escrita, bem como na apresentação e organização formal de seu raciocínio e expressão. Para Zilberman (1993, p.17), “compreendida de modo amplo, a ação de ler caracteriza toda a relação racional entre o indivíduo e o mundo que o cerca”.

Dentre os pesquisadores que dedicam seus estudos ao ensino-aprendizagem da leitura, podemos mencionar Kleiman (1999). Para ela, muitos educadores encontram alguns problemas, quando pretendem compreender os aspectos cognitivos da leitura. Um deles é o fato de o aluno mostrar-se, geralmente, incapaz de construir relações significativas entre o material escrito e outras áreas de seu conhecimento e, nesse sentido, a autora questiona o porquê de o aluno não apresentar as mesmas dificuldades em outras atividades que envolvem o uso da linguagem, como por exemplo, ao assistir a um filme ou em um diálogo.

Uma outra questão levantada pela autora é o fato de os alunos serem capazes de fazer inferências que lhes permitem agir em diversos contextos e, quando se trata da linguagem verbal impressa, fazem inferências superficiais e, por vezes, não autorizadas pelo texto, contentando-se, quase sempre, no ato da leitura, com a simples decifração de partes do texto, não chegando a reconhecê-lo como um todo significativo.

A outra parte do problema pode ser atribuída aos outros meios de comunicação, como a televisão, o cinema e os jogos eletrônicos que, sendo mais atraentes para o aluno, competem com a palavra escrita. E, por fim, o fato de o texto escrito apresentar especificidades em sua construção formal, que demandam um processo de compreensão diferente de um diálogo face a face.

Em busca de uma nova postura diante do processo de aprendizagem da leitura, a escola tende a criar estratégias de formação do leitor por meio de leituras de textos midiáticos impressos, tendo em vista que estes se mostram mais acessíveis ao ambiente escolar, em função dos poucos recursos com que contam as escolas públicas, principalmente. Neste sentido, podemos inferir que os alunos que cursam o último ano do ensino médio e que, portanto, estão em vias de prestar um Concurso Vestibular, estejam, mais que os das outras séries, em contato com este meio de comunicação como forma de se fundamentar nos assuntos da atualidade com vistas à elaboração da prova de redação, partindo do princípio de que os temas propostos para a elaboração destes textos são, geralmente, fatos ou acontecimentos recentes.

Neste sentido, o processo de ensino-aprendizagem de leitura e suas implicações interessa-nos, particularmente, neste momento, por concebermos, que o vestibulando que vivenciou adequadamente este processo revela-se um leitor proficiente. Assim, e com base na leitura apresentada pelo vestibulando, buscamos inferir sobre a origem das informações elencadas na redação, tendo a ciência de que as relações, associações ou combinações comparativas com outros textos, no momento da produção, ocorrem de forma virtual, mas são, certamente, reflexos de leituras realizadas anteriormente.

Em outras palavras, estamos em busca de elementos que possam referendar, no *corpus* analisado, um outro fator responsável pela textualidade – a intertextualidade – de acordo com Beaugrande & Dressler (1988).

Para Koch e Travaglia (1999), na intertextualidade estão inclusos fatores relativos ao conteúdo, aos fatores formais e fatores ligados a tipos textuais. Partindo

desse entendimento, o fator de intertextualidade que mais atende o nosso objetivo de análise, neste momento, está relacionado ao conteúdo, é referente à questão de conhecimento de mundo. Por exemplo, por ocasião de um acontecimento especial podemos encontrar na mídia impressa inúmeras reportagens que versam sobre o acontecimento, no nosso caso, o projeto de lei do Deputado Aldo Rebelo que pretende proibir o uso de estrangeirismos na língua portuguesa. Cada artigo pressupõe que os leitores estejam inteirados dos outros anteriormente publicados e, assim, possam estabelecer com eles uma intertextualidade, ampliando, então, seu rol de informações a respeito do assunto. Nossa expectativa é que, as informações veiculadas na mídia impressa possam também estar presentes nas redações. Lembrando que, de acordo com Koch e Travaglia, a intertextualidade pode ocorrer nos textos de forma explícita ou implícita. Explícita, quando houver indicação da fonte consultada e implícita, quando isso não ocorrer. Neste caso, a recorrência a outros textos é realizada pelo leitor do texto. A intertextualidade implícita em nossas análises é a mais recorrente, porém as outras podem também ocorrer.

Com esta visão, apresentamos, na seqüência, os dados selecionados nas redações que possam nos apontar esta intertextualidade, com vistas a determinar a origem das informações.

Quanto à organização dos dados nas análises, primeiramente, apresentaremos um quadro comparativo com as informações mais freqüentes encontradas, tanto nas redações avaliadas quanto nos artigos selecionados na mídia impressa, tecendo comentários. Depois, estabelecemos um paralelo entre as informações veiculadas nas revistas e periódicos, os quais julgamos estarem mais presentes no meio escolar, aqueles de maior circulação, que são as revistas *Veja*, *Istoé* e *Época* e os periódicos *Folha de S.Paulo* e *o Estado de São Paulo*, principalmente, apresentando exemplos retirados das redações e que possam referendar a origem dessas informações.

E, por fim, fazemos observações de informações também encontradas nas redações, que são similares às da mídia impressa de circulação mais restrita, e as considerações finais.

4.3 Das sínteses de informações das redações e da mídia impressa

O Quadro O refere-se ao quadro geral das informações que mostra as maiores ocorrências selecionadas nas redações e na mídia impressa. Neste quadro, aparecem as informações mais frequentes nas redações no lado “A” e, no lado “B”, as da mídia, todas devidamente identificadas numericamente. As informações 1, 3, 6, 16 e 4 das redações estão dispostas lado a lado àquelas que julgamos serem de teor correspondente às encontradas na mídia impressa. A informação de número 5 das redações não foi encontrada na mídia impressa. Quanto à informação número 2, não aconteceu de figurar entre as informações mais frequentes nos artigos da mídia impressa no Quadro O, contudo, ela ocorre, ainda que raramente. Mostramos isso em quadro separado. Por outro lado, as informações encontradas na mídia impressa, identificadas pelos números 2, 3, 4, 5, 6 e 7, ocorreram esporadicamente nas redações das quais apresentamos exemplos, também, em quadro separado, como forma de referendar a origem das informações.

QUADRO O- Informações de maior frequência nas redações e na mídia impressa

Quadro geral A As informações das redações	Quadro Geral B As informações da mídia Impressa
1-► O Projeto de Lei 1676 pretende proibir o uso de estrangeirismos no Brasil.	1► O deputado Aldo Rebelo apresenta o projeto nº 1676 que pretende proibir o uso de expressões estrangeiras.
3-► O processo de incorporação de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa é antigo.	10► A língua portuguesa recebeu contribuições de diferentes línguas. No início do século XX era do Francês agora é do Inglês.
6-► O uso de palavra estrangeiras em exagero denuncia um processo de aculturação.	9► A história nos ensina que a dominação de um povo sobre o outro, se dá pela imposição da língua.
16-► O uso de palavras estrangeiras requer cautela para que a Língua Portuguesa não perca sua essência.	8► O projeto visa, ainda, não abdicar de nossa identidade e de nossas raízes.
4-► A globalização é a causadora da invasão de palavras estrangeiras na Língua Portuguesa.	11► De acordo com especialistas a influência de línguas estrangeiras é natural em um mundo globalizado.

Informações freqüentes nas redações, mas não na mídia impressa	Informações freqüentes na mídia impressa, mas não nas redações
<p>2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.</p> <p>5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia conhecimentos e é melhor profissionalmente.</p>	<p>2►O projeto de Lei nº 1676 é aprovado pela Comissão de Educação da Câmara.</p> <p>3►O abuso no uso de palavras estrangeiras está sujeito a penalidades. Estrangeiros natos ou naturalizados ficam obrigados a usar a Língua Portuguesa.</p> <p>4►Nos últimos anos o uso de expressões estrangeiras no comércio é bastante popular.</p> <p>5►A Língua Portuguesa modificada por expressões estrangeiras torna-se um instrumento de exclusão social diminuindo a auto-estima do brasileiro.</p> <p>6►Conforme Rebelo não se pretende proibir o uso de outro idioma mas educar os brasileiros e melhorar o ensino da Língua Portuguesa.</p> <p>7►Cabe à Academia Brasileira de Letras-ABL promover a adaptação das palavras estrangeiras para o Português.</p>

A partir da visualização das informações do Quadro O, é possível perceber, em princípio, a diferença quantitativa de informações tidas como mais freqüentes nas redações e na mídia impressa. No Quadro A, figuram 7 informações de maior ocorrência nas redações, enquanto que, no Quadro B, encontramos 11 informações comuns à maioria das reportagens verificadas. Vale ressaltar que as informações estão reunidas em um único quadro; contudo, o número de identificação das informações do Quadro A não correspondem, necessariamente, à mesma identificação do Quadro B.

Estabelecendo um paralelo entre as informações dos dois quadros, podemos depreender:

a) Considerando-se o teor das informações, é possível estabelecer uma relação entre:

- 1) informação nº 1 do quadro A e informação nº 1 do quadro B;
- 2) informação nº 3 do quadro A e informação nº 10 do quadro B;
- 3) informação nº 6 do quadro A e informação nº 9 do quadro B;
- 4) informação nº 16 do quadro A e informação nº 8 do quadro B;
- 5) Informação nº 4 do quadro A e informação nº 11 do quadro B.

b) Nesta perspectiva, é possível inferir que 71% das informações que aparecem nas redações, um número de 5, de um total de 7 – sejam oriundas da mídia impressa, considerando-se, também, neste sentido, o texto de apoio;

c) Também com base nas 5 informações de teor similar expostas no Quadro O, mas, sob um outro ângulo, e, ainda, considerando as informações de maior ocorrência nas redações, inclusive as já dadas pelo texto de apoio, as informações 1 e 3 – podemos perceber que são 3 as informações novas, isto é, as de números 4, 6 e 16. Dessa forma, temos 3 informações novas de um total de 5 que são comuns aos dois quadros.

Neste raciocínio, podemos inferir que 41% das redações analisadas apresentam informações com conteúdo similar ao veiculado na mídia impressa. Este fato vem corroborar a apreciação feita no item “b”, de que o vestibulando, possivelmente, tenha tido acesso a estas informações e fez uso delas em sua redação.

Prosseguindo com a comparação dos quadros, percebemos que, no Quadro A, as informações dos números 2 e 5 não obtiveram correspondentes no Quadro B, bem como existem informações deste quadro que não ocorreram entre as mais frequentes nas redações, como já havíamos mencionado. Este fato não pressupõe que elas não tenham ocorrido nas redações avaliadas, portanto, na seqüência procuraremos mostrar alguns exemplos dessas ocorrências.

QUADRO P – Informações 2 e 5 das redações na mídia.

Redação	Mídia Impressa
2-►O intercâmbio lingüístico é inevitável e positivo porque enriquece o léxico da Língua Portuguesa.	Folha de S. Paulo de 25/04/2000 Título: Um projeto de lei “Não queremos isolar o português, que como acontece com qualquer língua, se enriquece com palavras e expressões das outras.” O Estado do Paraná de 05/11/2000 Título: Do you Habla portoghese? “Os estrangeirismos fazem parte desse movimento, desse processo de enriquecimento lingüístico.”
5-►O conhecimento de línguas estrangeiras amplia conhecimentos e é melhor profissionalmente.	Revista Istoé nº 1621 de 25/10/2000 Título: Portuguese, Please “Acho necessário a população brasileira conhecer outros idiomas inclusive o inglês.” Observação: Não encontramos na mídia

	<p>impressa pesquisada menção sobre a importância do conhecimento de língua estrangeira para a vida profissional. Em função disso, acreditamos que esta informação esteja mais relacionada ao conhecimento de mundo do aluno/candidato, relacionadas às experiências de vida.</p>
--	---

QUADRO Q – Informações da mídia menos frequentes nas redações

Redação	Mídia Impressa
<p>Não encontramos nas redações nenhuma informação que se assemelhasse as de número 2 e 3 presentes na relação das informações colhidas na mídia impressa e dadas como das mais frequentes.</p>	<p>2► O projeto de Lei nº 1676 é aprovado pela Comissão de Educação da Câmara.</p> <p>3► O abuso no uso de palavras estrangeiras está sujeito a penalidades. Estrangeiros natos ou naturalizados ficam obrigados a usar a Língua Portuguesa.</p>
<p>Redação nº 49 <i>Um dos problemas seria como cumprir esta lei uma vez que diariamente podemos observar muitos donos de lojas, bares, restaurantes que utilizam palavras estrangeiras e não aceitariam qualquer mudança que os prejudicassem.</i></p>	<p>4► Nos últimos anos o uso de expressões estrangeiras no comércio é bastante popular.</p>
<p>Redação nº 117 <i>Além disso, o uso de palavras estrangeiras nesses meios de comunicação pode ser considerado uma forma de exclusão social, pois a maior parte da população brasileira não possui uma educação decente para ter acesso a outros idiomas.</i></p>	<p>5► A Língua Portuguesa modificada por expressões estrangeiras torna-se um instrumento de exclusão social diminuindo a auto-estima do brasileiro.</p>
<p>Redação nº 39 <i>Antes de aprender língua estrangeira deve-se aprender direito a língua portuguesa.</i></p>	<p>6► Conforme Rebelo não se pretende proibir o uso de outro idioma, mas educar os brasileiros e melhorar o ensino da Língua Portuguesa.</p>
<p>Redação nº 63 <i>Com a proibição dos termos estrangeiros, novas palavras deverão ser criadas para substituir as muitas que não possuem significado na língua portuguesa, como abajur, chá, entre outras, as quais possuem origem em diferente nação; apesar de algumas já serem reconhecidas pela Academia Brasileira de Letras.</i></p>	<p>7► Cabe à Academia Brasileira de Letras-ABL promover a adaptação das palavras estrangeiras para o português.</p>

Como podemos perceber, existe forte probabilidade de que as informações expostas nas redações sejam oriundas de leituras realizadas nos textos selecionados, por nós, na mídia impressa. Observemos alguns outros exemplos:

Exemplo 1

<p style="text-align: center;">Redação nº 12</p> <p><i>Com certeza, se todos possuísem um pouco do nacionalismo de Policarpo Quaresma, a cultura indígena seria respeitada e ao invés de perdurar bruxas e abóboras no 31 de outubro, wellowew, enfeitaria-se de boi-bumbá, saci-pererê o dia 22 de agosto para comemorar o folclore brasileiro.</i></p>	<p style="text-align: center;">Mídia Impressa</p> <p>Folha de S. Paulo, Geral, 06/03/00 Título: Crianças desnacionalizadas.</p> <p>Na escola dela não tem festa de Halloween, o Dia das Bruxas americano, moda da classe média paulistana (...) Há focos de resistência contra o globalismo. Algumas escolas paulistas também de classe média ensinam festas e mitos brasileiras para as crianças, a Festa do Divino, o Curupira, dizem o que é pé-de-moleque ...</p> <p style="text-align: center;">Folha de S. Paulo, Opinião, 10/01/00 Título: Língua estranha</p> <p>A subserviência colonizada, e não o diálogo cultural, determina a adoção, sem mais, de termos estrangeiros em vitrine de lojas ou de hábitos como festas de “Halloween”.</p>
--	---

Exemplo 2

<p style="text-align: center;">Redação – 2</p> <p><i>Recentemente discute-se esse assunto no Banco do Brasil: deveria ou não haver termos estrangeiros em documentos bancários? Um aspecto a ser analisado é o fato de que a língua estrangeira não está ao alcance de grande parcela de nossa população; prejudicando-a a existência de estrangeirismos em documentos.</i></p>	<p style="text-align: center;">Mídia Impressa</p> <p>Revista Istoé nº 1621 de 25/10/00 Título: Língua Ferida</p> <p>O Banco do Brasil fez pesquisa com clientes e constatou que eles condenam o uso de palavras em inglês.</p> <p style="text-align: center;">O Estado do Paraná de 05/11/00 Título: Do you habla portoglese?</p> <p>O pagamento pode ser feito com cartão ou dinheiro, sacado nas máquinas do <i>personal banking</i> do, acredite, Banco do Brasil (...) proibindo-se o Banco do Brasil de anunciar seu <i>personal banking</i> e o IBGE, de exibir na internet uma página com o impertinente título <i>IBGE Teen</i>.</p>
---	--

Exemplo 3

<p style="text-align: center;">Redação 117</p> <p><i>Por isso, é importante que o Brasil promulgue leis que rejeitem a invasão de palavras estrangeiras, assim como é feito em vários países desenvolvidos, como a França.</i></p>	<p style="text-align: center;">Mídia Impressa Revista Istoé nº 1621 de 25/10/00 Título: Língua Ferida</p> <p>A França adotou um projeto de defesa de sua língua em 1994, quando o inglês tornou-se o idioma oficial dos países da União Européia, Itália, Inglaterra e Alemanha iniciaram o debate.</p>
--	---

Exemplo 4

<p style="text-align: center;">Redação nº 144</p> <p><i>O cumulo do exagero pode ser apreciado na Barra Shopping, no Rio de Janeiro: o prédio da última expansão não ostenta, dentre os vários, um único cartaz em Língua Portuguesa, Não bastasse, sua entrada é ladeada por uma enorme réplica da Estátua da Liberdade.</i></p>	<p style="text-align: center;">Mídia Impressa Revista Istoé nº 1612 de 23/08/00 – Título: <i>Portuguese, Please.</i></p> <p>A Barra da Tijuca, deduz-se, deveria ser interditada. O bairro do Rio de Janeiro ganhou o apelido de Miami Carioca, tamanha a concentração em inglês por metro quadrado.</p> <p style="text-align: center;">Revista Istoé nº 1621 de 25/10/00 Título: Língua Ferida</p> <p>Istoé- Na barra da Tijuca fizeram uma réplica da Estátua da Liberdade. O que o sr. achou disso?</p> <p>Aldo: A Barra virou uma sucursal de Miami.</p>
---	--

Exemplo 5

<p style="text-align: center;">Redação nº 149</p> <p><i>Falar inglês, espanhol ou qualquer outra língua, que não seja o português, está na moda, aliás, é fashion! Crianças que mal sabem andar já freqüentam escolas bilíngües para “não perderem tempo, segundo os pais.</i></p>	<p style="text-align: center;">Mídia Impressa Folha de S.Paulo, Geral, 06/03/00 Título: Crianças desnacionalizadas</p> <p>Ouçõ mães orgulhosas contarem que seus filhos de três ou quatro anos “só sabem cantar em inglês”. Muita escola que não as britânicas e americanas já da parte do currículo em inglês.</p>
--	---

Exemplo 6

<p style="text-align: center;">Redação 125</p> <p><i>O Brasil é um país de uma diversidade étnica gigantesca e inquestionável, seria um crime</i></p>	<p style="text-align: center;">Mídia Impressa O Estado de S.Paulo de 07/11/00 Título: Projeto de lei causa polêmica</p> <p>Diante da proposta políticos, empresários e sociedade indignaram-se em defesa da</p>
---	---

<i>retirar deste povo o prazer de falar livremente, será que não temos mais liberdade de expressão? Talvez queiram nos tirar esse direito.</i>	liberdade de expressão.
--	-------------------------

Exemplo 7

<p>Redação nº 58</p> <p><i>Ao passear nas cidades, encontramos cartazes, placas escritas drive-thru, on sale, CD (do inglês compact disk).</i></p>	<p>Mídia Impressa</p> <p>Revista Família Cristã de 11/00</p> <p>Título: Camões contra Shakespeare</p> <p>Basta caminhar por qualquer rua comercial de bairros elegantes das grandes cidades ou percorrer os arredores dos shoppings centers para se deparar com palavras como delirey, on sale, off, drive-thru, personal banking, self-service e congêneres.</p>
---	---

Esses exemplos evidenciam que os alunos/candidatos realizaram leitura destas reportagens, apreenderam informações e fizeram uso destes conhecimentos em suas redações. Apresentamos, na seqüência, uma redação na íntegra como modelo, no intuito de corroborar os exemplos anteriormente elencados; uma outra forma de demonstrar serem as informações oriundas de leituras realizadas nos textos de mídia-impressa. As informações destacadas em itálico e grifadas são as que, ao nosso ver, são semelhantes às encontradas nas publicações selecionadas.

Redação nº 159

Perdidos no próprio país

Não é difícil andar pela rua, ou entrar em uma loja e encontrar grande quantidade de palavras escritas em outras línguas indicando liquidações e serviços.

Essa tendência de incorporar vocábulos estrangeiros não é fenômeno moderno, pois desde os primeiros tempos do Brasil, ocorreu um período em que pensávamos ser a França no modo de agir, falar, vestir. Esquecendo nossas tradições, já que os nobres da época achavam que sua própria língua não tinha valor e o refinado era entoar tons franceses nos bares e cafés.

Mas cada vez mais essa “moda” vem se aderindo a mania brasileira, chegando a *casos absurdos de um banco genuinamente brasileiro, o Banco do Brasil, atribuir para seus sistemas de atendimento eletrônico nomes em inglês.* Deixando usuários desse tipo de prestação eletrônica perdidos e se sentindo como um estrangeiro em seu próprio país.

E agora, quando surge a lei nº 1676 proposta pelo deputado Aldo Rebelo de proibir essa invasão estrangeira, grandes empresas como Banco do Brasil relutam para aceitar a mudar os nomes dos serviços oferecidos para o português com a desculpa que a troca em todo o Brasil resultaria em gastos enormes.

Enquanto vários países protegem a sua língua contra as outras (caso França), não é bom censo que países como o Brasil receba enormes influências das “línguas dominantes”, perdendo desse modo as suas raízes.

É possível perceber, no exemplo, que a maioria das informações apresentadas possuem conteúdo semelhante às verificadas na mídia impressa. Informações estas que não estão presentes no texto de apoio, exceto a retomada feita no quarto parágrafo, quando é mencionado o projeto de proibição do uso de estrangeirismos proposto pelo Deputado Aldo Rebelo. Isto nos faz reconhecer que o vestibulando teve acesso às publicações, por nós selecionadas, e que em função das leituras realizadas foi capaz de apresentar informações novas em sua redação.

4.3.1 Outros indícios de acesso à mídia impressa

Outros exemplos podem, ainda, ser mostrados como forma de referendar o possível contato realizado pelos alunos/candidatos com textos midiáticos aqui apresentados, porém não mais ligadas às informações, mas à referência direta da fonte de origem da informação utilizada, intertextualidade explícita na concepção de Koch e Travaglia (1999). Como exemplo de citação direta da fonte, podemos apresentar a redação número 73 “*Em algumas semanas atrás na Revista Veja na seção cartas, um leitor declarou estar indignado com o número tão alto de palavras estrangeiras em nosso vocabulário. Disse ele que temos que ressaltar aquilo que já nos pertence e valorizar nossa língua*”.

Um outro indício deste acesso pode ser visto no estilo de introdução do assunto na redação, conceituada por Koch e Travaglia (1999) como intertextualidade de forma. Comparemos o início do artigo publicado na revista Istoé nº 1621 de 25/10/00, intitulado Língua Ferida, “*Hard, ligh, diet, drink, sale, print, over, mouse. Palavras como essas causam arrepio no deputado federal Aldo Rebelo...*” com a redação número

40 “*Mouse, Pet-shop, Delivery. Essas são expressões em inglês incorporadas na língua portuguesa do Brasil.*” Estes casos fazem-nos confiar que o vestibulando, além de utilizar-se das informações, teve, também, o estilo midiático como referência para construção de sua redação; logo, podemos supor que teve acesso à reportagem. É comum o texto midiático ser citado em sala de aula como referência de texto adequado.

Outros exemplos, não elencados, puderam ser verificados, por ocasião da leitura das redações, que nos revelam o contato com a mídia impressa pelo vestibulando. Como por exemplo, a manutenção do mesmo ponto de vista apresentado pela mídia impressa, em geral, contrários ao projeto de proibição do uso estrangeirismo no Brasil, comum na maioria das reportagens selecionadas. Evidencia-se, assim, a influência da mídia como formadora de opinião.

4.4 Reflexões sobre as possíveis origens das informações nas redações

É preciso lembrar, entretanto, que o processo cognitivo de leitura, além de complexo, varia de indivíduo para indivíduo, de acordo com seu conhecimento de mundo, fruto de suas experiências. Assim, é possível perceber que os exemplos apresentados, com os quais procuramos demonstrar a origem das informações veiculadas nas redações, não são idênticos aos da mídia, e nem esperávamos encontrar frases ou parágrafos inteiros da mesma forma como ocorrem nas reportagens selecionadas. Se assim fosse, não poderíamos entender a aquisição destes conhecimentos como sendo provenientes de leitura – da forma como ela é concebida nessa pesquisa – e sim informações que foram decoradas e reproduzidas, o que exigiria do vestibulando uma boa memória. No processo de leitura, ao nosso ver, acontece um processamento da informação lida, que quando expressa, se assemelha à informação original, uma vez que decorre do entendimento realizado pelo leitor da informação recebida.

Com isso, é possível afirmar que estas reportagens fizeram parte da fundamentação do aluno a respeito do tema “estrangeirismos na língua portuguesa”, com grande probabilidade de ter sido trabalhada em sala de aula. Esta probabilidade nos

parece coerente, tendo em vista que, de modo geral, a prática de leitura de textos da mídia impressa, entre jovens, não se dá espontaneamente, dada a multiplicidade de outros interesses. Dessa forma, acreditamos serem as leituras deste tipo de assunto uma “imposição” da escola, ou ainda, pela necessidade de estar preparado para produzir a redação do Concurso Vestibular. Lembrando que as exceções, alunos que buscam estes conhecimentos por iniciativa própria, também existem.

CONCLUSÃO

A fundamentação teórica apresentada inicialmente deixa clara a importância de haver uma harmonia entre os fatores de textualidade, tanto os centrados no texto como os centrados no usuário, e, assim, garantir a construção de um texto pertinente. Com isso, depreendemos, que, se o vestibulando deseja construir uma redação que possa ser classificada com grau alto de informatividade, deverá demonstrar habilidade no uso da língua escrita e capacidade de realizar leitura eficiente, tanto do texto de apoio quanto de outros textos que possam fundamentá-lo sobre o assunto que pretende discorrer. Estas “leituras”, extra-texto de apoio, deixam marcas na redação reveladas pela intertextualidade.

Ao darmos início à nossa pesquisa, buscamos compreender as concepções de texto, tendo em vista nosso objeto de análise: as redações produzidas em Concurso Vestibular. Chegamos a um consenso entre os vários conceitos elencados, sobre cinco características básicas, as quais devem estar presentes em um texto, para que ele seja assim considerado. Com base nessas características, concebemos o nosso próprio conceito de texto, no qual mantivemos as mesmas características preconizadas pelos teóricos pesquisados. Para realizarmos as reflexões finais, retomamos essas características de texto, e, também, os fatores de textualidade centrados no usuário do texto, referendando-os com os resultados encontrados. Assim, reafirmamos que o texto para ser considerado texto deve:

- a) ser um contínuo comunicativo, qualquer passagem falada ou escrita, perceptível pela visão ou audição;
- b) ter seus elementos constituintes relacionados, os quais são responsáveis pela unidade de sentido e dentre eles destacam-se a coesão e a coerência;
- c) ter por função a interação comunicativa de acordo com as práticas sociais;
- d) não possuir extensão delimitada;

e)constituir-se num todo significativo.

É preciso não esquecer que essas mesmas características de texto foram, também, encontradas na proposta para o ensino de língua portuguesa relativas à produção textual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1998). Dessa forma, acreditamos que seja esta perspectiva que oriente a produção textual escrita nas escolas. Isso nos interessa, particularmente, neste momento, tendo em vista que a redação de vestibular acaba por refletir os conhecimentos adquiridos pelo aluno na modalidade escrita do Ensino Fundamental ao Médio, pelo menos em tese.

Tomemos então as características básicas de texto para verificarmos o que foi encontrado nas redações. No item “a”, o texto precisa “*ser um contínuo comunicativo, ou seja, qualquer passagem falada ou escrita, perceptível pela visão ou audição*”, tem como característica estar presente em todas as redações analisadas, por tratar-se de “uma passagem escrita” que pretende comunicar.

As redações, aqui consideradas textos, apresentam a característica do item “c”, *tem por função a interação comunicativa*. Na redação de vestibulando, pelo seu objetivo, existe a intenção do aluno/candidato em transmitir aos avaliadores suas habilidades na organização de idéias, por meio da produção escrita, bem como expressar seu ponto de vista relativo ao assunto do tema, persuadindo o leitor. Esta intenção de convencer o leitor é entendida por Beaugrande e Dressler (1988) como intencionalidade. Esta característica não se apresenta de forma satisfatória como pudemos perceber nas análises feitas no Capítulo 3.

Em relação à característica apresentada no item “d”, isto é, *não possuir extensão delimitada*, especificamente, em Concurso Vestibular, ela não se configura, uma vez que uma das regras estabelecidas pelo Concurso prevê que a redação deve conter no mínimo 20 linhas e no máximo 35 linhas; porém, acreditamos seja este espaço suficiente para a estruturação de um texto adequado, naquela situação específica.

Restam, então, as características que se encontram em outros dois itens – o “b”: *“ter elementos constituintes relacionados, os quais são responsáveis pela unidade de sentido, e dentre eles são destacados a coesão e a coerência*; e o e) *constituir-se num todo significativo*. Estas duas últimas particularidades, ao nosso ver, são a essência do

texto, mas nas redações não se configuraram de forma ideal, como pudemos observar nas análises realizadas no Capítulo 3.

Na seqüência, retomamos a primeira problematização que deu origem a essa pesquisa, para comentarmos as duas últimas características de textos, com base nos resultados encontrados. *Como se constroem as informações nas redações de Concurso Vestibular de Verão/2001 da Universidade Estadual de Maringá, tema 2, em relação ao grau de informatividade..*

De acordo com a teoria de Beaugrande e Dressler (1988), o fator informatividade trata-se de um fator de textualidade centrado no usuário do texto e determina em que medida as informações apresentadas no texto são esperadas ou inesperadas. Esse fator está diretamente relacionado aos fatores de coesão e coerência. Nesse sentido, Siqueira (1990) menciona “texto é unidade”, logo, todos os fatores de textualidade devem nele estar imbricados.

Ainda na esteira desse pensamento, e tendo em vista que a informatividade relaciona-se, também, à seqüência organizada de idéias, Citelli (1994) comenta: não se pode imaginar a progressão das idéias, a exposição de pontos de vista, sem que haja o correspondente encadeamento sintático e semântico, relacionando palavras, frases e parágrafos. O postulado nos leva a inferir que, sem haver uma ordenação entre os vários elementos encarregados da textualidade, especialmente, a coesão e a coerência, o fator informatividade fica prejudicado.

As redações avaliadas no Capítulo 3 demonstram que o aluno/candidato, “tem o que dizer”, contudo, não possui conhecimentos lingüísticos suficientes para expor suas opiniões de forma coesa e coerente. Para Koch (2000), a coesão seqüencial garante a continuidade dos sentidos. Dessa forma, muito do que se viu está relacionado à falta de manutenção e progressão temática no texto, e ainda, de continuidade e articulação entre uma idéia e outra, resultado da carência da coesão gramatical e lexical, de acordo com Halliday e Hasan (1976). A ausência desses elementos interferem no sentido global do texto, diminuindo o grau de informatividade. Com base nisso, acreditamos que as características do texto descritas no item “b”, isto é, *o texto precisa ter seus elementos constituintes relacionados com vistas à unidade de sentido*, não ocorrem de forma adequada comprometendo a informatividade, principalmente, nas redações que

receberam pontuações mais baixas, entre 3 e 6 para o item tema. As demais se apresentam um pouco melhor estruturadas.

Charolles (1997) postula que a coerência se configura em dois planos: o local (microestrutural) e o global (macroestrutural) e que está calcada em quatro metarregras: a repetição, a progressão, a não-contradição e a relação.

Com base nas duas primeiras metarregras propostas por Charolles (1997), pudemos verificar que várias redações retomam/reproduzem informações dadas no texto de apoio, como é o caso da informação 1 relativa ao projeto de Lei 1676/99 proposto pelo Deputado Aldo Rebelo. De acordo o autor, a retomada é um recurso permitido e pode servir como ponto de partida para o desenvolvimento do texto, ou ainda, como forma de manutenção da temática proposta. Porém, muitas redações não saíram desse patamar, não ocorrendo, portanto, uma progressão do tema. Este fato dá ao texto um caráter circular e conseqüentemente pouco informativo.

Observamos, ainda, deslizos quanto à metarregra de não-contradição e relação. Por se tratar de um tema polêmico, “a proibição do uso de estrangeirismos na língua portuguesa”, fica evidente em algumas redações a carência de argumentos convincentes que justifiquem o posicionamento adotado pelo aluno/candidato em relação ao tema. Em geral, as redações apresentam opiniões favoráveis e desfavoráveis no mesmo texto, sem, contudo, apresentar coerência entre os pareceres. Com isso, fica instaurada a contradição. Um outro tipo de contradição, comumente encontrada está relacionada à escolha equivocada dos vocábulos para exposição do ponto de vista. Nesse sentido, Val (1999) concebe como contradição-semântica a idéia de que, o aluno utiliza um termo que não condiz com a expressão desejada, truncando a informação. Assim, é possível inferir que no item “e” a característica do texto listada, *o texto deve se constituir num todo significativo*, também acontece de forma precária.

Por outro lado, o que vimos nos quadros demonstrativos é a ocorrência crescente de novas informações entre um nível e outro: entretanto, as falhas de continuidade aliadas à desarticulação das informações relativas ao tema comprometem a informatividade, salvo as exceções como as que foram apontadas nas análises. Como forma de resumir estas observações, podemos comentar que não faltam informações novas nas redações, o que falta é habilidade ao aluno/candidato para utilizar os recursos

lingüísticos adequadamente na produção escrita, visando alcançar um grau alto de informatividade no texto.

Dessa forma, os resultados nos mostram um número expressivo de redações classificadas na primeira ordem de informatividade e outras de segunda ordem. Dentre as redações analisadas, nenhuma foi classificada na terceira ordem de informatividade.

Em função da ausência de coerência verificada em grande parte das redações como foi possível compreendê-las? Nestes casos, de ausência parcial de coerência, Koch (2000) comenta que a coerência não se configura em mera qualidade do texto, mas é resultado de uma construção feita pelos interlocutores. Neste sentido, depreendemos que o texto que não apresenta coerência: seu interlocutor empreenderá esforços para compreender a mensagem veiculada. Este esforço de interlocução é concebido por Charolles (1997) como fator de interpretabilidade e por Beaugrande e Dressler (1988) como aceitabilidade.

Quanto ao fator situacionalidade, no *corpus* analisado, revela-se nos recursos lingüísticos utilizados pelo vestibulando, em sua redação, com o objetivo de conduzir as informações na direção desejada, com vistas a persuadir o leitor/avaliador com argumentos convincentes. Neste sentido, percebemos que em algumas redações estes recursos são pouco utilizados, e, em outras, são explorados de forma insatisfatória. Esse fato, aliado a outros já apontados nas análises, leva-nos a concluir que, de modo geral, o vestibulando apresenta dificuldades para a organização das idéias e argumentação no texto escrito.

Outro fator de textualidade relevante, nesta pesquisa, é a intertextualidade, tendo em vista que para a elaboração de redações de Concurso Vestibular é necessário que o aluno/candidato tenha tido contato com outros textos que versem sobre o tema que se propôs a discorrer. Dessa forma, estar bem informado a respeito do tema, pode garantir-lhe um texto com alto grau de informatividade.

A intertextualidade apresentada nas redações analisadas em nossa pesquisa, respalda nossa segunda problematização, *as informações apresentadas nas redações são geradas a partir de textos da mídia impressa, normalmente utilizados pelas escolas, ou são informações adquiridas em outras formas de mídia fora da sala de aula.*

Sabemos por informações e mesmo por experiência, que revistas e periódicos são encontrados com certa freqüência nas bibliotecas da maioria das escolas. Ao

concebermos esta questão, buscamos perceber se a mídia impressa faz parte, também, das aulas de leitura e preparação do aluno para a produção textual.

Partimos do princípio de que algumas revistas e periódicos são tidos, pelos professores, bem como pelos alunos, como sendo mais adequados para a realização desses trabalhos em sala de aula, uma vez que, são concebidos como mais informativos em relação aos fatos atuais que outros. Nesta perspectiva, acreditamos que as revistas Veja e Istoé, e os periódicos Folha de S.Paulo, O Estado de S. Paulo e O Estado do Paraná, por trazerem assuntos mais regionais, fossem os mais utilizados. Neste sentido, nossas expectativas se confirmaram, como é possível constatar nos exemplos apresentados no Capítulo 4.

Um outro fator importante que corrobora a nossa crença da utilização da mídia impressa em sala de aula, está no fato de; primeiramente, por ser este tipo de mídia mais acessível à escola, e depois, de o assunto pesquisado está ligado à disciplina de língua portuguesa. Assim, acreditamos que esse tenha sido abordado e discutido com alunos, especialmente aqueles em estágio de preparação para o Concurso Vestibular. Partimos do princípio de que professores e alunos têm conhecimento que os temas basilares das redações, em geral, são fatos da atualidade. É preciso deixar claro, que não excluimos com esse pensamento a possibilidade de o aluno ter tido acesso às informações por meio de outros tipos de mídia, contudo, os exemplos apresentados evidenciam o acesso do aluno à mídia impressa.

Com base no exposto, é possível inferir que os professores utilizam e estimulam o contato dos alunos com a mídia impressa, visando a uma maior fundamentação relativa às informações recentes e, conseqüentemente, melhor desempenho na prova de redação. Sem considerarmos estes fatos, julgamos difícil, pelo que se vê na prática, que o aluno do Ensino Médio se envolva em leituras sobre a temática pesquisada por livre espontânea vontade, apesar das exceções.

As leituras realizadas pelos vestibulandos no período que antecede à prova de redação do Vestibular são significativas, no que diz respeito à construção da informatividade no texto. Quando estas leituras são feitas de forma equivocada acabam por comprometer, não só a informatividade, mas o texto como um todo. Por exemplo, a redação 66: *“E os estrangeiros que vivem no Brasil a mais de décadas, suas culturas também vais estar sendo tirada, seus nomes e sobrenomes também não poderão mais*

utiliza-los? Nesse caso não estarão só perdendo só suas culturas mas também suas identidades.” O exemplo demonstra que alguns alunos não se constituem em leitores eficientes. Assim, ainda que tenham tido contato com informações a respeito do assunto não foram capazes de interpretá-las adequadamente. Esse tipo de ocorrência foi verificado em muitas redações.

Pudemos verificar, ainda, que as dificuldades relativas à leitura ocorrem, também, quando o aluno desprovido de melhor fundamentação sobre o assunto, julga mais seguro manter-se com as informações já dadas pelo texto de apoio, parafraseando-o. Essa atitude decorre, ao nosso ver, pela falta de leituras prévias, sendo, portanto, mais uma forma de comprometimento da informatividade na redação.

A pouca leitura apresentada pelo aluno/candidato aliada à influência exercida pela mídia impressa, revela-se na produção escrita, também, de outras formas. Isso ocorre nos casos em que o aluno toma as opiniões veiculadas nas reportagens como verdade, reproduzindo-as em seu texto sem maiores questionamentos. Há uma tendência em manter o mesmo ponto de vista do autor do artigo midiático, sem qualquer avaliação mais crítica, como se estes autores estivessem isentos de blefes. Nesse sentido, é possível inferir que o aluno/candidato considera os autores das reportagens como autoridade no assunto, logo não podem ser questionados ou contrariados. Também, esta crença, via de regra, é inculcada pela escola que utiliza a mídia impressa para o exercício de leitura e toma-a como modelo adequado de produção. Esta é mais uma forma de evidência, ao nosso ver, do contato do aluno com a mídia impressa, refletida na influência exercida em seu papel de formadora de opinião.

Em relação aos artigos da mídia impressa, considerando-se apenas os que julgamos estarem mais presentes na escola, temos três deles, veiculados em revista, que se manifestam contra o projeto nas revistas *Época*, *Veja* e *Istoé*. Dentre os periódicos, também, os que julgamos mais frequentes nas escolas, percebemos que todas as reportagens veiculadas no *Jornal O Estado de S.Paulo* manifestam-se contra a proibição do estrangeirismo e uma reportagem do Estado do Paraná também. Todas as reportagens publicadas na *Folha de S. Paulo* possuem manifestações favoráveis ao projeto do Deputado Aldo Rebelo, ou seja, a favor da proibição do estrangeirismo. Vale lembrar, que em muitas dessas reportagens aparecem opiniões de entrevistados que se

posicionam, alguns contra, outros a favor do projeto 1676/99, tomamos por base para essa classificação a predominância dos pontos de vista.

Com base nisso, cerca de 90% das redações avaliadas posicionaram-se contra o projeto proposto pelo Deputado Aldo Rebelo, a maioria sem argumentos convincentes sobre os porquês.

Assim, e com base nos resultados apurados, podemos afirmar que a mídia impressa está presente na sala de aula como recurso pedagógico. Quando a produção escrita com vistas a manutenção do tema na redação, assim como na construção da informatividade podemos concluir que ao término do Ensino Médio, as maiores dificuldades encontradas pelos alunos estão na carência de maiores conhecimentos relativos à estruturação do texto escrito decorrente, talvez, da falta de intimidade com o ato de redigir. Contudo, e tendo como parâmetro outros estudos que foram e vêm sendo realizados com redações de vestibular, podemos considerar que os avanços estão acontecendo, ainda que lentamente, rumo a um melhor desempenho do aluno no texto escrito o que não se constitui tarefa simples. Para referendar as dificuldades relativas à produção escrita recorreremos a Drummond (*In VALENTE, 1997, p.112*) que define como poucos este desafio:

Lutar com palavras
É luta vã
Entretanto lutamos
Mal rompe a manhã.
São muitas, eu pouco.

Concordamos com o poeta no sentido de que a produção escrita, poética ou não, nada mais é do que uma luta com palavras, na busca de poder expressar, transformar, persuadir, traduzir conhecimentos, vivências e emoções em palavras, textos. Preparar alunos, para que esta modalidade seja realizada, cada vez mais, com eficiência é a nossa meta. Assim, sugerimos para futuras pesquisas estudos voltados para a influência do conhecimento da estrutura gramatical da língua como fator de relevância para organização estrutural do texto.

No decorrer da pesquisa, fizemos alguns comentários acerca da prova de redação proposta pela UEM, bem como o processo de avaliação utilizado. Neste sentido, parece-nos pertinente, neste momento, manifestarmos nossa opinião sobre alguns aspectos observados, com a intenção de colaborar com o projeto de pesquisa “*Redações em língua materna: abordagens de avaliação*”.

Em relação às informações expostas no Manual do Candidato, assim como os comandos que direcionam a redação, são, ao nosso ver, bastante claros, não oferecendo maiores dificuldades aos alunos/candidatos, principalmente, àqueles leitores mais atentos. Quanto à Planilha de Avaliação, talvez seja possível reduzir alguns aspectos relativos à avaliação do item “tema”. Por exemplo, a junção entre leitura fragmentada e leitura tangencial, para um único item de avaliação e um único conceito, visto que na prática o distanciamento proposto não ocorre da forma como se espera.

Com base nessa classificação, as análises mostraram que, via de regra, o aluno/candidato apreende o assunto proposto pelo texto de apoio e retoma-o em sua redação como ponto de partida. Nesse caso, de acordo com a Planilha de Avaliação, a leitura é classificada como fragmentada. Contudo, ao partir do assunto do texto de apoio, verificamos que nesse processo o aluno já realiza de certa forma um recorte temático, cabendo então, a partir daí, desenvolver o tema acrescentando-lhe novas informações. Em geral, o aluno/candidato não apresenta maiores dificuldades em cumprir estas primeiras etapas. A dificuldade ocorre a partir do momento em que as informações precisam ser organizadas e discutidas. Com isso, percebemos que apesar das diferenças estabelecidas entre leitura fragmentada e tangencial, na prática, ou pelo menos, no *corpus* analisado nesta pesquisa, isso não aconteceu.

Procedimento semelhante foi verificado por ocasião da classificação entre leitura superficial e leitura adequada. As análises mostram que, as redações classificadas como leitura superficial, em geral, apresentam recorte temático e, também, informações novas. De forma análoga acontece com as classificadas como leitura adequada, a grande dificuldade observada está em “explicar a tese” que, na maioria das redações, não ocorre, nem nas classificadas como leitura superficial, tampouco nas de leitura adequada, muito embora isso não esteja previsto. É preciso ressaltar que exceções foram encontradas. Isso nos leva a inferir que a delimitação proposta pela Planilha ocorreu com pouca frequência neste *corpus*. Tendo em vista a dinamicidade exigida dos

avaliadores, por ocasião das correções das redações de Concurso Vestibular, acreditamos na possibilidade de um enxugamento nos itens a serem avaliados para a classificação do tema nas redações, sem que isso venha a causar prejuízo ao vestibulando, considerando-se, ainda, que a planilha contempla os outros aspectos de textualidade, também, de forma minuciosa. Nesse sentido apresentamos a seguinte proposta:

Conceito 0 – Fuga total ao tema.

Conceito 6 – Leitura tangencial.

Conceito 10 – Leitura adequada.

Conceito 14 – Leitura complexa.

Quanto aos aspectos que envolveriam cada uma dessas leituras, precisariam ser revistos, sem, contudo, diferir muito do que a planilha já propõe. Por exemplo, leitura tangencial toca no assunto proposto, estabelecendo um recorte temático, mas não o mantém. Esta redução, ao nosso ver, daria mais agilidade ao processo de avaliação, embora sejamos capazes de reconhecer que o detalhamento feito pela Planilha, para a avaliação do item tema nas redações, tenha por finalidade avaliar as redações da forma mais objetiva possível, visando a aprovação do aluno/candidato.

Nossas observações têm por intuito contribuir para reflexões relativas à Planilha de Avaliação com o propósito de melhorá-la. Dessa forma, elas necessitam ser pesquisadas para se comprovar sua validade.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Antonio Suárez. *Curso de redação*. São Paulo. Editora Ática, 1989.
- *A arte de argumentar*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.
- BRITO, Percival L. *Em terra de surdos mudos: um estudo sobre as condições de produção de textos escolares*. In trabalhos em Linguística Aplicada 2, UNICAMP, Campinas, SP, 1983.
- BEAUGRANDE, Robert and DRESSLER, Wolfgang. *Introduction to text linguistics*. New York, Longman, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Estado da Educação Superintendência de Educação Departamento de Ensino de Primeiro Grau *Currículo Básico para Escola Pública do Paraná*. Curitiba, 1990.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília: SEF, 1997.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa*/Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998. 106 p.
- BASTOS, Lúcia K. *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- *Coesão e coerência em narrativas escolares*. São Paulo: Martins Fontes, 2001 (Texto e linguagem).
- CITELLI, Adilson. *O texto argumentativo*. São Paulo: Scipione, 1994.
- CHARROLES, Michel. *Introdução aos problemas de coerência dos textos*. In: Galves, Charlotte et alii (org.) *Texto, leitura & Escrita*. Campinas: Pontes, 1997.
- CANDIDO, Antonio. *Direitos humanos e literatura*. In Fester. A.C. Ribeiro (org.) São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FAVERO, Leonor L. e KOCH, Ingedore G. V. *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1983. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino:9)

- *Linguística Textual: uma introdução*. São Paulo: Cortez, 1988.
- *Linguística Textual: introdução*. São Paulo: Cortez, 1998. (Série gramática portuguesa na pesquisa e no ensino:9)
- FAVERO, Leonor L. & PASCHOAL, Mara S.Z (orgs). *Linguística Textual: texto e leitura*. São Paulo, EDUC-Editora da PUC-SP, 1985, 219p. (Série Cadernos PUC, 22).
- FAVERO, Leonor L. *A informatividade como elemento de textualidade*. Letras de Hoje. Porto Alegre. PUCRS, 1985.
- FAVERO, Leonor L. *A coesão e coerência textuais*. São Paulo: Editora Ática: Série Princípios, 1991.
- GUIMARÃES, Elisa. *A articulação do texto*. São Paulo: Editora Ática, 1992.
- JAKOBSON, Roman. *Os fatores da Comunicação*. In Lopes, Edward. Fundamentos da linguística contemporânea. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.
- KATO, Mary A. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- KLEIMAN, Ângela B. e MORAES, Silvia E. *Leitura e interdisciplinariedade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP: Mercado Aberto, 1999.
- KOCH, Ingedore G. V. e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1989.
- *Texto e coerência*. São Paulo: Cortez, 1999.
- *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 2000
- KOCH, Ingedore G. V. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1994
- *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1999.
- *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.
- *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000. (Caminhos da linguística).
- KOCH, Ingedore G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2000.
- LAJOLO, M. *O texto não é pretexto*. In Zilberman, R. (org.) *Leitura em crise na escola: alternativas do professor*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- PÉCORA, Alcir. *Problemas de redação*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- SANTOS, Maria do Carmo O.T. *Retratos da escrita na universidade*. Maringá: Eduem, 2000. 158 p: il.

- SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. *O textos: da teoria à prática: subsídios à proposta curricular para o ensino de Língua portuguesa – 1º grau*. São Paulo: SE/CENP, 1990. 110 p. il.
- SCHMIDT, Siegfried J. *Linguística e teoria de texto: os problemas de uma linguística voltada para a comunicação*. Tradução de Ernst F. Schurmann. São Paulo: Pioneira, 1978.
- SIQUEIRA, João H. S. *O texto: movimentos de leitura, táticas de produção, critérios de avaliação*. São Paulo: Selimunte, 1990.
- VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1991.
- *Redação e textualidade*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1999.
- VALENTE, André. *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- VIGNER, Gerard. *Técnicas de aprendizagem da argumentação escrita*. In: Galves, Charlotte et alii (org.) *Texto, leitura & Escrita*. Campinas: Pontes, 1997.
- VILELA, Mário e KOCH, Ingedore V. *Gramática da língua portuguesa* (gramática da palavra, gramática da frase, gramática do texto/discurso). Coimbra, 2001. Livraria Almedina.
- ZANINI, Marilurdes. *Uma visão panorâmica da teoria e da prática do ensino de língua materna*. *Acta Scientiarum*, 21(1): 79-88, 1999.
- ZANINI, M. e MENEGASSI J.. *O aluno, o texto e o professor: as relações conflitantes na avaliação de redação de concursos vestibulares*. *Acta Scientiarum*, 21(1): 71-77, 1999.
- *Avaliação de redação: o tema*. Anais do X Encontro do CELLIP, V.2, Cascavel: Edunioeste, 1997.
- ZILBERMAN, Regina et alii. *Leitura em crise na escola: alternativas do professor*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.